

Resgate

vol. XIX, n° 21 – Jan./Jun. 2011

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE CULTURA

DINÂMICA TERRITORIAL E NOVAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS



CENTRO DE MEMÓRIA
UNICAMP



UNICAMP

Cidades como territórios da saúde, educação, cultura e da vida

ARLÊUDE BORTOLOZZI

Geógrafa, doutora em Educação e professora do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp
bortolozzi@uol.com.br

Através da linha de pesquisa denominada 'Dinâmica territorial, sistemas técnicos atuais e novas práticas socioespaciais', desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Geografia, no Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, é possível incorporar novos conteúdos do espaço geográfico nas análises de diferentes temas. Estes, associados às novas técnicas de informação territorial e de redes telemáticas, possibilitam por sua vez novas reflexões epistemológicas sobre os estudos do local, que, quando relacionados com outras escalas espaciais, passam a contribuir de forma inquestionável para a ampliação do debate e o entendimento sobre o desenvolvimento urbano.

Assim sendo, esta coletânea objetiva, principalmente, abordar o desenvolvimento local através de uma nova leitura do território, que em diferentes níveis e escalas espaciais, passa a revelar a necessidade de se trabalhar as questões atuais relacionadas à gestão das cidades.

Por meio de novas luzes teórico-metodológicas que permitem incorporar nas análises interdisciplinares as questões ambientais, assim como os conflitos gerados por questões econômicas, políticas, sociais e culturais, procura mostrar a importância da compreensão da dinâmica territorial para a reconstrução das cidades contemporâneas. Como mostrou Borja, J & Castells, M (1997) com a dinâmica territorial podemos perceber que o espaço de fluxos está globalmente integrado enquanto os espaços locais estão fragmentados. Assim sendo, o entendimento das cidades como territórios da saúde, educação, cultura e da vida se faz atre-

lado à outras escalas espaciais e, portanto, ao processo de globalização.

A urbanização entendida via dinâmica territorial e, através da gestão territorial de um espaço geográfico, à luz dos processos sociais que a engendram, deve considerar também as características naturais que ofereceram as bases para o seu desenvolvimento local. Isto mostra claramente as contradições e conflitos de interesses que o permeiam.

O entendimento da dinâmica territorial abre também caminhos para uma praxis ecológica que seja capaz de incorporar em uma gestão das cidades a participação da comunidade local, como forma mais adequada de desenvolver novas práticas socioespaciais que possam reorientar políticas públicas urbanas e melhorar as condições de vida nas cidades brasileiras.

Hoje vivemos a urbanização do território onde a expansão urbana avança sobre os territórios rurais, mas diz respeito sobretudo à gestão das cidades.

Assim sendo, as cidades como territórios da saúde, educação, cultura e da vida são enfocadas nesta coletânea, a partir do entendimento, de que tanto as espacialidades rurais quanto as urbanas são produtos de um mesmo processo histórico de formação territorial onde os diferentes contextos socioespaciais só serão refletidos através dos seus usos.

O conceito de 'território usado' apresenta-se como um fio condutor que permite nesta coletânea de textos integrar diferentes aspectos para poder caracterizar as cidades como territórios da vida. Isto porque como ressaltado por

Milton Santos, o conceito de território só pode tornar-se uma categoria de análise social quando entendido como território usado. Ou seja, onde foi projetado um trabalho, energia, informação e que por isto mesmo revela as relações marcadas pelo poder. É a partir, então, do uso do território que ocorre a possibilidade de articularmos a materialidade que inclui a natureza e o seu uso, com a ação política SANTOS, M & SILVEIRA (2001).

Dessa forma, como o território usado não é estático, mas sim dinâmico e transformador, mostra as contradições da sociedade ao revelar os processos históricos cristalizados nos seus objetos.

Esse recorte espacial no território urbano torna possível uma aproximação do olhar sobre as relações dos atores envolvidos na construção e reconstrução contínua do tecido urbano, na busca de tornar as cidades mais vivas. As ações que privilegiam a cultura como promotora de desenvolvimento social trabalham integrando cultura e sociedade, uma vez que ambas constituem os lados de uma mesma moeda. Assim, a vida das cidades existe quando estas não se separam da cultura e são pensadas para serem cidades do bem estar.

Portanto, a busca de uma nova leitura do território deve passar necessariamente pelo entendimento da cultura que juntamente à educação precisam aproximar-se das políticas públicas urbanas para permitir ao habitantes das cidades construir o seu sentido da coletividade tornando as cidades mais humanizadas.

Hoje, mais do que nunca, o urbanismo está exigindo um repensar, a fim de promover um uso ético do território urbano que permita diminuir as desigualdades sociais. Nesse sentido, é preciso repensar também as práticas existentes e buscar novas práticas socioespaciais que fortaleçam as comunidades para que possam se manter cultural e etnicamente diversificadas, mas ao mesmo tempo saudáveis e socialmente sustentadas.

A própria discussão da atualidade sobre o desenvolvimento humano tem mostrado a importância da cultura para a vida nas cidades. Por isto, propostas que enfatizem a necessidade do resgate da cultura são sempre muito bem vindas para o resgate de identidades já existentes, através da busca de suas raízes dentro do território, assim como a criação de novas identidades, mas sem, no entanto, esquecer

as origens que são as heranças culturais que permitem reorientar coletivamente a sociedade.

Portanto, uma gestão adequada do território, com um bom desenvolvimento local e que pense as cidades através de um planejamento urbano eficaz, seguramente terá que articular nesses processos, o diálogo da cultura com outras áreas do saber e com os valores democráticos.

Os textos contidos nesta coletânea vão, então, apontando desde o início a importância do conceito de território como sinônimo de cultura e de relações de poder. Como estes aspectos não são exclusividade de nenhuma ciência em particular, mas sim pertencem à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade, o artigo de Marcos Aurélio Saquet “O desenvolvimento numa perspectiva territorial multidimensional e democrática” apresenta-se como pano de fundo para o entendimento dos conceitos de território e territorialidade em suas diferentes abordagens, assim como o desenvolvimento com ênfase para o local.

Tratando as cidades como territórios da saúde, Rivaldo Mauro de Faria, doutorando do Programa de Pós-graduação da Geografia – IG-Unicamp, no artigo ‘Gestão da saúde em territórios urbanos: considerações de uma experiência de pesquisa’, faz também um breve, mas valioso resgate da memória do GT (Grupo de Pesquisa Meio Ambiente Urbano, Território e Novas Práticas Socioespaciais) do qual faz parte e no qual a gestão territorial da saúde é um dos seus temas mais candentes.

No artigo ‘Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras’, Eugênio Queiroga discute os espaços livres dentro da dinâmica do território urbano e mostra como estes são fundamentais para a vida pública das cidades.

Maria Cristina da Silva Schicchi, no artigo ‘Pela luz dos nossos olhos: uma interpretação do bairro paulistano’, enfoca o Bairro da Luz no centro da cidade e aprofunda o olhar sobre a implicação das intervenções no seu destino urbanístico.

O relacionamento da cultura com a sociedade se dá através do entendimento do território fílmico por Antonio Carlos Queiroz Filho no artigo intitulado ‘A geografia vai ao cinema’. E, do território turístico, por Antonio Jânio Fernandes, no artigo ‘Encontros e desencontros entre turismo e cultura na ‘Cidade do Sol’ - Natal-RN’.

O artigo elaborado por Orlando Leonardo Berenguel, 'Nas tramas do sub-emprego: precarização do trabalho dos catadores de recicláveis na dinâmica territorial de Bragança Paulista (SP)' nos envolve profundamente e mostra como esta questão se agrava cada vez mais nas cidades contemporâneas.

Batistina Maria de Souza Corgozinho, no artigo 'O ideal sanitário e de beleza contido nos estatutos de 1912, da Câmara Municipal da Villa de Divinópolis' apresenta alguns resultados da sua pesquisa de doutorado que por ter sido desenvolvida na relação da memória urbana e política sanitária, da educação e saúde enriquece esta coletânea.

A resenha sobre o *Direito à Cidade*, de Lefebvre, realizada por Shirley de Carvalho Dantas vem como o elo integrador para toda a coletânea, uma vez que procura aglutinar na perspectiva do local, ou seja a cidade, os direitos à saúde, à cultura e à vida, principalmente quando se refere à violência urbana. Lembrado por Milton Santos, o direito à cidadania só pode ser alcançado se estiver vinculado à garantia do direito aos bens territoriais, aos bens culturais e ao entorno.

Em 'Combates & Rituais' o texto apresentado por Denise Fernandes Geribello (como resul-

tado de sua dissertação de mestrado), intitulado 'Habitar o patrimônio cultural: o caso do ramal ferroviário Anhumas-Jaguariúna (SP)', mostra a preocupação com a memória e preservação do patrimônio histórico e cultural e sua relação com a qualidade de vida da população local, enfocando, para tal, a moradia. Em 'Empório Literário', Sandro Colibri, no poema 'Além das Pételas - um olhar através da Avenida Paulista', percorre, entre anjos e mendigos, as calçadas da principal avenida de uma das maiores cidades do planeta.

O desafio de integrar definitivamente as políticas públicas urbanas na vida das cidades faz-se urgente e necessário. É fundamental para o desenvolvimento humano a valorização do ambiente cultural que implica em saber preservar os bens patrimoniais culturais, tanto materiais como imateriais, dos naturais aos edificados, das florestas aos monumentos históricos, e da música às artes em geral.

Enfim, precisamos pensar nossas cidades pela ótica dos valores culturais e socioambientais para que tenhamos comunidades que possam ser física e socialmente educadas e sadias.

Arlêude Bortolozzi,
organizadora da presente edição

O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática

The development of territorial,
multidimensional and democratic perspective

MARCOS AURÉLIO SAQUET

Geógrafo, doutor em Geografia e professor adjunto
da Unioeste (campus de Francisco Beltrão – PR)
marcos.saquet@hotmail.com

Resumo:

No presente texto apresentamos resultados de nossas pesquisas e reflexões sobre concepções históricas, críticas e relacionais de território e territorialidade, como uma das principais possibilidades para a compreensão coerente dos espaços urbano e rural, bem como dos processos de desenvolvimento territorial. Trata-se de uma concepção elaborada para subsidiar a discussão e a construção democrática de projetos de gestão e desenvolvimento territorial considerando as múltiplas faces do real, ou seja, sua multidimensionalidade social e natural.

Palavras-chave: Desenvolvimento;
Território; Democracia

Abstract:

It has been presented the outcomes of discussions and surveys in the current text. Criticisms related to the territory and territoriality as one of the mainstream for a coherent understanding of urban and rural space, as well the process of territorial development. It discusses the democratic construction of territorial management and development projects considering the multiples sides of the real, what ever, i.e. its social and natural multidimensionality.

Keywords: Development; Territory;
Democracy

Para nós está muito claro que há, cada vez mais, necessidade de uma nova concepção de geografia, de desenvolvimento, de planejamento e de gestão do território, que seja histórica, crítica, relacional e multidimensional, ou seja, que considere os aspectos e processos econômicos, políticos, culturais e naturais-ambientais (E-P-C-N), para orientar diretamente processos participativos e democráticos de gestão e desenvolvimento local em favor da educação, da saúde, da segurança, da preservação das identidades e dos ambientes, enfim, da qualidade de vida para todos. É preciso qualificar uma concepção atualizada e renovada de geografia considerando a leitura territorial integrada da cidade, do urbano, do campo e do rural, de suas múltiplas relações, entendendo esses espaços como territórios articulados em múltiplas redes concretas e abstratas-virtuais.

Assim, construímos este texto considerando uma breve reflexão sobre o conceito de território e a noção de territorialidade, sobre o desenvolvimento e a combinação entre pesquisa e atividades de extensão, nos espaços rural e urbano. Nosso “ponto” de partida está nos princípios da dialética, pois os processos territoriais e de desenvolvimento são interativos, contraditórios, conflituosos e estão em movimento de superação constante.

A produção do conhecimento, evidentemente vinculada aos estudos-pesquisas e aos projetos de desenvolvimento, precisa ocorrer num nível que supere as sensações, o aparente, o imediato. Este último é apenas um instante da processualidade de construção do conhecimento, seja ele aplicado ou não. O aparente do território corresponde à primeira sensação que temos, às primeiras impressões sensíveis, é o concreto tornado visível: “concreto e abstrato não podem ser separados (...). Convertem-se incessantemente um no outro.” (LEFEBVRE, 1995: 111-112)

Apreender o real significa compreender o concreto-abstrato, o mediato, a essência, as contradições sociais, as relações sociedade-natureza e espaço-temporais. A abstração é imprescindível, portanto, à compreensão do território e dos processos de desenvolvimento, no campo e na cidade. Como há uma dialética no e do território, é necessário um método dialético para sua apreensão e explicação. As formas e os conteúdos dos territórios precisam ser expressos no pensamento. Este último, é uma instância ou elemento do real concreto-abstrato. O pensamento precisa estar em movimento para compreender os movimentos do território e do desenvolvimento. Movimentos de superação sem eliminar o velho, contido sempre no novo com novas formas e significados urbanos e rurais.

O presente é muito rápido, portanto, fugaz e está contido no passado influenciando diretamente no futuro. As mudanças são contínuas, contraditoriamente, significando des-continuidades no tempo e no espaço, podendo significar desenvolvimento ou, dito de outra maneira, conquistas sociais em favor de uma vida mais qualificada, o que nos remete, necessariamente, à organização e luta política. “Essa contradição *dialética* tem sua raiz profunda no conteúdo, no ser concreto: nas lutas, nos conflitos, *nas forças em relação* e em conflito na natureza, na vida, na sociedade, no espírito humano”. (LEFEBVRE, 1995: 192) [*Grifos do original*]

Há uma processualidade inerente à destruição criadora, latente, implícita e explícita, lenta e veloz, multiforme e multidimensional. O real do território e do desenvolvimento está nas suas contradições e em suas unidades dialógicas. O território e o desenvolvimento fundam-se em relações sociais, sociais-naturais, sociais-espirituais, em conflitos, contradições e interações, contendo heterogenei-

dade, mudanças, permanências, desigualdades, diferenças e identidades. (Saquet, 2003, 2007 e 2011a)

São processos históricos, relacionais e multidimensionais contendo relações de poder, identidades, redes e a natureza exterior ao homem, bem como todas as relações imanentes à nossa vida cotidiana. Vemos, percebemos, concebemos e construímos-dinamizamos o território a partir das territorialidades cotidianas. “O movimento real, com efeito, implica essas diversas determinações: continuidade e descontinuidade; aparecimento e choque de contradições; saltos qualitativos; superação”. (LEFEBVRE, 1995: 240) Movimento sempre presente em toda relação, seja ela urbana e/ou rural, nas relações sociais, nas identidades, nas diferenças, nas mudanças, nas permanências, enfim, nas relações sociedade-natureza, na gestão e no desenvolvimento.

Há, assim, múltiplas determinações do território e do desenvolvimento, que precisam ser consideradas nos estudos e nos processos de planejamento e gestão do território e do desenvolvimento: sociais, naturais, espirituais, históricas, relacionais. Isso requer, evidentemente, categorias apropriadas para sua compreensão, explicação e para a atuação em projetos de planejamento e gestão territorial, tais como: *a)* processualidade: histórica e relacional, social e natural; *b)* totalidade: relações transescalares por meio de redes concretas e virtuais; *c)* interatividade: interações, conexões, contradições, simultaneidades, envolvendo as relações essência-aparência, mediato-imediato, forma-conteúdo, espaço-tempo, espaço-território e assim por diante.

REFLETINDO SOBRE OS TERRITÓRIOS E AS TERRITORIALIDADES NOS ESPAÇOS RURAL E URBANO

Uma concepção crítica e radical (para a época) fundamental para nossa reflexão sobre o território e o desenvolvimento é a elaborada por Indovina e Calabi (1974), tecendo uma abordagem materialista da organização social, cujas bases estão na teoria do valor de Karl Marx. Têm clara intenção de gerar um novo planejamento urbano na reorganização do território com implicações diretas na organização política, conforme revela a concepção de Magnaghi (1976), destacando o uso econômico e político do território.

Francesco Indovina e Donatella Calabi também contribuem para o entendimento do movimento no território, a partir da sua apropriação e do seu uso pelos agentes do capital. Para esses autores, há o uso capitalista do território, mediado pelo processo de produção, pela circulação e pela valorização do capital, bem como pela reprodução da força de trabalho. Tal abordagem tem uma larga difusão na Itália, na década de 1970, e também no Brasil, especialmente em estudos de Geografia econômica e urbana realizados em nível de pós-graduação (dissertações e teses).

Há diferentes usos do território que precisam ser compreendidos, representados cartograficamente e transformados: para produção, para circulação e valorização do capital, para reprodução da força de trabalho. A circulação envolve, ao mesmo tempo, os processos citados bem como a troca e o consumo, isto é, o território é usado e transformado pelo MCP, processo centrado na concentração de capital e na centralização do poder. É configurado pelas forças e relações de produção, juntamente com as contradições e conflitualidades que envolvem o Estado. (Indovina e Calabi, 1974)

Para os autores anteriormente citados, a produção é o primeiro uso do ter-

ritório, por meio da qual se extrai mais-valia, ou seja, o território substantiva-se como capital constante. No uso para circulação, acontecem os ciclos da relação D-M-D' que dependem da capacidade de consumo historicamente definida, no campo e, especialmente, na cidade. No uso para reprodução da força de trabalho, os autores evidenciam os desejos dos trabalhadores, os custos dos transportes, de habitação etc., elementos que interferem na organização territorial que, por sua vez, influencia na reprodução dos trabalhadores, encarecendo ou não o custo de vida, o que envolve a questão da renda. Os diferentes níveis de renda interferem diretamente no uso e apropriação do território a partir dos componentes puntiformes e relacionais; há pontos como fábricas e habitações. As relações estão ligadas às condições infraestruturais e são internas e externas, formando malhas. As redes e as malhas estão na base de cada território.

Na expansão do capitalismo, as forças produtivas e as relações de produção dão forma e significados ao território. Essa organização é mediada por relações políticas inerentes aos conflitos derivados das relações capital-trabalho. O território é construído socialmente e, ao mesmo tempo, é condição para a valorização do capital, mediando a extração de mais-valia, numa compreensão eminentemente relacional do território.

Segundo Francesco Indovina e Donatella Calabi, o uso do território tende a facilitar, através da localização produtiva e das obras construídas, a extração de mais-valia. A realização da mais-valia dá-se na circulação e no consumo das mercadorias, o que está ligado ao uso e ao reuso do território para a reprodução da força de trabalho. Indivíduos trabalhadores e consumidores estão normalmente concentrados na cidade, considerada o elemento territorial mais significativo na circulação e reprodução ampliada do capital. Nela, ocorre o consumo de mercadorias e da própria cidade através de seus valores de uso e de troca.

Desse modo, o território, organizado historicamente, significa, na abordagem de Indovina e Calabi (1974), construções/edificações, relações sociais, dominação, apropriação e interconexão realizada no bojo da dinâmica territorializadora do capital: "Uma análise do território, assim, tendo seus próprios instrumentos, deve-se configurar como leitura do processo complexo e específico do capital". (p. 220) Indovina (1976) e Magnaghi (1976) reforçam essa concepção relacional, crítica e marxista, compreendendo o território de forma similar a Indovina e Calabi (1974), portanto, também destacando o uso capitalista do território.

Para nós, essa leitura crítica do uso e da apropriação do espaço urbano também precisa considerar, simultaneamente, os processos rurais, culturais e ambientais, pois acreditamos numa relação multidimensional e multiforme entre o campo e a cidade, o urbano e o rural. Há complexidade e heterogeneidade nos espaços rural e urbano. Estas são territoriais, com temporalidades e territorialidades. O que varia, são os arranjos, as intensidades, as formas e os conteúdos, as velocidades. O urbano só pode ser compreendido em suas relações com o rural, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro, numa relação complementar, dialeticamente definida. A produção do espaço urbano acontece interligada ao rural, é processual, contraditória e contém um movimento de totalidade e unidade dialética.

A cidade e o urbano são diferentes do rural e do campo, porém, estão superpostos, amalgamados e relacionados por meio das redes de circulação e comunicação formadas, por exemplo, com o uso do telefone, da televisão e da internet, possibilitando a integração espacial. (Beltrão Sposito, 2006)

A forma de vida urbana extrapola a cidade, historicamente, e o urbano e o rural interagem. O rural atinge o urbano e este, aquele, num processo de expansão urbana. O rural e o urbano interligam-se e, em muitas situações, confundem-se em virtude das inúmeras interações e complementaridades. E esta articulação territorial, de reciprocidade e totalidade, é central para a compreensão das relações urbano-rurais, pois há complementaridade nos processos territoriais e um movimento incessante que inclui e exclui simultaneamente, liga e desliga.

Nesse sentido, podemos perguntar, o que significam os territórios e as territorialidades nos espaços urbanos e rurais? Sucintamente, o território é construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico. Portanto, é histórico e relacional, multiforme e multidimensional, formado sobretudo a partir das relações de poder, no entanto, envolvendo, sempre, as redes de circulação e comunicação, a natureza exterior ao homem, as diferenças, as desigualdades e as identidades culturais e identitárias. (Saquet, 2007 e 2011)

São todos processos fundamentais para compreender o desenvolvimento numa perspectiva territorial e multidimensional. As atuais relações de poder, no modo capitalista de produção, precisam ser apreendidas e reordenadas; as identidades culturais, valorizadas e preservadas; as redes, precisam ser adequadas para facilitar a cooperação e a solidariedade. Redes que podem ser curtas, longas e intermediárias (dito de outra maneira, próximas e distantes), abrangendo distintas escalas espaciais ou níveis escalares do território. Também são, ao mesmo tempo, concretas e virtuais-abstratas. Significam, num primeiro nível, ligações, interações, conexões entre os sujeitos e os lugares, derivando, portanto, das relações sociais que são, por sua vez, multidimensionais, ou seja, econômicas, políticas e culturais, tanto na cidade e no urbano como no campo e no rural.

Assim, há redes de cidades e cidades em rede (Sposito, 2006) ou uma estrutura reticular urbana, conforme argumenta Dematteis (1985), que interliga lugares, pessoas e atividades numa complexa trama territorial que perpassa os espaços rurais de cada município, transpondo limites político-administrativos e físico-naturais. Um dos processos a serem considerados são os tipos de transações comerciais realizadas entre os espaços urbanos e rurais, formando redes de circulação e comunicação pelos comerciantes, industriais e prestadores de serviços normalmente instalados nas cidades (Corrêa, 1989) que envolvem os produtos oriundos do espaço rural e da cidade.

Evidentemente, há relações e redes políticas e culturais, a partir da organização e atuação, por exemplo, dos partidos políticos, das associações de moradores de bairros, das associações de agricultores, das igrejas, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, das redes municipais e estaduais de ensino etc. Há uma multiplicidade de redes que precisam, necessariamente, ser estudadas e consideradas no planejamento e na gestão do desenvolvimento territorial a partir da dinâmica interna e externa das cidades.

As cidades são compreendidas como espaços privilegiados de produção, circulação, troca, consumo e de reprodução ampliada do capital; integram diversos setores produtivos, mercantis, financeiros, de serviços, a força de trabalho, atividades de regulação, controle, administração e decisão. “A cidade, marcada pela concentração (...), é o espaço propício à realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções”. (BELTRÃO SPOSITO, 2006: 116)

No nosso entendimento, a cidade é um espaço-território, portanto, caracterizado por “jogos” de poder, tramas, conexões, subordinações, apropriações,

identidades etc., enfim, por um complexo conjunto de transtemporalidades, transterritorialidades e trans-multiescalaridades. (Saquet, 2011a)

A rede de cidades, segundo Sposito (2006), forma-se em virtude da mundialização do capital que, por sua vez, é substantivada pela troca de mercadorias, pelos investimentos internacionais, pela circulação do conhecimento e pelas novas tecnologias de comunicação, todos processos imanentes à denominada produção flexível, centrada na fluidez do capital numa sociedade informática. Eis um processo de interligação, conexão e articulação imprescindível tanto para a compreensão coerente da cidade como para o planejamento e gestão do território envolvendo, concomitantemente, as cidades em rede, entendidas como territórios de relações trans-multiescalares caracterizando uma geografia das redes, das conexões, das interdependências entre espaços normalmente descontínuos, por meio de uma miríade de temporalidades e territorialidades.

No entanto, uma geografia das redes não é suficiente. A abordagem precisa destacar também as relações de poder em diferentes instâncias, situações e níveis escalares, as identidades e as relações sociedade-natureza juntamente com todas as mediações materiais e imateriais. Essa concepção multidimensional e reticular pode ser trabalhada a partir das noções de temporalidade e territorialidade, consoante detalhamos em Saquet 2011a.

As territorialidades, conforme estamos pensando a abordagem territorial, significa, sucintamente: *a*) relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional; *b*) intencionalidades, objetivos e metas; *c*) apropriação simbólica e concreta do espaço geográfico; *d*) práticas espacio-temporais-territoriais, como sínteses das relações sociedade-natureza. (Saquet, 2011a) Isso significa considerar as processualidades histórica e relacional, ao mesmo tempo, na formação de cada território e no movimento mais amplo de desterritorialização e reterritorialização, subsidiando de maneira consistente e sistemática a discussão e construção de planos e projetos de desenvolvimento territorial.

É fundamental considerar, portanto, numa abordagem territorial das relações campo-cidade-urbano-rural, as relações produção-circulação-troca-consumo, os fixos e fluxos ou redes, os nós e as malhas, as relações de poder multidimensionais (econômicas, políticas e culturais), as identidades, as diferenças, as desigualdades e a natureza exterior (isso inclui, evidentemente, a problemática ambiental) ao homem, tentando avançar na construção de uma perspectiva de abordagem histórico-crítica e relacional de denúncia, explicação, representação e transformação dos territórios a ponto de orientar e subsidiar a definição de planos e projetos de desenvolvimento centrados na democracia, na solidariedade, na cooperação, na preservação ambiental, na distribuição de riqueza e na justiça social.

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO NUMA PERSPECTIVA TERRITORIAL, MULTIDIMENSIONAL E DEMOCRÁTICA

A problemática do desenvolvimento, portanto, precisa ser compreendida a partir das relações existentes entre os espaços urbano e rural e, ao mesmo tempo, das processualidades (históricas e relacionais – temporalidades e territorialidades) ambientais, econômicas, políticas e culturais. Eis um enorme desafio para estudiosos, pesquisadores, planejadores, arquitetos, geógrafos, engenheiros, sociólogos, gestores etc. Desafio porque, normalmente, por exemplo, as prefeituras municipais não têm uma equipe interdisciplinar para estudar e planejar o uso

e a gestão dos espaços públicos e privados. Muitas vezes, as atividades são fragmentadas, pontuais, sem continuidade no tempo e sem consultar e envolver os habitantes das cidades e dos espaços rurais. Isso resulta, evidentemente, em ações insuficientes, fragmentadas e autoritárias.

Por isso, um dos caminhos possíveis e viáveis é justamente a leitura-interpretação territorial dos processos de uso, apropriação e construção do espaço e do território, considerando as múltiplas relações sociedade-natureza e espaciotemporais. É necessário um novo olhar e uma nova interpretação do espaço urbano, da cidade, do campo e do espaço rural, bem como das inúmeras relações que existem entre ambos, relações efetivadas todos os dias. Há um vai-e-vem contínuo, de pessoas, informações e mercadorias que substantivam, cotidianamente, redes concretas e virtuais, curtas, longas e intermediárias entre as pessoas, os espaços, os territórios e os lugares.

De um lado, há necessidade de se superar, em diferentes campos de conhecimento, como a Geografia e a Sociologia, por exemplo, a tradição de se realizar estudos urbanos ou estudos rurais. Superar essa tradição no âmbito de um campo disciplinar requer, sobretudo, a renovação conceitual e seu diálogo com a realidade em rápido movimento. (BELTRÃO SPOSITO, 2006, p: 129)

Por isso, imaginamos que não é possível conceber o planejamento e a gestão da cidade e do urbano, com vistas ao desenvolvimento sustentável e territorial, sem considerar a relações campo-cidade-urbano-rural. É um processo intrínseco à problemática do desenvolvimento na perspectiva que estamos aludindo.

Muitos problemas ditos urbanos estão intimamente ligados ao que ocorre no rural e vice-versa, como ocorre, por exemplo, com a modernização da agricultura e conseqüente concentração da terra e exclusão territorial e, ao mesmo tempo, com a formação de bairros periféricos nas cidades, muitas vezes, justamente por migrantes do espaço rural. A cidade é o local por excelência da tomada de decisões, interferindo diretamente nos acontecimentos do espaço rural. O lixo urbano, carregado pelas águas das chuvas até os rios, distribui-se por todo curso do rio, no espaço rural e na cidade. Já o desmatamento da mata ciliar e o lixo rural também interferem diretamente na drenagem e na vazão do rio em todo seu trajeto, inclusa a cidade. Isso requer, portanto, um processo de planejamento e gestão integrado, envolvendo o campo e a cidade, as redes de circulação e comunicação, os diferentes grupos sociais e, evidentemente, as especificidades de cada espaço tornado território a partir de seu uso e apropriação historicamente condicionados numa abordagem territorial predominantemente reticular e multidimensional.

O desenvolvimento, (...) está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais. Por isso, pensá-lo requer: *a)* valorizar os enraizamentos social, econômico e cultural da sociedade local, indo além de análises estritamente econômicas; *b)* priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em setores sociais estratégicos.

cos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica (agregação de valor), mas também procurar contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (...). (SAQUET e SPOSITO, 2008: 22)

E mais, é necessário entender o desenvolvimento local como um processo histórico, relacional e territorial, portanto, sendo caracterizado pela apropriação e construção dos territórios por meio, sobretudo, das identidades culturais, dos jogos de poder e das redes de circulação e comunicação. Essa processualidade envolve, necessariamente, as redes locais de sujeitos, as relações sociedade-natureza, o milieu local e as redes trans-multiescalares em distintas escalas: local, regional, nacional, internacional e global. (Dematteis, 2001 e Saquet, 2007) E essa processualidade precisa ser estudada e considerada nos processos de discussão, planejamento e concretização das ações de gestão e desenvolvimento territorial para conseguir autonomia e melhorar a qualidade de vida.

A autonomia não significa, de forma alguma, uma espécie de fechamento do lugar com relação ao restante do mundo. Pelo contrário, a autonomia significa a capacidade de controle e gestão de determinados processos políticos, econômicos, culturais e ambientais, de maneira que os sujeitos envolvidos diretamente em cada processo, possam definir os planos e projetos, em consonância com atores e processos de outros lugares. Há uma relação de unidade na diversidade que precisa ser gerida com vistas ao desenvolvimento com mais justiça social. (SAQUET e SPOSITO, 2008: 28)

A autonomia corresponde ao poder de uma coletividade se reger por si própria, com participação igualitária na tomada de decisões, ou seja, é base do desenvolvimento entendido como processo de conquista de liberdade e com menos desigualdade. “Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos”. (SOUZA, 1995: 106) Isso envolve, evidentemente, o poder exercido democraticamente por meio das territorialidades cotidianas em diferentes escalas, lugares e temporalidades, no intuito de se conseguir justiça social numa gestão democrática do território e do desenvolvimento.

As contradições e os conflitos, por serem características fundamentais do território e do desenvolvimento, precisam ser apreendidos, explicados e geridos, num único movimento de produção do conhecimento-pesquisa-planejamento-gestão-desenvolvimento, movimento integrado, híbrido, multidimensional. Isso requer decisões democráticas, interativas, um governo local qualificado que possa gerir as mudanças e as permanências territoriais, as desigualdades, as diferenças, as identidades, as redes e os “jogos” de poder, por meio de políticas precisas e coerentes com a complexidade do real. (Indovina, 1998 e Saquet, 2007)

É necessário construir democraticamente processos de desenvolvimento com distribuição de riqueza, proteção ambiental e atendimento, no mínimo, das

necessidades elementares (i)materiais das pessoas, contrapondo-se a uma concepção capitalista de desenvolvimento.

Um conceito de desenvolvimento livre de ranço etnocêntrico precisa acentuar a idéia de que cada povo, cada grupo social, deve possuir a *autonomia* necessária para definir o conteúdo desse conceito de acordo com as suas próprias necessidades e de conformidade com as suas características culturais. (SOUZA, 1996: 10)
[Grifo do original]

É preciso condensar esforços para se livrar da opressão, da subordinação, da exploração, da concentração da terra e da riqueza, das desigualdades, das injustiças sociais, da degradação ambiental etc, e isso passa por uma formação acadêmica de excelência, de alto nível cultural, pela organização e luta política, nos espaços rural e urbano, enfim, por uma ampla e democrática reforma urbana e rural e, evidentemente, por uma interpretação histórico-crítica, relacional, reticular e multidimensional da cidade, do urbano, do campo e do agrário.

Na discussão e implementação democrática do desenvolvimento, o indivíduo, organizado socialmente, precisa atuar como sujeito social do planejamento, devendo participar das discussões, das decisões e da concretização das políticas públicas de maneira incondicional. É fundamental participar, portanto, das audiências públicas, das definições dos planos de investimentos e das sessões legislativas, bem como criar novos espaços de debates, tanto nos bairros como nos condomínios residenciais e nas localidades rurais.

A participação da população é fundamental para a gestão democrática da cidade, do urbano, do agrário, enfim, municipal e territorial. É um processo de partilha de informações e decisões, de técnicas e conhecimentos, de saberes e experiências, implicando num reordenamento do território local com vistas à melhoria da qualidade de vida para todos a partir da recuperação e preservação ambiental, da valorização dos saberes e das identidades, de programas de segurança, de educação, de saúde etc., todos de excelência.

A ontologia do ser social precisar ser compreendida, desse modo, como ontologia do ser social-natural-espiritual, ser híbrido, em íntima e constante relação de unidade com sua natureza interior e exterior, portanto, numa concepção que é a um só tempo ontológica e epistemológica, abstrata e concreta, reflexiva e pragmática, numa práxis de transformação do espaço e do território em favor da gestão democrática e do desenvolvimento territorial com mais justiça social, contrapondo-se ao movimento de reprodução ampliada do capital.

Nessa concepção, o direito à cidade proclamado por Henri Lefebvre substantiva-se como direito também ao campo, à saúde, à educação, à segurança, à justiça social e à proteção ambiental. É uma maneira para alcançar-conquistar-construir o desenvolvimento num movimento de luta e trabalho pelo direito à natureza e ao lugar, numa forma-conteúdo de vida mais solidária e mais equitativa.

Devemos começar a andar na direção contrária ao gigantismo chinês e ‘aprender modos diferentes de construir os edifícios e de organizar os transportes. Devemos, sobretudo, ser bravos artesãos do ambiente’. (QUAINI, 2011: 24-25)

Formas específicas de apropriação do espaço podem gerar a produção de formas territorialmente determinadas pela solidariedade. As temporalidades mais lentas, cadenciadas e vinculadas às territorialidades de organização política e cultural, precisam ser potencializadas para o desenvolvimento com mais autonomia, que incorpore a distribuição de terras, de capital, as diferenças culturais, sem tantas amarrações societárias como existe atualmente.

Muitas cidades e localidades rurais, por exemplo, contêm significados de pertencimento, identidades e solidariedades, iniciativas de mobilização e experiências, normalmente de bairro ou de condomínios, que precisam ser estudadas, valorizadas, socializadas e dinamizadas na forma de redes de cooperação para o desenvolvimento do povo. Viver com qualidade de vida significa superação do imediatismo, do individualismo, da degradação ambiental e da politicagem em favor de uma minoria historicamente reproduzida no Brasil.

A compreensão que temos, portanto, de cada território de vida e dos processos de desenvolvimento, no campo e na cidade, é o “ponto” de partida fundamental, como orientação teórico-metodológica para uma práxis de planejamento e gestão democrática em favor da autonomia e da própria organização política como princípio basilar do desenvolvimento territorial. A Geografia que produzimos precisa, cada vez mais, estar vinculada aos processos de desenvolvimento, caracterizando-se como uma Geografia em que se busca a cooperação para o desenvolvimento na perspectiva por nós assinalada.

É fundamental, para tanto, nosso envolvimento, além de pesquisadores e formadores em diferentes níveis acadêmicos, em projetos, programas e planos de desenvolvimento, produzindo conhecimento que possa ser utilizado efetiva e participativamente pelos sujeitos estudados em cada território urbano e rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. “A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.111-130.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- DEMATTEIS, Giuseppe. “Contro-urbanizzazione e strutture urbane reticolari”. In: BIANCHI, G. e MAGNANI, I. (Orgs.). *Sviluppo multiregionale: teorie, metodi, problemi*. Milano: Angeli, 1985. p. 121-132.
- DEMATTEIS, Giuseppe. “Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali”. In: BONORA, Paola (Org.). *Slot, quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001. p.11-30.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980 (1973).
- INDOVINA, Francesco. “Capitale e territorio”. In: INDOVINA, F. (Org.). *Capitale e territorio. Processo capitalistico e utilizzazione del territorio in Italia*. Milano: Angeli, 1976. p.7-14.
- INDOVINA, Francesco e CALABI, Donatella. “Sull’uso capitalistico del territorio”. In: LUSSO, G. (Org.). *Economia e territorio*. Milano: Angeli, 1974. p.205-222.
- INDOVINA, Francesco. “New conditions and requirements for urban govern-

- ment”. In: BERTUGLIA, C.; BIANCHI, G.; MELA, A. (Org.). *The city and its sciences*. New York: Physica-Verlag Heidelberg, 1998. p.597-610.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formallógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do ser social. A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MAGNAGHI, Alberto. *Il territorio nella crisi, Quaderni del territorio – ristrutturazione produttiva e nuova geografia della forza-lavoro, anno I, n.1*. Milano: CELUC Libri, 1976. p.15-29.
- QUAINI, Massimo. “Geografia: pensamento impensado (Aos colegas e companheiros geógrafos do grande Brasil)” In: SAQUET, M.; SUZUKI, J. e MARAFON, G. (Orgs.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.15-25.
- SAQUET, Marcos. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003 (2001).
- SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos. “Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária”. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Orgs.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.209-226.
- SAQUET, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011a (no prelo).
- SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu. “Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil”. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.15-31.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Redes e cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Gestão da saúde em territórios urbanos: considerações de uma experiência de pesquisa

Health management in urban territories:
considerations of a research's experience

RIVALDO MAURO DE FARIA

Geógrafo e doutorando em Geografia (Instituto de Geociências-Unicamp)
rivaldofaria@yahoo.com.br

Resumo:

Este texto tem como objetivo refletir sobre a territorialização da atenção primária à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A atenção primária se apresenta como condicionante geral para se alcançar a universalidade da atenção à saúde no Brasil e como nó intercambiador de todo o sistema. A territorialização é uma técnica de gestão desses serviços e deve, dado a importância do papel atribuído à atenção primária, ser adequadamente refletida. Acredita-se que o uso da expressão territorialização vem autorizando uma prática de criação, que se reflete em certa imposição, de territórios da saúde.

Palavras-chave: Gestão territorial da saúde; Atenção primária; Experiência de pesquisa na geografia da saúde

Abstract:

This paper claims to understand the health's primary attention on the territorialization process from SUS (Health Unique System). The primary health attention is presented such a general condition for reaching the health universality in Brazil and also such as link for exchanges inside the whole system of attention. The territorialization is a technique of services management and must be very well studied due to the important roll given to primary attention. We believe that the use of this expression authorizes a practice of creation that reflects in a certain imposition of health territories.

Keywords: Territorial health management; Primary attention of health; Research's experience in geography of health

Há mais de três anos o Grupo de Trabalho (GT) “Meio Ambiente Urbano, Território e Novas Práticas Sócioespaciais”, dirigido pela professora Arlêude Bortolozzi, vem produzindo pesquisas em torno da temática territorial urbana. Trata o urbano como um território e o território como fenômeno urbano. Diante das inúmeras possibilidades que essa temática se impõe, o GT não poderia se constituir de outra forma senão como grupo de estudos interdisciplinares. E isso é um desafio nesse momento em que a técnica e as especialidades derivadas do mundo das técnicas se impõem como racionalidade da produção da ciência e do saber.

Uma das principais características desse conjunto de estudos é a capacidade empreendida pela coordenadora do grupo, de integrar diferentes áreas num mesmo veio condutor. Este veio é o território urbano e ele determina, ao mesmo tempo, o conteúdo dessas pesquisas (o urbano e a problemática urbana) e a base conceitual e metodológica para sua abordagem (o território e as relações sociais de poder estabelecidas em diferentes escalas). É assim que temáticas tão variadas, como educação, saúde, ambiente, patrimônio, etc. podem encontrar um denominador comum, pois todas fazem parte da mesma dinâmica, da mesma estrutura, processo, função e forma: o território urbano.

A discussão da gestão territorial da saúde em territórios urbanos é uma das temáticas tratadas no interior desse GT. É no contexto da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) que ela se insere, mas especificamente, da gestão territorial da atenção primária à saúde em áreas urbanas.

O SUS é formado pelo conjunto de todas as ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas nos diversos níveis da federação. (BRASIL, 2000) Foi instituído na Constituição Federal de 1988 como proposta de integração e universalização do sistema de atenção à saúde no país. Não há como negar a ousadia na sua criação e também os avanços nas políticas de saúde pública brasileira a partir desse momento, malgrado, evidentemente, às muitas críticas que possam ser feitas.

Há dois aspectos composicionais do SUS que merecem certa atenção geográfica. O primeiro é o caráter de direito. A “saúde é direito de todos”, diz a Constituição. (BRASIL, 1989) E isso determina o princípio mais importante desse novo sistema que é a universalidade da atenção.

O caráter universal do SUS, ainda hoje não alcançado, acabou impondo ao Estado a necessidade de certo arranjo territorial na organização dos serviços. Afinal, não é possível que a saúde seja acessível a todos, indistintamente, se as pessoas não tem acesso ao sistema. E o acesso depende, obviamente, da existência dos serviços nos territórios. O modo encontrado para se resolver isso foi implementando a política da descentralização da saúde no Brasil, numa tentativa clara de levar os serviços aos territórios e, dessa forma, tornar o sistema acessível. Com a descentralização o Município ganha importância e com ele o território. (PAIM, 1992)

Portanto, a questão do direito à saúde está diretamente atrelada ao território e a forma com os serviços são dispostos territorialmente. Entretanto, não é sob a perspectiva do direito stricto sensu que se deve pensar, mas da sua efetivação ou realização. Ocorre que o direito nem sempre se faz justiça, isso é verdade. O território pode ser tomado, de um lado, como a possibilidade da efetivação desse direito e, de outro, como o resultado e consequência dessa mesma efetivação. As enormes desigualdades territoriais no Brasil, por exemplo, representam

o resultado histórico da efetivação (ou não) do direito. Contudo, essas mesmas desigualdades territoriais só poderão ser resolvidas mediante eficientes políticas de planejamento e gestão territoriais.

Dessa forma, atrelado ao princípio da universalidade do SUS está outro, o da justiça que se traduz pela efetivação do direito à saúde. A este segundo princípio dá-se o nome de equidade da atenção à saúde. O conceito de equidade vai além da questão das desigualdades, envolve-a, mas supõe também a presença da justiça social. Não há universalidade sem equidade uma vez que não se pode falar em universalidade de alguma coisa ou de algum setor. É universal o sistema que atende a todas as necessidades de saúde, de todos os cidadãos, em todo e qualquer lugar equitativamente.

Se a universalidade supõe e exige o território, ainda mais a equidade. Pode-se mesmo afirmar que não existe equidade social em saúde sem que haja antes uma equidade territorial. Obviamente, que adianta ter acesso ao médico se não se tem acesso à comida? Que adianta o direito à saúde se não se tem direito ao território? Dessa forma, qualquer intervenção da saúde que não seja uma intervenção no território é falha, é como remediar sem antes prevenir.

Se, de um lado, a saúde é direito de todos, de outro, é dever do Estado oferecê-la, assim reza a constituição. Este é o segundo aspecto composicional do SUS de que se falava e com ele o Estado passa a se responsabilizar pela criação de todas as estruturas necessárias para fazer valer o direito. Num momento de forte pressão pelo chamado Estado mínimo, de neoliberalismo e globalização, o SUS se apresenta como realidade contrária e isso deve ser enaltecido. Entre as diversas estruturas criadas pelo Estado para tornar o SUS uma realidade citam-se a financeira, político-organizacional e territorial. É nesse último caso que a contribuição geográfica se faz mais importante.

O presente texto introduz a reflexão geográfica em torno de uma política e de um método de planejamento e gestão essencialmente geográficos, qual seja: a territorialização da atenção primária à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO CONTEXTO DO SUS

O SUS se organiza em níveis hierárquicos de atenção primária, secundária e terciária. (BRASIL, 2000) O que os diferencia são os tipos de ações, as tecnologias utilizadas e a sua geografia ou sua inscrição espacial. Quanto mais especializada a atenção (níveis de atenção secundária e terciária) mais concentrados espacialmente são os serviços e quanto mais generalizada, mais difundida espacialmente (atenção primária). Não há um nível mais importante que outro e muito menos independência ou isolamento. O correto é que todos eles funcionem de modo integrado de tal forma que o que não se resolve num determinado nível seja encaminhado para o outro.

A atenção primária é o primeiro nível, não é o nível mais simples ou simplificado. É assim chamado porque é onde se dá o primeiro contato do indivíduo com o sistema de atenção. (STARFIELD, 2002) E esse primeiro contato é, talvez, o mais importante, pois é daí que deve (ou deveria) se estabelecer o encaminhamento para os demais níveis de atenção. Dessa forma, a atenção primária se apresenta, de um lado, como a porta de entrada do SUS e, de outro, como o coordenador geral dos fluxos em todo o sistema. Além disso, e aqui mais uma característica desse nível de atenção, suas ações devem ser contínuas, não se atendo a momentos esparsos da vida do indivíduo como, normalmente, ocorre nos níveis de atenção especializada.

De fato, na atenção especializada (dada nos níveis secundário e terciário) o indivíduo procura os serviços para resolver algum problema de saúde, ou seja, quando já está adoentado. Desse modo, suas ações ficam limitadas à doença e sua manifestação, o que torna essas ações fragmentadas e descontínuas, pois ocorrem em momentos esparsos da vida da pessoa. Evidentemente esse modo de organização não é um problema, na verdade, essa é a vocação, por assim dizer, das ações tomadas nos níveis de atenção secundário e terciário.

A atenção primária é a primeira referência (ou deveria ser essa primeira referência) que o indivíduo tem com o SUS. Mas, ao mesmo tempo, deve ser também (ou deveria ser) a contra referência do sistema de atenção, pois, se de um lado, ela controla os fluxos aos demais níveis (referencia os fluxos aos serviços especializados necessários), de outro, os demais níveis devem retornar os fluxos para a atenção primária (contra referenciando esses fluxos de volta a esse nível) que irá acompanhar de modo sistemático e contínuo a situação de vida e saúde da pessoa. Veja-se, portanto, que tudo converge para a atenção primária que acaba também se constituindo como o nó intercambiador do SUS, ou seja, como ponto de integração de todo o sistema. (MENDES, 2009)

Parece ter ficado claro até aqui que a atenção primária tem um comportamento mais ativo (deve antecipar o agravo, atuar sobre as pessoas e não apenas sobre as doenças, deve se dirigir às pessoas e não o contrário), ao passo que a atenção secundária e terciária tem um comportamento mais passivo (acolhe os fluxos e as pessoas que lhe acorrem para resolver seus problemas de saúde). No Brasil a atenção primária tem como foco a família. Desde 1994 quando foi criado o Programa Saúde da Família (PSF) parece que tudo converge nesse sentido, tanto é assim que de programa, a Saúde da Família se transformou em estratégia de consolidação da atenção primária e do próprio SUS no país. (BRASIL, 2007) A Saúde da Família é formada por uma equipe multidisciplinar que atua a partir de um público-alvo e de um território definido. Como os serviços são organizados para as pessoas e não para as doenças como se vem insistindo, há a necessidade de se definir o público a ser atendido por cada serviço em particular. Mas não só isso, os atributos da atenção primária não se realizam sem que se defina o território ou a área de atuação desses serviços. Por exemplo: não é possível que as ações sejam contínuas e sistemáticas sem que cada serviço saiba exatamente qual é a população sob sua responsabilidade.

A atenção primária no Brasil é feita em Unidades Básicas de Saúde (UBS) com ou sem Saúde da Família e cada uma dessas unidades deve ter um território definido e uma população adscrita para sua atuação. Há, portanto, a necessidade de certa estrutura territorial para a organização desses serviços. Mas como fazer isso? Como definir territórios de atuação das unidades de saúde? É assim e apresentando-se como uma necessidade de método e de política que se desenvolveu no Brasil a proposta da territorialização da atenção primária à saúde.

A TERRITORIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS POLÍTICOS DA SAÚDE

A ideia da territorialização ganhou força na década de 1990 graças ao processo de descentralização da saúde e a responsabilização municipal pela oferta da atenção primária. Na época, foi muito usada para se definir territorialmente os limites dos distritos sanitários, [1] mas é com a Saúde da Família que a proposta se disseminou e se tornou quase imperativo na organização da atenção primária

1 - O distrito sanitário representava na época a resposta mais evidente para a mudança nas práticas assistenciais, fortemente influenciado pelo paradigma da promoção da saúde. Foi tomado como um processo social de mudanças nas práticas sanitárias, tendo uma dimensão política, ideológica e tecnológica. Entretanto, a ideia foi perdendo força no início de século em detrimento das propostas de organização em torno da família.

à saúde no país. A preocupação inicial em termos de agenda de pesquisa foi refletir sobre os sentidos atribuídos à territorialização e a sua capacidade ou não de apreender a complexidade do território urbano.

Um primeiro aspecto que se notou é o relativo distanciamento do geógrafo em relação a esse debate, o que é estranho pelo fato de se tratar de uma prática essencialmente geográfica. Há pequenas contribuições, mas nada que interfira em termos de planos e programas de governo. E isso vai se refletir nos modos como o conceito de território e seus derivados (territorialização e territorialidade) serão pensados no setor saúde. O conceito de território já comporta em si mesmo certa confusão conceitual, isso mesmo no interior da geografia. Além disso, ressalte-se o fato de que essa não é uma categoria disciplinar, juntamente com a geografia apresentam-se as contribuições dadas pelas ciências políticas, antropologia, biologia, entre outras. Daí a dificuldade ainda maior em defini-la ou de tomar uma definição que seja mais adequada para pensar esses territórios da saúde.

A territorialização pode ser entendida como uma técnica ou tecnologia utilizada para se definir as áreas de atuação dos serviços de atenção primária à saúde. (MONKEN e GONDIN, 2008) Acredita-se que seu uso está mais relacionado com as possibilidades que o conceito permite em termos de apropriação do espaço e de praticidade, do que mesmo as suas potencialidades teórico-metodológicas e de mudanças nas práticas assistenciais. De fato, territorializar significa apropriar-se de determinada parcela do espaço e isso pode se apresentar, de um lado, como algo prático e, de outro, como algo politicamente viável. Para o Estado que tem quase que livre trânsito em termos de intervenção no espaço, apropriar-se de uma área, criar um território da saúde não é algo tão difícil. Dessa forma, o uso da expressão territorialização acaba justificando uma prática política da saúde, pois, são territórios políticos que se impõe sobre o território urbano realmente existente. (FARIA e BORTOLOZZI, 2009)

Veja-se, portanto, que é sob a perspectiva política que o conceito de território vem sendo tomado. E isso tem sérias implicações no modo de estabelecer esses territórios da saúde. Uma dessas implicações, por exemplo, talvez a mais importante, é a burocratização desse processo. São territórios padronizados, geométricos, impostos como condicionantes espaciais de acesso aos equipamentos, não há comunicação e integração entre territórios e serviços, dados e situações. Entretanto, o território urbano não pode ser esquadrihado dessa forma, sob o risco de separar e dividir ao invés de integrar e agregar. Está cada vez mais claro para os teóricos da discussão territorial que este não se apresenta hierarquicamente, mas em rede. (SAQUET, 2007) Há sim a sobreposição de territórios, mas não o isolamento. Contudo, territórios político-burocráticos têm limites relativamente rígidos, pois são criados artificialmente nos escritórios dos gestores, desenhados cartograficamente e impostos como condicionantes gerais da vida de relações.

Como conceito, a territorialização deve ser entendida como o processo de criação de territórios. Mas o que anima esse processo? Quais são os atores responsáveis pela sua existência? Ora, supõe-se que a territorialização materializa-se como o processo ou o movimento das territorialidades. São as territorialidades que produzem os territórios ou territorializam os territórios para ser redundante. Não há uma única territorialidade, mas um conjunto de territorialidades que se processam e se movimentam. Mas não são processos harmônicos, há enfrenta-

mentos entre estes mesmos processos e suas intenções, entre atores e escalas. É assim que o território urbano se produz pelo complexo jogo das relações sociais de poder expressas em diferentes escalas e segundo diferentes intencionalidades. As territorialidades são o motor provocador da territorialização e da materialização de territórios que se justapõem. Veja-se, portanto, que a territorialização como movimento não significa absolutamente nada se não se considerar o motor que o anima e lhe dá existência, ou seja, as territorialidades produzidas e produtoras de relações sociais de poder.

A territorialização tem um caráter processual ao passo que as territorialidades têm um caráter estratégico. (SACK, citado por MONKEN e GONDIN, 2008) Ao usar o termo territorialização para se definir áreas (criar territórios políticos) dos serviços de saúde se está enfatizando o seu caráter processual ou prático, mas é no campo das estratégias de intervenção ou das intenções em termos de mudanças nas práticas sociais em saúde que se deve refletir. Deve-se então perguntar quais são essas estratégias e quais os impactos desse tipo de intervenção.

A territorialização é uma tecnologia de gestão e uma política de Estado, já se disse. Como tecnologia ela é também uma solução metodológica, uma prática de “criação de territórios” da saúde. O modo como isso é feito obedece alguns padrões previamente definidos, o mais importante é o número de pessoas ou de famílias adscritas em cada unidade de atenção primária. E esse número é padronizado para todo o país, com variações que podem ser encontradas na territorialização desses serviços nas regiões metropolitanas. Não se pode negar tudo, só o fato de levar os serviços aos territórios já representa avanços em termos de políticas públicas de saúde. Contudo, pensar que todos os territórios terão a mesma dimensão é algo a ser questionado. Estudo feito na área urbana de Pouso Alegre (cidade localizada no Sul do Estado de Minas Gerais) mostrou os problemas de se implantar territórios geométricos dessa forma. (FARIA e BORTOLOZZI, 2009) Um desses problemas, por exemplo, é o que se tem chamado de inadequação territorial. Como são padronizados, os territórios da saúde nem sempre são condizentes com as realidades territoriais híbridas e de dimensões variadas. E isso gera certo estranhamento, pois os limites das áreas de atuação das unidades de saúde não refletem os limites do território existente, já está posto como realidade social projetada no espaço. O grande problema é que esse limite territorial do serviço de saúde acaba por se impor como barreira, só terá acesso ao mesmo a população adscrita localizada no seu interior. E como explicar ao cidadão o fato dele estar incluído num determinado território e não em outro?

Deve-se ainda esclarecer que a atenção primária não atende a totalidade da população brasileira, pouco mais da metade é atendida em unidades Saúde da Família. Na referida cidade, por exemplo, os territórios criados atendem menos da metade de sua população. E como explicar para a outra metade o fato de não estarem incluídas em nenhum território? Há casos muito graves em que parte da rua foi incluída num território de atuação do serviço de saúde e parte não. Essa é a racionalidade do número e não das pessoas. Os limites dos territórios da vida urbana não são os mesmos limites dos territórios da saúde pública. Ora, é este último que tem que se adequar e não o contrário.

Por isso, uma segunda preocupação em termos de agenda de pesquisa tem sido o trabalho em torno de outra perspectiva que não a territorialização. Nessa

perspectiva o objetivo não é criar territórios da saúde, mas reconhecer os territórios existentes e adequar os serviços aos mesmos. Ou seja, a questão não é territorializar, mas reconhecer e se adaptar. Não é uma nova perspectiva em torno da territorialização, mas outra perspectiva, ao invés de criar territórios, pretende reconhecê-los. Isso exige não a apropriação e imposição de territórios, mas o estudo sistemático dos processos sociais constitutivos dos territórios e a adaptação dos serviços às suas variações. Evidentemente essa tarefa pode ser mais complicada, pois criar exige, de algum modo, uma ação deliberativa vinda de cima, ao passo que reconhecer significa ter que dialogar com o território efetivamente usado e vivenciado.

Reconhecer o território é antes de mais anda reconhecer as estratégias (as territorialidades) que lhe dão existência e vida. Ora, as estratégias são as próprias relações sociais de poder expressas em diferentes escalas e segundo diferentes atores e suas intenções (políticas, econômicas e culturais). A projeção espacial dessas relações sociais de poder é o próprio território materializado. Os usos do território refletem esse jogo de poder, basta ver como isso se expressa, por exemplo, em termos de divisão social do trabalho. (SANTOS, 1996)

A adequação dos serviços de saúde aos territórios permitiria pensar as especificidades de cada território e suas necessidades. Assim, tornar-se-ia possível adequar os serviços de saúde a essas necessidades, dando um atendimento diferenciado para cada território em particular. O reconhecimento dos territórios é também e, sobretudo, o reconhecimento das diferenças. Alguns poderiam argumentar dizendo que não se pode atender dessa forma cada território, pois levaria ao risco do privilegiamento de alguns em detrimento de outros. Entretanto, é o contrário o que se está propondo. Ao que parece, em termos de gestão urbana, as coisas ainda são feitas do tipo produção padronizada e em massa. Porém, o padrão pode ser interessante para determinadas realidades, mas funcionar opostamente em outras. E isso pode ocorrer no interior de um mesmo território urbano. Não é possível, por exemplo, pensar da mesma forma a gestão territorial da atenção primária nas áreas centrais e nas áreas periféricas de ocupação de baixa renda.

O reconhecimento dos territórios deve permitir criar limites de atuação dos serviços de atenção primária à saúde. O resultado desse processo será a criação de áreas de dimensões e densidades variadas e com necessidades variadas. Assim, os serviços também terão densidades variadas e especificidades que permitem atender a essas necessidades. E isso não é utopia, mas eficiência de gestão. Evidentemente o território urbano não pode ser pormenorizado ou dessecado como um objeto inerte que se apresenta ao pesquisador. Como é produzido pelas relações sociais de poder, comporta a própria dinâmica dessas relações. Daí dificuldade e quase impossibilidade de querer entender todas essas relações simultaneamente. Porém, isso não deve ser tomado como fator impeditivo para a tarefa que se coloca de entender, reconhecer e categorizar este território. Se isso não é feito, políticas de gabinete continuarão a ser aplicadas.

Deve-se encerrar reafirmando a necessidade de se pensar o território e não querer impor de fora uma nova estrutura político-territorial. São os serviços de saúde que se adequam aos territórios e não o contrário, como vem sendo feito. O ponto de partida é o território e as intervenções devem fazer valer o direito pelo uso do mesmo em sua plenitude, entre eles o direito à saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1989.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios e Conquistas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
- _____. *Política Nacional de Atenção Básica*. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
- FARIA, Rivaldo Mauro de; BORTOLOZZI, Arlêude. “Território, poder e produção de doenças: importância da categoria território para a gestão urbana em saúde”. II Congresso Internacional & IV Simpósio Nacional de Geografia da Saúde. Uberlândia/MG, 2009.
- MENDES, Eugênio Vilaça. *As Redes de Atenção à Saúde*. Belo Horizonte: ESPMG, 2009.
- MENDES, Eugênio Vilaça. “A construção social da vigilância à saúde no Distrito Sanitário”. In: MENDES, E. V. (org.). *A Vigilância à Saúde no Distrito Sanitário*. Brasília OPAS/OMS, 1992, p. 7-19.
- MONKEN, Maurício; GONDIN, “Grácia Maria de Miranda. Territorialização em saúde”. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França (org.). *Dicionário de Educação Profissional em Saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSVJ, 2008, p. 392-399.
- PAIM, Jairnilson Silva. “A reforma sanitária e a municipalização”. *Saúde e Sociedade*, v. 1, n. 2, p. 29-47, 1992.
- SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In: SANTOS, Milton et al. (org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec:Anpur, 1996, 15-20.

Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras

The systems of open spaces and public sphere in brazilian metropolis

EUGÊNIO FERNANDES QUEIROGA

Doutor em Arquitetura e Urbanismo e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na FAU-USP
queiroga@usp.br

Resumo:

Os sistemas de espaços livres constituem um fundamental complexo para os processos de produção do meio urbano e da reprodução da vida nas cidades. Apresentam-se resultados de pesquisa sobre relações entre sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras, onde se afirma a importância de ambos - espaço livre e esfera pública – para a qualidade da vida metropolitana.

Palavras-chave: sistemas de espaços livres, esfera pública, metrópoles brasileiras

Abstract:

The open space systems are fundamentals to production process of urban space and of the reproduction of the urban life. This paper shows research results about relationships between the open space systems and the public sphere in Brazilian metropolis. It affirms the importance of both – open space and public sphere – to the quality of the metropolitan life.

Keywords: Open space systems, public sphere, Brazilian metropolis

Não são poucos os autores que afirmam existir um forte declínio da vida pública e uma biunívoca relação com a valorização da esfera de vida privada. No Brasil são muitos os fatos que parecem apoiar tal percepção:

– no campo dos lançamentos imobiliários, os produtos prometem um mundo de alegrias, praticidades, vida saudável, proximidade com a natureza, felicidade! Tudo garantido por forte aparato de segurança privada, muros cada vez mais altos, encimados por cercas elétricas, helicoidais farpados, câmeras, etc.;

– os shopping centers retiram consumidores das áreas centrais tradicionais, buscando associar consumo e lazer de parcelas cada vez mais amplas da população, novamente tratam-se de espaços de alto controle e aparato de segurança privado. De forma análoga complexos multifuncionais (habitação, trabalho, compras e lazer) permitem a algumas pessoas realizar sua vida cotidiana “completamente” intra-muros;

– novas formas de telecomunicação e teleinformação prometem “trazer o mundo” até os portadores de telas e redes cada vez mais multifuncionais, dos i-phones aos home-teathers”. Para que ir ao cinema se você pode levar o cinema até você? Se é possível fazer seu “filme”, sua “música”, sua “reportagem” e disponibilizar na internet? Diminui-se a necessidade dos contatos interpessoais presenciais para as ações do trabalho, do lazer, dos relacionamentos sociais para os mais diversos fins.

Sem dúvida os fatos acima são cada vez mais frequentes, no entanto não são os únicos a caracterizar a vida nas metrópoles contemporâneas. Desde o doutorado (QUEIROGA, 2001) observa-se forte transformação nas práticas cotidianas dos habitantes metropolitanos ou mesmo megalopolitanos, mas tais alterações não enfraquecem a vida pública. Há sim mudanças na esfera pública, deslocamentos de práticas espaciais públicas, hibridismos, novas complexidades. Impossível afirmar, ao menos para as metrópoles brasileiras estudadas, que estejamos diante do “declínio do homem público”, para usar expressão de importante autor americano (SENNET, 1988) que estuda a vida pública nos países centrais do capitalismo, em particular os Estados Unidos.

Os sistemas de espaços livres ainda apresentam relevância para a constituição da esfera pública? Esta foi a pergunta que norteou o Projeto Temático de Pesquisa intitulado “Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil”, apoiado pela Fapesp e pelo CNPq, formulado pelo LAB-QUAPÁ da FAU-USP, onde tenho o prazer de participar como vice-coordenador. Para responder a esta questão o projeto criou uma ampla rede nacional de pesquisa, intitulada QUAPÁ-SEL, que conta com a colaboração de inúmeros colegas, de universidades das cinco regiões do país. O projeto acabou em 2011, mas a rede continua com a proposta de compreender e colaborar para a qualificação dos espaços urbanos, local de vida de aproximadamente 85% da população brasileira.

Neste artigo apresentam-se resultados deste amplo esforço coletivo de pesquisa, no entanto, as incorreções que o texto possa apresentar são de responsabilidade única do autor deste trabalho.

As metrópoles pesquisadas foram Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Maringá, São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, São Luís, Belém, Manaus e Brasília. Esta última é oficialmente denominada de Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). [1]

Constitui-se o primeiro quadro sobre os sistemas de espaços livres de im-

1 - As RIDEs são as “regiões metropolitanas” ou “aglomerações urbanas” brasileiras que se situam em mais de uma unidade federativa.

portantes metrópoles do país. O conhecimento deste quadro permitiu também:

- avanço teórico-conceitual sobre o assunto, notadamente na relação entre sistemas de espaços livres e esfera pública contemporânea;
- estabelecer princípios de avaliação de sistemas de espaços livres urbanos;
- estabelecer critérios para a proposição de diretrizes para sistemas de espaços livres urbanos.

O volume de informações e mesmo de síntese de resultados foi bastante grande, neste artigo problematizam-se sínteses importantes sobre as metrópoles investigadas. As especificidades dos lugares são muitas e relevantes, porém não são objeto deste trabalho.

SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES: ALGUNS CONCEITOS E POSIÇÕES FUNDAMENTAIS

As formulações conceituais de Milton Santos sobre o espaço constituem em referência central desta pesquisa. O espaço é entendido, pois, como um híbrido entre materialidade e sociedade, entre forma e conteúdo, entre fixos e fluxos, entre inércia e dinâmica, entre sistema de objetos e sistema de ações. (SANTOS, 1996) Tem-se, portanto, o espaço como uma instância social, da mesma maneira que são instâncias sociais a economia, a cultura e a política. (SANTOS, 1985) Mais do que atentar para a dialética no espaço, impõe-se compreender a dialética do espaço, conforme propõe a geografia santosiana.

Os espaços livres são, pela definição de Miranda Magnoli (1982), todos os espaços “livres de edificação”, ou seja, todos os espaços descobertos, sejam eles urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, públicos ou privados. Desta maneira, o estudo dos sistemas de espaços livres vai muito além das áreas verdes, dos espaços vegetados, dos espaços públicos, ao envolver todos os espaços livres.

Para Morin (2008, p. 157) o conceito de sistema exprime ao mesmo tempo unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. Um sistema é um objeto complexo, suficientemente aberto pois estabelece relações com outros sistemas e suficientemente fechado, caso contrário não se constituiria como sistema. Um sistema implica elementos inter-relacionáveis, tais relações (mais que os elementos em si) constituem uma organização e uma estrutura relativamente estável que caracteriza o objeto complexo (o todo sistêmico). A organização, por sua vez, contém dialeticamente as relações que definem o sistema e que o transforma, alterando sua estrutura, possibilitando sua permanência e contendo a possibilidade concreta de sua dissolução. Portanto, um sistema é sempre um processo, está sempre em movimento.

Ainda segundo Morin, um sistema é sempre um “sistema de sistemas”. Pode-se pensar, portanto, em subsistemas (contidos pelo sistema em questão) ou suprassistemas que abrangem o sistema estudado.

Desta maneira, propõe-se entender o sistema de espaços livres (SEL) urbanos como os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intra-urbana à regional. Como um sistema aberto, o SEL urbano se relaciona ao SEL regional, e assim sucessivamente, redefinindo-se reciprocamente em um processo dialético escalar.

O SEL urbano contém todos os espaços livres urbanos existentes num determinado recorte escalar, independentemente de sua dimensão, qualificação estética, funcional e fundiária. A idéia de sistema de espaços livres está vinculada à sua vinculação funcional e organizacional (socioambiental), já que fisicamen-

te somente os espaços públicos estão conectados entre si, principalmente pelo sistema viário. Mesmo os espaços livres públicos não são, necessariamente, todos conectados fisicamente (vejam os pátios internos a algumas edificações, por exemplo). A conexão física é apenas uma das inúmeras relações entre os espaços livres. A contribuição ambiental das áreas permeáveis e vegetadas de uma cidade, por exemplo, se constituem em importante serviço ambiental urbano, ainda que não necessariamente estejam conectadas fisicamente.

Parte-se, portanto, do princípio de que toda cidade possui um sistema de espaços livres. Este sistema está em constante processo de transformação e adequação às novas demandas e pressões da sociedade (empresas, instituições, classes e grupos sociais). O seu melhor atendimento as demandas cotidianas da sociedade vai depender das disponibilidades de recursos, dos padrões culturais existentes e, sobretudo, das decisões políticas que podem levar a eventuais processos de qualificação ou desqualificação de tais sistemas.

O sistema de espaços livres é básico na existência da cidade porque:

- fundamental ao desempenho da vida cotidiana;
- fundamental na constituição da paisagem urbana, elemento da forma urbana, da imagem da cidade, sua história e memórias;
- participa da constituição da esfera de vida pública e da esfera de vida privada.

O conceito de sistema de espaços livres aqui proposto se sobrepõe, contém e amplia o conceito usual de “áreas verdes” frequentemente utilizado no país, que tem como base a necessidade de espaços livres dotados de vegetação. Esta é uma noção reducionista dos espaços livres, deixa de lado características fundamentais do espaço urbano, como a complexidade e diversidade das formas de apropriação e apreensão social e o fato real da impossibilidade física e mesmo da inconveniência da existência de vegetação em determinados espaços livres.

A vegetação apresenta papel fundamental nas metrópoles brasileiras, é elemento essencial para a drenagem urbana, para microclimas mais agradáveis, para a biodiversidade e como fator de embelezamento urbano. Compreende-se, por outro lado, a importância dos espaços não vegetados para inúmeras práticas de relevância cultural: das feiras às festas populares, das manifestações políticas à valorização de determinadas paisagens e patrimônios culturais.

Questiona-se, portanto, o “modelo único” e hegemônico, advindo de um conceito modernista e/ou americano-suburbano de espaços livres contínuos. Propõe-se, em contraposição, uma idéia mais abrangente, que extrapola limitações físicas de conexão e de distância. Não há um tipo único ou ideal de sistema pois cada lugar urbano possui características específicas de formação histórica, características socioeconômicas e de relacionamento com o suporte biofísico.

FORMA E DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES

Os espaços livres públicos são aqueles bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação. No Brasil, empregando as definições de propriedade estabelecidas pelo Código Civil, podem-se classificar os espaços livres públicos em:

- bens de uso comum do povo: espaços de apropriação pública por excelência (a rua, a praça, o parque urbano, a praia, etc);
- bens de uso especial: destinados a atividades específicas (os espaços livres de uma escola pública ou de uma penitenciária, por exemplo);

– bens dominicais: os próprios de qualquer ente público passível de desafetação.

Os espaços livres públicos formam um subsistema dentro do sistema de espaços livres. O principal espaço livre urbano é a rua, elemento fundamental de conexão na cidade, por onde ocorre grande parte da vida cotidiana da sociedade urbana. Parques, praças, mirantes, calçadas, promenades, unidades de conservação de proteção integral, lagoas, praias, rios, etc. se constituem nos demais elementos desse sistema.

O sistema de espaços livres públicos constituem no principal subsistema de espaços livres voltados à esfera de vida pública, notadamente os bens de uso comum do povo.

Os espaços livres privados estão inseridos dentro das áreas particulares, ou são os terrenos privados desocupados. Tais espaços também se constituem num subsistema do SEL urbano. Nos espaços livres privados ocorrem inúmeras atividades do cotidiano da habitação e do trabalho, como descanso, recreação infantil, jogos, atividades do trabalho doméstico, estacionamento de veículos, etc. Jardins, quintais, estacionamentos, pátios de carga e descarga, etc. fazem parte deste sistema que, ao contrário do sistema de espaços públicos, só raramente apresenta conexão física, seus elementos encontram-se fragmentados e dispersos no tecido urbano das metrópoles brasileiras. Seu papel ambiental varia para cada forma do tecido urbano, evidentemente os espaços permeáveis, vegetados e arborizados prestam maiores serviços ambientais ao meio urbano.

O espaço livre na metrópole brasileira é comumente predeterminado a partir do processo de loteamento quando são especificadas e destinadas as áreas para as ruas e demais espaços públicos. A composição dos elementos edificados pode definir as características formais do espaço livre; no entanto, sua qualificação também deverá ser dada pelo seu desenho/projeto e pela manutenção adequada.

Somente em situações urbanas totalmente planejadas e implantadas sob rígido controle de seus promotores, sejam estes o Estado ou empreendedores privados, é factível a existência de uma distribuição equitativa dos tipos de espaços livres previamente idealizados. Este é o caso, por exemplo, de Maringá e Brasília.

Na urbanização contemporânea brasileira, empreendimentos privados de grandes proporções assumem, por vezes o papel de provimento de espaços livres formalmente bastante qualificados, no entanto, via de regra, apresentam acessibilidade muito reduzida e altamente controlada, enfraquecendo a esfera de vida pública. Tais empreendimentos vêm se realizando não apenas nas grandes metrópoles, mas também em cidades médias tais como São Carlos, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, entre outros exemplos paulistas.

Há crescente dependência em relação ao mercado na constituição de sistemas de espaços livres (inter-relação entre espaços livres privados e públicos) em especial em áreas destinadas às elites. Vende-se cada vez mais produtos imobiliários que afirmam uma imagem “verde, tranquila e segura”, quase sempre apresentam fortes impactos sociais, ambientais e paisagísticos que são sentidos apenas no médio prazo.

No país existem diversos padrões específicos de espaços livres. Em linha geral pode-se afirmar:

– para a habitação unifamiliar observa-se a presença dos quintais. A redução dessa forma a meros recuos laterais e de fundos é regra nos padrões ha-

bitacionais de renda média e a carência destes espaços meramente destinados à ventilação muito se observa nos padrões habitacionais ocupados pela população de baixa renda;

- para a habitação multifamiliar vertical ou horizontal é crescente a ocorrência de espaços livres de uso coletivo, evidentemente são maiores e mais elaborados aqueles destinados à população de maior renda, mas mesmo empreendimentos privados para famílias de renda entre 3 e 5 salários mínimos começam a incluir itens de lazer nos espaços livres condominiais;

- novos empreendimentos de maior porte (loteamentos e condomínios fechados, inclusive para fins industriais) apresentam certos cuidados ambientais, destinando áreas aos espaços de conservação ambiental, decorrentes, sem dúvida, do crescente rigor da aplicação da legislação ambiental na produção para o mercado formal no meio urbano;

- por conveniências do cotidiano, proprietários reduzem o espaço livre intralote, sobretudo quando ocupados por residência unifamiliar ou atividades do setor secundário (empresas de pequeno porte) ou terciário. É como se o espaço livre privado fosse apenas uma reserva para futura expansão das edificações. O custo e o trabalho para se adquirir um novo imóvel capaz de abrigar as novas necessidades e exigências de famílias e empresas é alto, “justificando” a redução dos espaços livres da propriedade já em uso. Nos mapas sobre espaços livres intraquadra elaborados pelo LAB-QUAPÁ para cidades das metrópoles citadas confirma a exigüidade de espaços livres como regra geral. A grande maioria das áreas urbanas consolidadas apresenta espaços livres inferiores a 50% da área dos lotes, sendo as áreas com menos de 30% de espaços livres intralote a condição mais frequente.

OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES E A ESFERA PÚBLICA

Quanto às relações entre espaços livres e esfera de vida pública contemporânea vale lembrar a proposição de Queiroga e outros (2009) que, apoiado em Habermas (2006 e 2007), consideram a existência correlacionada de:

- uma esfera pública geral, em sentido amplo, referente a toda vida em público;

- uma esfera pública política, em sentido estrito arendtiano, envolve as ações políticas.

Desta maneira os espaços livres públicos, sobretudo os bens de uso comum do povo, são, por excelência, espaços da esfera pública geral, podendo, em determinados eventos, constituírem espaços da esfera pública política. Deste modo, fica claro que para ampliar a esfera pública política é importante qualificar os espaços da esfera pública geral. Na medida em que se potencializa a vida em público, apresentam-se com maior clareza os conflitos, possibilita-se o estabelecimento da razão comunicativa (HABERMAS, 1989) enquanto razão pública (ROCHLITZ, 2002), portanto, política.

Se por um lado a urbanização brasileira apresenta crescente fragmentação, por outro, com o aumento da mobilidade, eventos públicos (esportivos, culturais, políticos, etc.) podem se estabelecer com maior frequência e liberdade em espaços previstos ou não para isto, de acordo com planejamento governamental, empresarial, do terceiro setor ou mesmo a partir da ação de grupos sociais independentes. Tais situações são freqüentes nos espaços públicos centrais, nos centros expandidos, nas periferias pobres das metrópoles e em seus parques mais importantes.

A materialidade integrante do espaço pode ou não potencializar a esfera

pública. A vida em público pode ser diminuída, por exemplo, ao se permitir o fechamento de uma rua, de um bairro, de uma favela, ou não se investindo na qualidade e distribuição de espaços livres de diferentes tipos e escalas.

Se a vida privada e social tem nos espaços edificados seu maior suporte, a vida pública tem nos espaços livres, sobretudo nos espaços livres públicos, seu maior suporte físico-material para ocorrer, são eles os espaços de maior acessibilidade, de maior capacidade para receber a diversidade, a pluralidade e o imprevisto, características de uma esfera pública mais rica. Evidentemente os espaços livres públicos não se constituem no único suporte para a esfera pública, a internet e outros meios de comunicação também são elementos com crescente importância para a esfera pública. Observa-se não uma oposição entre tais meios – reais e virtuais –, mas o estabelecimento de relações sistêmicas entre eles, permitindo compreender a esfera pública como um sistema de ações que se realiza a partir de um sistema de objetos espaciais - concretos ou virtuais -, constitutivo de um sistema de símbolos e valores culturais.

Os lugares públicos não são, via de regra, formados apenas pelos espaços livres públicos, mas sim pelos sistemas de espaços livres e edificados onde se desenvolve a vida em público. Desta maneira busca-se apreender a esfera pública contemporânea brasileira em suas diferentes manifestações nos mais diversos lugares onde ela se estabelece, tais como: os centros históricos das cidades com suas praças, igrejas, calçadas, prédios públicos e particulares voltados ao trabalho e à moradia, bairros como a Lapa no Rio de Janeiro, a Ilha das Caieiras em Vitória, as praias urbanas de todas as metrópoles litorâneas do país, os campinhos de futebol nas periferias das metrópoles, estejam elas em grandes, médias ou pequenas cidades, de São Paulo à Suzano, Recife à Suape, Belo Horizonte a Brumadinho, etc. Mesmo grandes shopping centers, como o Shopping D. Pedro em Campinas, apresentam tamanha diversidade de formas de apropriação e a presença de diferentes grupos sociais que impedem considerá-los apenas simples espaço de consumo das classes médias.

Neste sentido, as manifestações políticas no espaço livre público, constituidoras da esfera pública política, são como a ponta de um iceberg, formado por toda a vida em público (esfera pública geral), realizada, sistemicamente, nos mais diversos lugares urbanos.

A PRODUÇÃO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES

As oficinas de pesquisa realizadas nas cidades investigadas pelo Projeto Temático QUAPÁ-SEL permitiram a compreensão de um amplo quadro de problemas comuns de gestão a quase todas as metrópoles estudadas. São muitas as boas iniciativas de produção de espaços livres públicos em inúmeros municípios, revelando a importância crescente do tema, mas geralmente sofrem da descontinuidade administrativa e da falta de inserção em planejamento mais integrado.

O espaço livre não faz parte formalmente do status de infra-estrutura urbana, exceção é o sistema viário, porém este continua privilegiando o automóvel, relegando para segundo plano o transporte público e para o terceiro plano o pedestre e o ciclista. Os espaços livres não estão entre as prioridades dos poderes públicos, ainda que isto acarrete em crescentes desastres ambientais anunciados e verificados anualmente na época das chuvas torrenciais (alagamentos, deslizamentos, destruição e mortes).

O processo de planejamento de sistemas de espaços livres é ainda inexisten-

te ou muito incipiente nas cidades metropolitanas, o que dirá de um planejamento efetivamente metropolitano. Observa-se uma multiplicidade de agentes produtores e gestores que dificulta a ação planejada ou coordenada, a desarticulação e sobreposição de funções entre secretarias acarretam conflitos de competências, além disto, a cada mudança de gestão é freqüente a alteração de secretarias e de suas atribuições no que tange ao trato dos espaços livres.

A arborização urbana é bastante ausente da maioria dos tecidos urbanos metropolitanos. As calçadas são, em grande parte, estreitas, as áreas de urbanização periférica são pouquíssimo arborizadas. Raras são as cidades que contam com planos de arborização em implantação mais continuada. Maringá é raro exemplo, fazendo inclusive com que cidades do entorno acabaram adotando a cultura da arborização viária. Em São Paulo, por exemplo, atualmente ocorre plantio arbóreo pouco criterioso, não planejado, mas muito intenso, decorrente do cumprimento de compensações resultante do licenciamento ambiental de novos empreendimentos privados e públicos. Lamentavelmente as perdas nestes plantios são enormes.

Observa-se grande falta de tratamento paisagístico adequado na maioria dos espaços públicos, as maiores exceções são as áreas centrais (maior visibilidade) e bairros de renda alta. As iniciativas recentes de melhoria dos espaços livres públicos nos bairros mais pobres (Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém e Campinas) apresentam, por vezes, projetos inadequados à grande demanda e, via de regra, não são acompanhados de manutenção adequada ao intenso uso. É freqüente, nestes contextos, a alta depredação e a deplorável apropriação pelo tráfico de drogas.

A precariedade dos transportes públicos (exceção maior é Curitiba) não facilita a acessibilidade aos parques, ainda assim observa-se sua crescente utilização, sobretudo nos finais de semana. A conservação dos parques é variável, de cidade a cidade, de bairro a bairro, indo de muito precária a muito boa.

Há crescente tratamento de orlas de rios, mares e lagoas, mas ainda existem muitas orlas sem qualificação paisagística e urbanística. O conflito entre a legislação ambiental vigente, as demandas de uso e os projetos realizados impõe que se revise os procedimentos legais, propositivos e de manutenção. Nas metrópoles litorâneas, trechos de orla mais voltados ao turismo e à moradia das elites são reformados a todo instante, instalando-se novo mobiliário urbano, trocando-se o piso, etc. É grande o desequilíbrio de tratamento verificado nestas metrópoles entre os espaços livres de orla e os periféricos.

A precariedade do saneamento ambiental infesta de esgoto, poluição difusa e resíduos sólidos boa parte dos cursos d'água das metrópoles brasileiras. As áreas de preservação permanente (APPs) urbanas junto aos corpos d'água apresentam alta degradação e se constituem em espaços que fragmentam o tecido urbano, ou quando deles participam, apresentam tratamento paisagístico bastante precários. Exceção costumeira é a dos espaços junto à moradia de alta renda, porém, mesmo em "bairros nobres" é comum as APPs encontrarem-se em mal estado de conservação.

Em diversas metrópoles investigadas (por exemplo: Rio de Janeiro, Belém, Campinas, entre outras) terras públicas das forças armadas se apresentam como barreiras à urbanização, podendo, no futuro, representar importante parcela de estoque de espaços livres para convívio e conservação ambiental.

Não são poucos os desafios para a ampliação e qualificação dos SELs das metrópoles brasileiras, envolvem principalmente as seguintes questões:

- necessidade de uma legislação urbanística-ambiental mais adequada às

especificidades ambientais urbanas;

- saneamento ambiental;
- revisão de paradigmas urbanísticos que priorizam a circulação de automóveis e caminhões e que regem a produção imobiliária voltada ao mercado solvente;
- estabelecimento de planos de sistemas de espaços livres atentos à realidade dos diferentes lugares urbanos;
- articulação das políticas públicas;
- capacitação dos quadros técnicos que planejam, projetam, executam e mantêm os espaços livres.

CRITÉRIOS PARA O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES

A abordagem sistêmica utilizada para a análise dos espaços livres urbanos das metrópoles brasileiras permite conceber critérios para o estabelecimento de diretrizes para a qualificação de sistemas de espaços livres urbanos de maneira mais complexa. Diante da heterogeneidade de situações geoclimáticas, histórico-culturais e econômicas das metrópoles brasileiras, considera-se absurda qualquer idéia de modelo ou de “manual” para “o bom sistema de espaços livres”.

Propõe-se pensar um sistema metapropositivo, diferentemente de um simples elenco – tipo check-list – de itens avaliados ou de recomendações de projeto, tão comuns na bibliografia de origem norte-americana e tão limitador das inúmeras combinações positivas que pode melhor aderir à determinada situação metropolitana, num dado momento histórico, político e econômico.

A vida cotidiana e a esfera pública apresentam diversas formas de apropriação do espaço livre, variando em função das demandas dos diversos grupos sociais, do clima e sua sazonalidade, da presença ou não de determinados equipamentos, do entorno edificado, do dia (de semana ou fim de semana) ou da noite, de eventual programação promovida por instituições, empresas, ONGs e grupos sociais, das condições de (in)segurança, da inserção do referido espaço em relação ao sistema de espaços livres. Neste sentido recomenda-se que um sistema de espaços livres possua diferentes tipos de espaço para possibilitar as mais variadas práticas de apropriações públicas. Deve-se buscar a multifuncionalidade mais do que os usos exclusivos sempre que possível. Assim uma quadra de esportes pode se prestar para uma festa religiosa, uma apresentação de hip-hop ou mesmo uma noite de serestas.

Um sistema de espaços livres urbanos deve se prestar, por exemplo, para as seguintes demandas:

- espaços públicos: circulação, acesso e convívio de pedestres, circulação, acesso e estacionamento de veículos (da bicicleta ao veículo leve sobre trilhos), áreas de estar, convívio, recreação e contemplação da paisagem, áreas de atividades físico-desportivas, áreas de conservação ambiental, espaços para manifestações políticas, artísticas e culturais, áreas para feiras, festas comunitárias, eventos circenses e religiosos, espaços destinados a usos específicos (ligados aos sistemas infra-estruturais de energia, saneamento ambiental, comunicações, portos e aeroportos, espaços de educação e pesquisa, entre outros);
- espaços privados: convívio familiar e social, recreação e contemplação, apoio aos espaços edificados (conforto ambiental, áreas de carga e descarga, estacionamentos, etc.), trabalho e serviços ambientais propiciados pela presença de áreas permeáveis, áreas vegetadas, arborizadas.

Vale observar que a ideologia ambientalista vem se difundindo em todos

os meios, dos centros de pesquisa às atividades domésticas cotidianas. Novas propostas de espaços de conservação ambiental têm maiores chances de serem estabelecidas do que no passado recente. Necessário não isolar a questão ambiental das questões sociais (econômicas e culturais), potencializando assim uma gestão e apropriação mais adequada das áreas de conservação ambiental.

O princípio da equiaccessibilidade aos espaços livres públicos de convívio e lazer deve ser garantido. Para tanto é fundamental estabelecer um sistema que considere a distribuição de tais espaços no território urbano e a sua acessibilidade pelos diferentes meios de transporte.

É preciso atentar para a crescente capacidade de deslocamentos intermunicipais de parcelas cada vez mais significativas da sociedade metropolitana brasileira para fins de ócio e lazer. Tem-se concretamente a apropriação por diversos grupos sociais de um sistema de espaços livres (municipal), dentro de outro sistema (regional ou extra-regional). Novos tipos de espaços livres para estas escalas podem ser propostos, como os parques regionais (QUEIROZ, QUEIROGA, 2010) e as estradas-parque onde se deve garantir a apreensão e uso da paisagem, mesmo sobre propriedades privadas rurais, constituindo uma forte relação complementar entre propriedades públicas e privadas, orientadas por questões da paisagem e do ambiente.

O princípio da diversidade deve ser perseguido, não apenas a biodiversidade como a sociodiversidade e a garantia à diversidade cultural. Hábitos tradicionais e novos, endógenos e exógenos estão sempre em relação dialética, os espaços livres públicos são suporte importante para sua manifestação, contendo elemento educador na medida em que propicia a visibilidade e, quem sabe, o respeito pela alteridade.

CONCLUINDO

Diante dos padrões culturais, das ideologias urbanísticas e paisagísticas exógenas e das motivações econômicas que regem a lógica dialética contemporânea das relações entre o Estado brasileiro e o capital imobiliário, torna-se fundamental discutir os padrões urbanísticos de produção das metrópoles do país. A definição prévia, conceitual e formal, do sistema de espaços livres públicos deve preceder a formalização de qualquer assentamento urbano. O espaço público deve ser elemento indutor aos projetos urbanos, considerando, evidentemente, as especificidades socioambientais locais. É necessário considerar o sistema de espaços livres de forma prioritária e integrada para a constituição de um ambiente metropolitano mais adequado às práticas sociais, à esfera pública e à conservação ambiental. A qualidade de vida propiciada pela urbanização não pode selecionar esta ou aquela classe social, pelo contrário, deve ser considerado um direito do cidadão.

Como falar em um “novo” direito do cidadão – a urbanidade – se nossa urbanização ainda apresenta carências elementares? Não se trata, evidentemente, de priorizar os investimentos em sistemas de espaços livres em detrimento de setores como educação, saúde e habitação. O que se pretende é a integração de políticas públicas, compreendendo que:

- morar é mais do que possuir uma casa, é conviver, inclusive nos lugares públicos;
- educar envolve a cidade, seus espaços públicos, compreendendo a existência do outro, respeitando diferenças, construindo um cotidiano comunicacional

político participativo;

– um ambiente saneado, com microclima adequado, menos poluído, é item de saúde pública, assim como oportunizar espaços livres voltados ao lazer e atividades físicas contribui para a qualidade de vida da população;

– a conservação de várzeas e morros vegetados é garantia de menos enchentes, deslizamentos de terra, perdas materiais e, sobretudo, humanas;

– a mobilidade das pessoas não terá solução viável nas grandes metrópoles se baseada no automóvel, a rua é espaço do cidadão e não deste ou daquele veículo.

Propor a qualificação dos sistemas de espaços livres é, portanto, contribuir para a educação, saúde, transportes, habitação, saneamento e meio ambiente. É construir uma metrópole melhor, pensando espaços de cidadania mais do que de consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 10.406/02, Capítulo III, disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>, acessado em mar./2011.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action* (1981). Boston: Beacon Press, 1989. 2 v., v. 2. Lifeworld and system: a critique of functionalist reason.

_____. *Entre naturalismo y religión* (2005). Barcelona: Paidós, 2006.

_____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política* (1996). 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

MACEDO, S. et. al. “Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil”. In TÂNGARI, V., ANDRADE, R., SCHLEE, M. (Orgs.). *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009. 60-83.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. “Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana”. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORIN, E. *O método 1.: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

QUEIROZ, A, QUEIROGA, E. “Novos processos urbanos e a implantação de parques regionais contemporâneos: estudo de caso na região de Limeira – SP”. In 10º ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Anais. Porto Alegre: PUC-RS, 2010. 1-12. (CD-ROM)

QUEIROGA, E. et. al. “Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações”. In TÂNGARI, V., ANDRADE, R., SCHLEE, M. (Orgs.). *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009. 84-99.

ROCHLITZ, Rainer (coord.). *Habermas: o uso público da razão* (2002). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Pela 'Luz' dos nossos olhos: uma interpretação do bairro paulistano

For the 'Luz' of our eyes: an interpretation
of the Luz Quarter of São Paulo

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICCHI

Programa de Pós-graduação em Urbanismo - PUC-Campinas
schicchi@terra.com.br

Resumo:

São Paulo possui bairros típicos e tradicionais que já mereceram inúmeros trabalhos monográficos. São documentos que consolidam a memória da cidade paulistana, de seus habitantes, cuja história continua sendo escrita pelo cotidiano das pessoas que habitam estes territórios. Porém, o que ressalta quando percorremos as ruas dos bairros da cidade é a herança presente de certo caráter próprio, que ao mesmo tempo em que permite a identificação de seus limites, também reforça fronteiras em relação a outros bairros. Este texto trata da dificuldade de integração do bairro da Luz com o contexto do centro de São Paulo que lhe faz divisa. É a tentativa de interpretar alguns fatores que tornam complexa qualquer leitura sobre o bairro, e por extensão, de qualquer intervenção de reabilitação ou renovação, e uma reflexão sobre a reiteração de seu caráter de área periférica ao centro, decorrente de sucessivas intervenções e atividades ali localizadas historicamente.

Palavras-chave: Luz; Bairros paulistanos; Reabilitação; Usos; Urbanismo.

Abstract:

São Paulo has typical and traditional quarters that inspired a large bibliography. These are documents that consolidate a memory of the city, of its inhabitants, whose stories is still being written by the daily life of the people that live in this territory. However, what shows when we go through the streets of the city quarters is the present heritage of a proper character that, while allowing the identification of its limits, also reinforce borders relative to other quarters. This text deals with the difficulty of integrating the Luz quarter with the context of São Paulo downtown, that borders it. It seeks the interpretation of some factors that render complex any reading of the quarter and consequently of any rehabilitation or renovation intervention and a reflection on the character of a periphery to the center area resulting from successive interventions and activities historically located there.

Keywords: Downtown; Luz; São Paulo quarters; Rehabilitation; Uses; Urbanism.

*A cidade de São Paulo, situada em uma chapada, ramifica-se na planície, estendendo como longos braços belos e extensos bairros que hão de, pelo futuro, chamar a si toda a importância e vitalidade... Tempo virá em que o São Paulo de hoje há de ser a cidade velha, abandonada, desprezada, posta à margem e o ex-bairro da Luz, centro de tudo que dá vida e animação. [1]
Visconde de Taunay (1865)*

1 - Em "A falta de pedra prejudica as construções". (BRUNO, 1981: 82)

2 - No Centro de Preservação Cultural da USP (CPC USP), de 23 de março a 29 de abril de 2011, cujos curadores foram Eduardo Costa e André Kobashi. Desta mesa específica, intitulada "Política e Memória da Cidade" participaram, além de mim, Maria Stella Bresciani e Cibeli Rizek.

Em recente participação em uma mesa de debate ocorrida em São Paulo, como parte das atividades propostas junto à exposição de fotos "Bairro da Luz – Documentos Recentes", [2] um aspecto importante permeou as diferentes apresentações e as intervenções que se seguiram: a qual Luz nos referimos ao pretendermos discutir o seu desígnio? Ao bairro, composto pela diversidade funcional e social que incorporou transformações, porém manteve o caráter de heterogeneidade em seu desenho? À área à qual se atribui a vocação de pólo cultural, objeto dos investimentos públicos mais recentes como as reabilitações da Sala São Paulo, Museu da Língua Portuguesa e Pinacoteca do Estado? À área que se constituiu historicamente e permaneceu até os anos 1960 como limite extremo da "zona de transição do centro". (MÜLLER, 1958: 175) cindida pelos trilhos da ferrovia, permitindo todo o tipo de localização "naturalmente" inadequada à própria área central? Ou à área ocupada por diversos grupos sociais, moradores informais, habitantes do espaço público, estigmatizados e, portanto, não computáveis nos projetos?

As fotos expostas revelavam momentos particulares vividos pelas pessoas que habitavam as edificações demolidas recentemente, assim como de trabalhadores que participaram das demolições, registrando a perplexidade ou indiferença dos transeuntes, moradores e comerciantes que continuam fazendo parte do cotidiano deste território.

O período documentado é o primeiro registro das ações de demolição [Ver Fig. 1] deflagradas neste ano, porém, o processo foi iniciado em 2004, quando foi criado o Projeto Nova Luz pela Prefeitura de São Paulo, que prevê a intervenção em uma área correspondente a 23 quadras, em que metade - cerca de 10 quadras, 105 mil m² ou 750 imóveis - foram declaradas de utilidade pública pela prefeitura.



FIGURA 1 - Quatro imagens das demolições realizadas este ano na área da Luz, tomadas da Av. Duque de Caxias, uma das vias que definem o perímetro do Projeto Nova Luz. Fonte: elaboração própria, 2011.

ra, e incluídas no perímetro abrangido pela Lei 14.096/05, que propõe incentivos fiscais para novos investimentos na área mediante a emissão de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) ou redução de IPTU e ISS, entre outros, com objetivo de promover a reurbanização e o incremento de usos habitacionais, de serviços e atividades ligadas à cultura e tecnologia.[3]

As demolições se iniciaram em 2007, em duas quadras, como ato simbólico do poder público, demarcando com ação direta a intenção de melhorar a área, diante do impasse gerado após o primeiro processo de consulta pública a empresas interessadas em participar do projeto, por meio de edital lançado em 2005 e retirado no final de 2006 do site da prefeitura, em que houve a manifestação de interesse por parte de vinte empresas. Ao final desta consulta a área recebeu recursos em torno de R\$ 3,6 milhões, captados pela iniciativa privada, por meio da Operação Urbana Centro, destinados principalmente para as desapropriações, ou seja, possibilitando que as primeiras intervenções pudessem partir do poder público. As desapropriações e demolições das quadras têm como objetivo a construção dos edifícios sedes da Subprefeitura, da Prodam e de outras unidades da administração pública. (AVC, 2006: 29)

Não obstante, mais recentemente, com intuito de romper a resistência de parte dos empreendedores imobiliários em investir na área,[4] a prefeitura aprova, em 2009, um instrumento de parceria público-privada, a Lei de Concessão Urbanística e sua aplicação na área declarada de utilidade pública dentro do perímetro do Projeto Nova Luz (Leis 14.917 e 14.918/2009). A lei, baseada nos termos do art. 239 da Lei do Plano Diretor Estratégico da Cidade, permite que o poder público conceda, por meio de licitação, o direito de desapropriação de uma área urbana à iniciativa privada, ou seja, a empresas ou consórcios privados, cujo interesse em investir supostamente estaria na valorização imobiliária e recuperação do investimento a partir da venda dos novos imóveis construídos, além dos já citados benefícios de isenções fiscais, e possíveis repasses de verbas captadas na Operação Urbana Centro, conforme já foi apontado. O projeto, que está sendo desenvolvido pela prefeitura em parceria com o consórcio formado pela Concremat Engenharia, Cia City, Aecom e Fundação Getúlio Vargas, deverá ter licitação em julho deste ano. As empresas vencedoras terão o direito de vender e alugar os imóveis desapropriados por um período de 20 anos. (GRANJEIA, 2011)

Apesar da polêmica causada pelo projeto, e consoante com as iniciativas da prefeitura, o governo do estado, neste ano empreendeu a demolição da quadra onde se situava o edifício da antiga Estação Rodoviária de São Paulo, que funcionou como tal de 1961 até 1982, em frente à Estação Julio Prestes, e que, desde que as atividades foram transferidas para o Terminal Rodoviário do Tietê, passou a abrigar um shopping popular de confecções. A demolição foi iniciada após a desapropriação do prédio pelo valor de R\$ 34 milhões, prevista dentro do programa Pólo Luz, (TAMOTO, 2006) e teve a finalidade de abrir espaço para a construção do Teatro da Dança, com projeto do escritório suíço Herzog & De Meuron (ESTADÃO, 2010) denominado Complexo Cultural Luz, que prevê em seu programa três teatros, escola de dança, salas de ensaios, biblioteca, auditório, café, loja, praça de convivência e estacionamento para mil veículos.

Encontra-se em curso na área da Luz em São Paulo, portanto, a implementação de uma política urbana ao avesso - sem plano ou projeto, porém

3 - "Prefeitura decide desapropriar "Cra-colândia" *Folhaonline*, 9/9/2005.

4 - Ver argumentos de representantes da iniciativa privada descritos mais adiante.

5 - Segundo nota geral divulgada pela Emurb (Empresa Municipal de Urbanização) à imprensa em novembro de 2002: "A Comissão Executiva da Operação Urbana Centro aprovou a liberação de cerca de R\$ 4,1 milhões para a desapropriação de imóveis para projetos de moradia e revitalização na área da Nova Luz e da futura Praça das Artes, no Vale do Anhangabaú. Os recursos da Operação Urbana são provenientes da concessão de potencial construtivo maior do que o previsto, em troca do pagamento de valor a ser empregado pelo Município em benfeitorias na própria região. Os projetos são da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). Na Nova Luz, serão desapropriados nove terrenos na Rua dos Gusmões, entre as Ruas Andradas e Triunfo, num total de 2.523m². As áreas serão utilizadas para a construção de 199 unidades de habitação de interesse social (HIS), em obras que serão executadas numa parceria da Prefeitura com a CDHU e a Caixa Econômica Federal, via Programa de Arrendamento Residencial (PAR). A Comissão deu ainda o passo inicial para a futura Praça das Artes – projeto em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura de revitalização do quarteirão que abrange a rua Formosa, a lateral da praça Ramos de Azevedo, a rua Conselheiro Crispiniano e a avenida São João. Foi aprovada a compra de um lote, na Avenida São João, vizinha ao Conservatório Dramático e Musical, que servirá de anexo ao Teatro Municipal. O plano para o quarteirão é criar uma área voltada para o lazer e cultura, com a transferên-

com modelo de gestão já definido por meio de parcerias público-privadas, em áreas de intervenção que serão em breve licitadas, promovida pela atual gestão e prorrogada, ao que parece, até a próxima, dada a dimensão das intervenções propostas pelo Estado e pela Prefeitura simultaneamente.

É importante ressaltar que, embora o poder público esteja explicitando sua intenção em favorecer os investimentos na área, por meio da flexibilização de índices construtivos da Operação Urbana (de 4 até 6 vezes sobre a área do lote), [5] de aplicação dos recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), advindos de financiamentos a programas de reabilitação de áreas centrais e aprovando um instrumento jurídico que permita aos investidores a autonomia de negociação para a desapropriação dos imóveis privados na área, muitos setores ainda manifestam reticências a este projeto. Em debate realizado pela Associação Viva o Centro, em maio de 2006, alguns dos argumentos enumerados pelos representantes da iniciativa privada foram enfáticos sobre esta questão:

(...) o incentivo fiscal é muito interessante, mas o investidor sempre vai olhar para a região em função do que já existe e do que já foi desenvolvido. Então, corre-se o risco de lançar o projeto e, eventualmente, não conseguir atrair os investidores privados que se gostaria de atrair.

(...) como fica a situação do investidor privado, em função de uma eventual discussão do valor da indenização que se arraste por anos e anos? Sabemos que este risco diminui bastante em função do pagamento de indenização prévia, em dinheiro, mas o risco ainda existe.

(...) a concessão está sendo pensada para 30 anos. Mas a questão é: em 30 anos o investidor conseguirá amortizar os recursos gastos e ter uma margem satisfatória de rentabilidade? (AVC, 2006: 42)

Ou ainda:

Com relação ao empreendedor, a dúvida fica por conta da livre negociação. A livre negociação esbarra na pulverização da propriedade e pode afugentar os investimentos uma vez que a compra pode levar anos até se encontrar todos os herdeiros. Eu, particularmente, mudaria a questão de livre negociação para a desapropriação de fato. Acho que isso ajudaria, e muito, a velocidade de qualquer tomada de decisão por parte da iniciativa privada, fator a meu ver, crucial para o sucesso da operação. (AVC, 2006: 48)

Outros argumentos levantados ainda foram a ausência de vagas de estacionamento, mesmo considerando a grande oferta de transporte público na área, a característica das plantas dos edifícios existentes na área declarada de utilidade pública, uma vez que as novas empresas demandam plantas horizontalizadas com áreas entre 5000 a 6000 m² e não edifícios com vários andares com áreas restritas e, por último, o próprio valor dos imóveis no centro, já que

os mais antigos possuem grande taxa de ocupação e alto índice de aproveitamento dos lotes, o que faz com que um terreno de 200 m² tenha até 1.200 m² de área construída, tornando onerosa a desapropriação de vários lotes para uma construção com novo padrão de ocupação. (AVC,2006: 14)

A ausência de projeto ou plano para área como um todo revela uma postura que não foi inaugurada nesta última gestão, mas vem de um longo processo que consolidou uma forma de compreender e intervir pontualmente sobre a cidade e sobre o centro, através de projetos em perímetros circunscritos, alguns bastante arbitrários, constituídos para atender a imperativos administrativos e outros decorrentes das próprias dificuldades topográficas, limitados por acidentes geográficos ou por terrenos vazios remanescentes de intervenções anteriores. A abrangência dos perímetros de áreas centrais, centros históricos, centros expandidos, como aponta Feldman (2003: 39) “encolhe e se dilata como se fosse um líquido ou gás.” Como decorrência, também os perímetros adotados em planos, programas e projetos para a área se dilatam e contraem conforme objetivos específicos, que têm mais a ver com o resultado do empreendimento ou a parcela da população a que estão dirigidos do que como resultado de uma compreensão total e real da área de intervenção.

Do ponto de vista histórico, é possível apontar alguns fatores que contribuíram para uma visão setorializada da área central, já que a ocupação e, mais tarde a apropriação das áreas centrais se deu de forma distinta e paulatina, seja do ponto de vista social, funcional ou construtivo, sendo um fator importante a constituição geográfica bastante acidentada da área, aproveitando as “colinas tabulares” entre os vales dos rios que confinavam o núcleo inicial da cidade (Anhangabaú e Tamanduateí), únicas alternativas de ocupação contínua do tecido urbano.[6] Conforme nos apresenta Müller (1958: 146), o perfil topográfico da área acabou por determinar as diversas fases de expansão da centralidade paulistana. Cada uma das fases representou a superação de obstáculos oferecidos pelo sítio e a integração entre as cotas mais altas, mais ou menos isoladas, gerando a paisagem característica do centro paulistano formada por viadutos e ladeiras,[7] possibilitando mais tarde o desenvolvimento de eixos de ligação e formação de novos bairros na chamada coroa central. [Ver Fig. 2]

Assim, como o processo de expansão do centro se iniciou apenas na segunda metade do século XIX, durante muito tempo as áreas envoltórias seriam depositárias de todos os usos próprios de áreas periféricas. Na proximidade do Jardim Botânico da Luz, inaugurado em 1825, lugar de recreio dos paulistanos nos finais de semana, localizavam-se os cemitérios da Ordem Terceira do Carmo e dos Protestantes, o Mosteiro da Luz, o Presídio Tiradentes, o Quartel e o Hospital da Força Pública e a Usina Elétrica da Luz. (CADERNOS CIDADE DE SÃO PAULO, 1994)

O Campo da Luz, que hoje corresponde à Avenida Tiradentes, era um dos maiores espaços abertos de que dispunha a Imperial Cidade de São Paulo, uma área para uso público, para a qual se voltavam chácaras da aristocracia paulistana, implantadas de maneira a manter certa distância entre si, até o final do século XIX. Já era um local de comércio, onde se realizavam feiras e corridas de cavalo. Também a Ermida da Luz atraía a população para longos passeios. (CESAR, FRANCO & BRUNA, 1977: 75) Não obstante, o abandono das margens do Rio Tamanduateí, próximo ao encontro com o Tietê era um fator de depreciação da área por sofrer alagamentos frequentes.

cia da Escola Municipal de Música, Balé da Cidade, Escola de Bailado e criação de um complexo de cinemas no Cine Marrocos.” Disponível em: http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/101106_a_infonline.htm. Acesso em: 22/04/2011.

6 - Segundo Müller (1958:136): “Na verdade, a colina histórica constituía um recinto quase fechado pela natureza, em virtude das escarpas abruptas que a separavam dos rios Anhangabaú e Tamanduateí. A única saída fácil encontrava-se no estreito pedúnculo que, para o Sul, se encaminha na direção do Espigão Central, onde veio a instalar-se a Avenida Paulista; aproveitou-a a Rua da Liberdade, embora sem oferecer motivos de atração para o Centro, que ali só poderia tomar um aspecto linear. Para Leste, a ampla várzea do Tamanduateí constituía, como ainda hoje, um obstáculo à expansão. Para Oeste, as colinas tabulares da margem esquerda do Anhangabaú apareciam como um permanente foco de atração, ainda mais porque novos e formosos bairros nela se fixaram, mais além: mas havia um vale a transpor e, sobretudo, as águas do Anhangabaú.”

7 - O primeiro viaduto construído foi o do Chá, em 1879. O segundo foi o Viaduto Santa Ifigênia (1913), seguido pelo Viaduto Boa Vista. Mais tarde, na gestão de Prestes Maia, entre as décadas de 40 e 50, foram construídos mais cinco: o Dona Paulina, o Nove de Julho, o Jacaré, o Major Quedinho e o Martinho Prado (MÜLLER, 1958:156).



FIGURA 2 - Nesta sequência de mapas elaborados a partir dos mapas históricos da Cidade de São Paulo, é possível ver o avanço da ocupação da área da Luz. No primeiro, de 1881, é possível constatar que para além dos trilhos havia apenas o Jardim e o Campo da Luz, a Casa de Correção e o Convento da Luz. No segundo, de 1895, já se pode ver o arruamento do bairro do Bom Retiro e do Pari, além da plena ocupação do bairro de Campos Elíseos e, no terceiro, aparece já concluída a retificação do Rio Tamanduateí que possibilitou a construção dos armazéns do Pari, o Quartel, o Hospital Militar e o Seminário Episcopal. Fonte: Elaboração própria sobre Mapas da Cidade de São Paulo. Coleção do IV Centenário, 1954. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/1872.php>, acesso em 20/04/2011.

Basta caminhar pela Avenida Tiradentes, com suas fileiras de árvores e dupla faixa de tráfego, marginadas por palacetes, para a gente se sentir em Paris. Mas basta aproximar-se da região do Tietê – o “East End” de São Paulo – e você estará nas docas de Lisboa ou do Porto. [8]
Domville-Fife (1909)

8 - “São Paulo classifica-se como segunda cidade do Brasil.” (BRUNO, 1981:148)

Cada desdobramento de perímetro do centro, portanto, correspondeu a uma nova conquista de território, vencendo obstáculos topográficos e geográficos (várzeas e cursos d’água). Porém, um dos elementos que vai marcar a definição do perímetro central da cidade é a construção da linha férrea. A localização da principal estação ao norte do centro transformou esta área em uma fronteira para os bairros mais afastados e também definiu o desenho da coroa de bairros industriais e operários ao redor do centro. (CARVALHO, SCHICCHI, 2006) Periferia que permaneceu por muitos anos, e que nenhum projeto ou plano conseguiu reverter até período bem recente.

A construção da Estação da Luz (1900), por outro lado, foi responsável pelos primeiros surtos de urbanização para a área, principalmente por ter sido implantada concomitantemente à primeira linha de bondes da cidade ligando o Largo da Sé à estação. A localização de outra estação, a da linha Sorocabana (1929), consolidaria a função de circulação e passagem da região ao longo do século XX, assim como a expansão das atividades comerciais, industriais e a localização de armazéns e bairros operários, margeando os trilhos das ferrovias e reforçando o caráter excêntrico da área.

Em quase todas as ruas do centro e dos arrabaldes são encontradas magníficas casas; porém surpreenderam-me sobretudo as ruas Aurora, Visconde do Rio Branco (ex-rua dos Bambus), Florêncio de Abreu, Alegre, diversas dos Campos Eliseos e do Bom Retiro, todas elas em Santa Ifigênia.

O Bom Retiro é, por assim dizer, exclusivamente habitado por famílias de operários, que compreendem uns 4 mil indivíduos... É de lastimar que não se tenham melhor preparado os terrenos do Bom Retiro para evitar que as águas pluviais fiquem retidas em alguns lugares e também podia ter havido melhor direção no alinhamento de algumas construções. (...) as ruas da Estação, Episcopal e outras vão ser igualmente prolongadas, atravessando a várzea para facilitar as comunicações com o distrito do Brás. Ali vão ser construídos os novos armazéns da São Paulo Railway Co. (...)[9]
Henrique Raffard (1890)

9 - “Um centro industrial cada dia mais importante.” (BRUNO, 1981: 104)

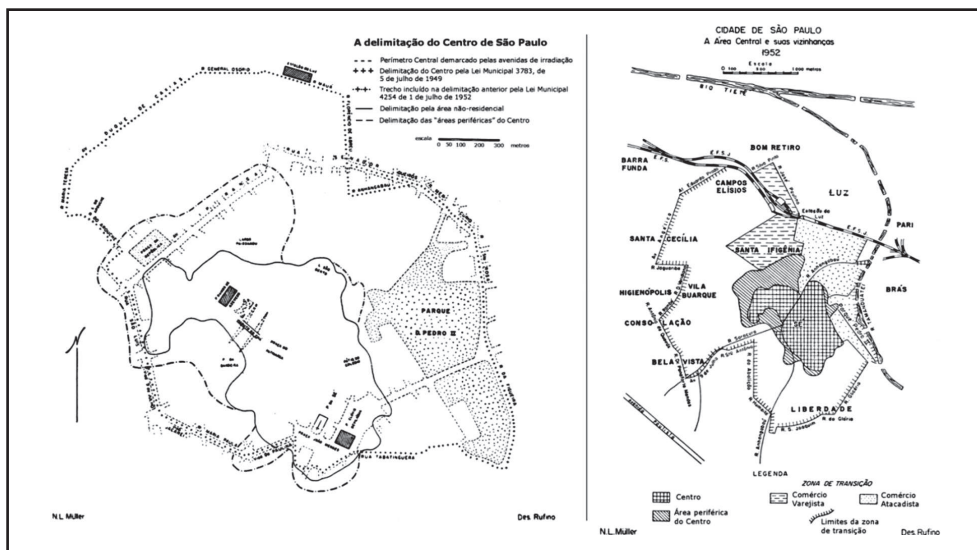


FIGURA 3 - Dois mapas publicados no estudo sobre a área central de N.L. Müller. À esquerda, a autora apresenta o mapa do centro de São Paulo e aponta possíveis critérios para sua delimitação (p.123). À direita, vemos o limite do centro da cidade com sua área periférica e a zona de transição (p.176). Fonte: MÜLLER, 1958.

Desta forma, a área da Luz, em meados da década de 1950, em termos funcionais, já era apontada como uma zona de transição do centro, caracterizada pela penetração da função comercial em bairros anteriormente exclusivamente residenciais como Santa Ifigênia e Campos Elíseos, além dos bairros limítrofes de Santa Cecília e Bom Retiro. Segundo Müller (1958: 175), tais bairros formavam uma zona que “não se classificava entre os bairros da cidade, onde as residências apareciam entremeadas por pequenas lojas, oficinas diversas, e, como elemento bastante característico dessas áreas, casas de ‘rendez-vous’ e pensões suspeitas.” [Ver Fig. 3]

Entre outras características das áreas de transição, apontadas neste momento, algumas poderiam perfeitamente definir aspectos presentes ainda hoje na paisagem da Luz (MÜLLER, 1958: 178-179):

De fato, à espera de circunstâncias mais favoráveis e unicamente preocupados em obter melhores rendimentos, muitos proprietários deixam os prédios em lamentável abandono, sem se preocuparem com sua conservação, o que pode ser constatado em suas fachadas clamando por nova pintura, nas vidraças quebradas, nos interiores, incrivelmente maltratados. Chegado o momento propício, tais prédios ver-se-ão demolidos e serão substituídos por novos edifícios, geralmente arranha-céus, que conterão apartamentos e cujo pavimento térreo será reservado para lojas comerciais.

(...) *essa deterioração material* constitui um dos característicos das cidades novas de tipo americano, assim como a existência da própria zona de transição (...) o baixo merecimento achava-se concentrado nessa zona de transição, numas poucas ruas do Bom Retiro. Todavia, em virtude de decisão do Governo do Estado, foram evacuadas as casas de tolerância existentes e, conseqüentemente, dispersadas as infelizes que ali viviam; tal medida, porém, não conseguiu resolver o problema e teve como conseqüência a localização das meretrizes em pontos esparsos, sobretudo no bairro dos Campos Elísios, o que, sob certo aspecto, veio agravar o problema, uma vez que passaram elas a viver em áreas ainda residenciais, em inevitável contato com as famílias que nelas habitam. [Grifo da autora]

Já em meados dos anos 1970, a função de circulação e transportes era apontada como preponderante nesta área, uma vez que se constituiu em ligação entre o sul e o norte da cidade, com a formação dos eixos representados pelas Avenidas Tiradentes, Cruzeiro do Sul e do Estado. (CESAR, FRANCO & BRUNA, 1977: 92) O fato de ser atravessada por esses grandes eixos rodoviários acabou contribuindo também para a degradação da área, que além dos aspectos ambientais negativos (ruído, fumaça e poeira), também foram responsáveis pela fragmentação dos tecidos urbanos e isolamento dos bairros intersticiais, como os do Pari e Brás a Leste e os do Bom Retiro e Campos Elíseos, a oeste, fato que se somou aos vazios produzidos ao longo dos eixos ferroviários. A construção da

Rodoviária, o aumento de linhas de ônibus interurbanos que atravessavam a Luz em direção à Via Dutra e Fernão Dias, nos anos 1960, consolidariam o caráter metropolitano da área, aspecto que seria reforçado após a inauguração das estações do Metrô nos anos 1980. Este quadro é o que se apresentava na ocasião em que foi realizado o primeiro diagnóstico e proposta para a renovação urbana da área da Luz, em 1977.^[10]

Ao mesmo tempo, decorrente desta definição funcional de circulação, aí remanesceram as áreas ocupadas desde os primórdios por diversos usos característicos de arrabaldes, ocupando grandes quadras, ou conjunto de quadras, tais como o Jardim da Luz, o Mosteiro da Luz (1774), transformado em Museu de Arte Sacra, a Pinacoteca do Estado (1897) (anteriormente, até meados dos anos 1980, ocupada também pela Escola de Belas Artes), o Solar do Marquês de Três Rios, a Escola Politécnica ou Faculdade de Tecnologia de São Paulo (1893), o Quartel da Força Pública (1892) ou Quartel da Luz, o conjunto de edifícios da Praça Coronel Fernando Prestes, a Casa de Correção (1852) de cuja construção demolida em 1972 só restou o Arco de Entrada, o Seminário Episcopal ou Igreja de São Cristóvão (1853), a Usina Termoelétrica (1892), outra construção demolida em 1985 da qual só restou uma chaminé (PROGRAMA MONUMENTA/BID, 2001), assim como os hotéis Conde de Queluz e Federal Paulista (início do século XX), equipamentos presentes até hoje e cujos usos foram se transformando ao longo do tempo.

Começemos pela face norte. Quem, da Estação da Luz, descesse pelo primitivo caminho do Guaré, antiga estrada para Atibaia, mais tarde rua Comércio da Luz e atual Avenida Tiradentes, notaria de lado a lado, até a Ponde Grande, insignificante número de casas; em geral, residências senhoriais, um tanto distantes umas das outras dentro de grandes chácaras. Destacavam-se, por sua imponência, os edifícios do Seminário Episcopal, do Convento da Luz e o da residência do comendador Fidêncio Prates, que bem posteriormente nela instalou-se a Escola Politécnica. A Casa da Correção já existia desde 1850, bem como o romântico Jardim Público, com seus característicos encantos, dentre os quais o célebre “canudo do João Teodoro”, simples torre de tijolos, de uns quarenta metros, encimada de mirante de onde se descortinava belo panorama circular de grande raio, abrangendo toda a cidade.^[11]

Everardo Valim Pereira de Souza (1886-1991)

Com esta característica de transformação dos usos dos edifícios, outra vocação seria apontada para a recuperação da área. Retomando a tendência verificada já no final da década de 1970, o Governo do Estado promoveria um novo estudo para a área, em 1984, o Projeto Luz Cultural, cujo principal objetivo era a integração dos espaços públicos e institucionais da área, reforçando seu caráter de pólo cultural. Nesta mesma direção, em 1998, o Projeto Luz, desenvolvido dentro do Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com recursos do BID e coordenado pelo DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) da prefeitura de São Paulo, também potencializaria as atividades culturais, investindo num circuito de lazer e turismo, propondo várias melhorias para a área, desde equipamentos para praças até a implantação de um camelódromo, visando ordenar o comércio informal do entorno das estações. No final da década de 1990, vários estudos sucessivos seriam realizados, promovidos pela Associação Viva o Centro (2000), entre eles o “São Paulo Centro – Uma nova abordagem”, o “São Paulo Centro” e, por ocasião da implantação do Complexo Cultural Júlio Prestes (1999), o “Pólo Cultural Luz”.

10 - Trabalho intitulado “Área da Luz. Renovação urbana em São Paulo”, realizado por equipe técnica do escritório Rino Levi Arquitetos Associados por solicitação da COGEP (Coordenadoria Geral de Planejamento, atual SEMPLA) tendo em vista a regulamentação das “Zonas Especiais” propostas na Lei de Zoneamento, nas quais a área da Luz se enquadrava.

11 - “Triste e monótona a vida social da cidade”. (BRUNO, 1958: 100)

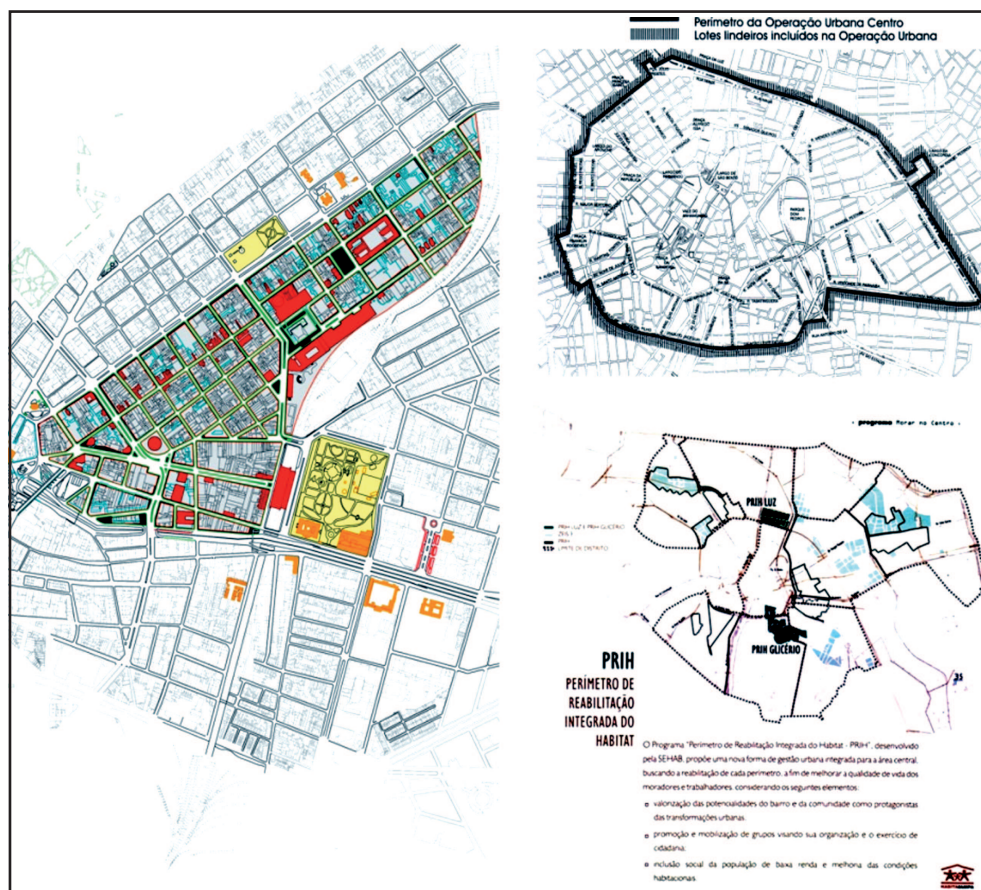


FIGURA 4 - Três delimitações de perímetro referentes à área. À esquerda, o perímetro do Programa Pólo Luz-Santa Ifigênia, à direita superior, o perímetro de intervenção da Operação Urbana Centro e, à direita inferior, o perímetro de atuação do PRI – LUZ (Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat), proposto na gestão Marta Suplicy. Fonte: Projeto Pólo Luz, Edital da Operação Urbana Centro e Programa Morar no Centro (HabitaSampa). Disponíveis em: <http://www.vivaocentro.org.br/biblioteca/index.htm> e http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/novas_operacoes_urbanas/, respectivamente.

(MEYER; IZZO, 2000: 129-146) Seguindo esta mesma linha de valorização dos edifícios públicos, o Programa Monumenta/BID inicia sua atuação na cidade a partir da definição de um conjunto de edifícios históricos na área da Luz, pois, conforme já foi descrito, esta é a região que mais concentra equipamentos culturais e edifícios remanescentes de valor histórico e artístico, única a atender aos critérios de candidatura definidos pelo IPHAN. [Ver Fig. 4]

Para cada um destes projetos e estudos, assim como para as áreas consideradas pelos planos diretores e concursos de idéias realizados, houve um perímetro diferente definido. Em alguns, a área da Luz era parte da área central, em outros, o traçado da ferrovia coincide com o limite da área considerada, e por fim, o bairro da Luz não conforma oficialmente um território autônomo, ora considerado como parte da Subprefeitura Sé, ora incluído no distrito de Bom Retiro. [Ver Fig. 5]

- Campo, caminho, pouso, chácaras de arrabalde...
- Jardim Botânico, passeio público, parque...
- Ermida, convento, igreja, seminário...
- Casa de Correção, Cadeia Pública, Quartel...
- Entroncamento ferroviário, rodoviária, eixos viários...
- Museus, pinacoteca, sala de concertos...

- Escola técnicas, Faculdades, Edifícios institucionais...
- Comércio especializado, atacadista, popular...
- Bairro aristocrático, bairro típico, bairro popular, vila operária...
- Galpões, depósitos, fábricas, garagens...

A diversidade de usos não conseguiu configurar um caráter de centralidade na área da Luz, pois estes jamais convergiram. Ao contrário, os usos convivem lado a lado sem se integrarem. Os bairros de comércio especializado possuem uma dinâmica própria e seus próprios transeuntes, funcionários, consumidores, assim como os que se destinam aos museus e sala de concertos parecem ignorar a pulsação dos que passam pela estação dirigindo-se a outras cidades. Os inúmeros edifícios institucionais e educacionais presentes representam outra lógica de circulação, assim como o percurso dos moradores dos bairros envoltórios, os lugares escolhidos pela população em condição de rua, pelos usuários dispersos nos



FIGURA 5 - Mais dois perímetros de intervenção distintos na área da Luz: na imagem superior, o perímetro de Intervenção do Projeto Nova Luz e na imagem inferior, delineado na cor roxa, o Perímetro de Intervenção do Programa Monumenta/BID – Luz. É possível constatar que o perímetro do Monumenta incorpora a área do Projeto Nova Luz em sua área de influência do Programa, delimitada na cor verde e apenas assinala os edifícios tombados dentro da área de projeto. Fontes: Nova Luz – Programa de Requalificação Urbana, 2009 e Programa Monumenta/BID, Ministério da Cultura, 2001, respectivamente.

espaços públicos, emergindo em massa nas saídas das estações, organizados em blocos na entrada dos museus. Recordo-me da pergunta que faz Arantes (1994: 191-192) em seu relato de uma caminhada realizada pelo centro de São Paulo: “qual é a natureza dessas fronteiras contraditórias?” E respondendo à própria pergunta, assim descreve o autor:

Mais do que territórios bem delimitados, esses “contextos” ou “ambientes” podem ser entendidos como zonas de contato, onde se entrecruzam moralidades contraditórias (...), aproximam-se mundos que são parte de um mesmo modo mas que, assim mesmo, encontram-se irremediavelmente apartados.

Aqui parece se configurar outra categoria de espaço, que não é propriamente um bairro (reconhecível, familiar) e também não é o centro, ou seja, um território que ainda guarda aquela característica de “zona de transição” detectada no final dos anos 1950, embora hoje já consolidado. Visivelmente setorizado, cindido, ainda que possua grande acessibilidade, repleto de “lugares sociais efêmeros” ou inóspitos, representados pelos interstícios entre grades e muros de grandes edifícios ou parques públicos, canteiros centrais de avenidas, ruas sem saídas ou confinadas pelos trilhos, sem esquinas, grandes espaços públicos de retorno e orientação do fluxo viário, sem calçadas, ou com calçadas confinadas por grades, guard rails, sem passagem ou travessia, quarteirões murados para proteção dos trilhos ou para privacidade dos quartéis. A presença de interesses diversos e as múltiplas edificações de interesse histórico só conseguem conciliação na ausência de um desenho urbano, prevalecendo uma ostensiva profusão de elementos que obrigam a certo tipo de conduta, uso e circulação nos espaços, que não possuem urbanidade. [Ver Figs. 6 e 7] Novamente, a exemplo de outros espaços públicos da cidade contemporânea, os espaços conformados na área da Luz, em especial:

(...) convergem para locais deste tipo e neles ganham visibilidade algumas das principais tensões e conflitos sociais. Aí se expõe publicamente a falta de direitos de cidadania da grande maioria da população da cidade, que se identifica na incidência de assaltos, no comércio e ostensivo consumo de drogas, na construção de moradias “invisíveis”, no subemprego, na mendicância e na oferta de uma vida melhor



FIGURA 6 - Áreas próximas à Av. Tiradentes. É possível verificar na foto do centro, a grande distância que implica a travessia de um lado ao outro da via, onde não há calçadas nos pontos intermediários, apenas a pintura das faixas. O canteiro central, na foto à esquerda, apesar de ter uma calçada, não permite a travessia, pois tem uma cerca na extremidade oposta. À direita, a Rua Ribeiro de Lima em direção à Av. Tiradentes, onde se pode constatar a sequência de obstáculos interpostos aos pedestres. Fonte: Elaboração própria, 2011.

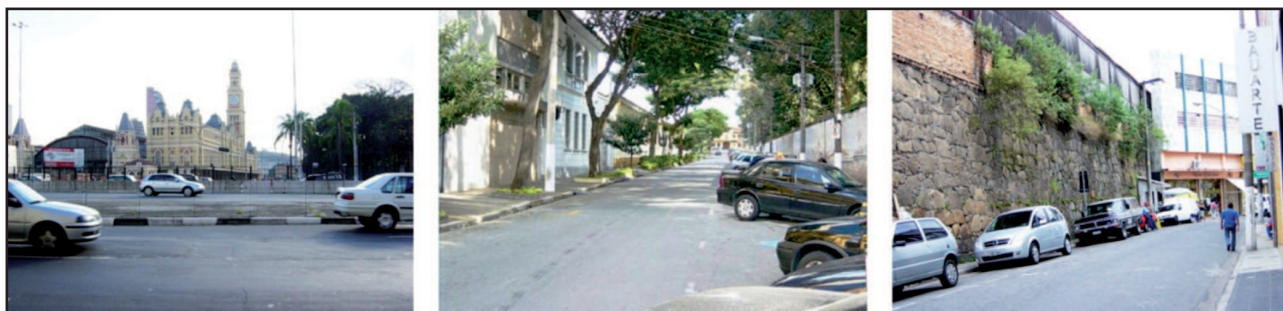


FIGURA 7 - Outra sequência de fotos que mostram a falta de urbanidade na área. À esquerda, a travessia em frente à Pinacoteca e à Estação da Luz é impossível. Ao centro, vemos uma das ruas localizadas no lado leste da Av. Tiradentes, atrás da área do Quartel, praticamente murada de um dos lados. O mesmo ocorre na rua dos fundos da Estação Júlio Prestes, à direita. Fotos: Juliana Nahas de Carvalho, 2004.

através das loterias, das poções milagrosas e das pregações religiosas. Ao mesmo tempo, diversas instituições políticas e assistenciais trazem para este cenário a sua palavra e as suas práticas salvadoras. E aí, também, o controle social assume a forma ritualizada de policiamento ostensivo: retórica que em princípio criminaliza o habitante das ruas, classificando-o socialmente como “coisa fora de lugar”, portanto simbolicamente suja e perigosa. (ARANTES, 1994: 192)

O quadrilátero formado pelas ruas General Osório, dos Protestantes, Aurora e dos Andradas, na região próxima à Estação da Luz, um lugar em que circulam tanto moradores, comerciantes, prostitutas, garotos em situação de rua e transeuntes, ilustra bem o espaço liminar em que se compartilham estas regras de convivência. Não há conflito e sim uma grande indiferença entre estes diferentes mundos entrecruzados.

A partir de 1995, a ação veio de fora, com a chamada “limpeza urbana”, em que caminhões-pipas da prefeitura chegavam pela manhã e expulsavam quem estivesse dormindo em praça pública. (CAMPOS, 1999) Em seguida, em 2005, ocorreu a primeira “Operação Limpa”, de muitas que se seguiriam como conduta

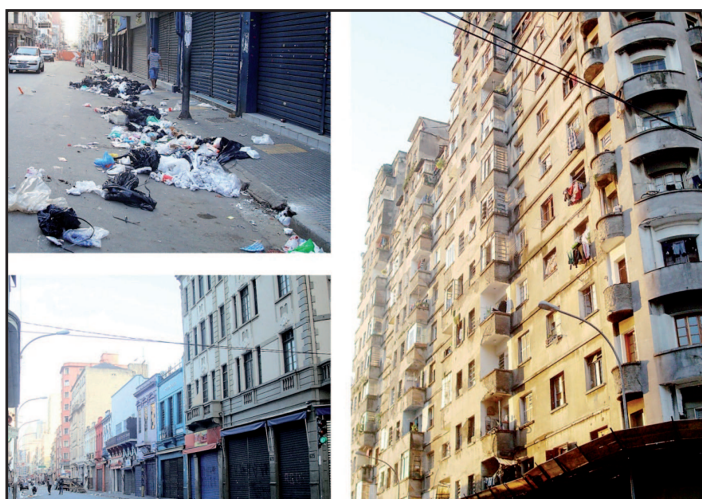


FIGURA 8 - Imagens da área de Santa Ifigênia. Acima, tomada da Rua Santa Ifigênia, num sábado à tarde, depois do horário comercial. É possível ver a falta de movimento e os sacos de lixos já vasculhados pela população em condição de rua. Abaixo, uma vista da esquina da Rua General Osório com a Rua Santa Ifigênia, outro cenário vazio, embora haja muitos moradores nos andares superiores dos edifícios, como o que é apresentado à direita, na Rua General Osório. Fonte: Elaboração própria, 2011.

adotada pelo policiamento da área, que junto com o fechamento de estabelecimentos e prisões de contraventores e traficantes, expulsou a população de rua e as prostitutas das áreas próximas das estações e edifícios públicos, causando uma dispersão das crianças e adolescentes para áreas próximas como Santa Cecília, Vila Buarque, Anhangabaú e Minhocão, itinerância semelhante à que ocorria na área em meados da década de 1950, como já foi relatado, e uma demonstração de pouca evolução nos métodos de controle e repressão social. [Ver Fig. 8]

Sobre a imagem da área, divulgada pela mídia e reiterada pelos órgãos públicos gestores do Projeto Nova Luz, a de que “(...) a região era irradiadora de criminalidade e bloqueava a atividade econômica existente no Bom Retiro. Ou seja, a propriedade do Bom Retiro que é próspera, contrastava com as suas extremidades, a Rua dos Gusmões, a Rua Mauá e a própria vizinhança da Subprefeitura da Sé (...)” (AVC, 2006: 11) – sendo estas as áreas onde as intervenções do projeto Nova Luz estão propostas – o perigo é que, como afirma Lacarrieu (2007: 51), ainda que construção parcial, superficial e distorcida da realidade local - já que esta é multifacetada, como já apontado - toda imagem urbana tende a estabilizar-se. Segundo a autora, mesmo com ligeiras mudanças, incorporação ou eliminação de componentes, as imagens urbanas são construções que perderam quase imutáveis, com forte incidência sobre os modelos políticos urbanos, mas também nos imaginários e nas práticas sociais. Assim, as imagens urbanas acabam constituindo-se na matéria prima dos discursos e, quando legitimadas, se tornam hegemônicas nas disputas sociais. E conclui: “Suelen aspirar a definir proyectos urbanos que pretendem imponerse a la ciudadanía y transmitiendo valores y comportamientos desde los cuales se decide qué formas de apropiación de los espacios se autorizan y qué rasgos culturales deben asumirse”.

Baseada em autores como De la Torre (1998: 46) e Torres & Ribeiro (1996), Lacarrieu aponta que, neste caso, se trata de projetar uma territorialização da imagem hegemônica do que a cidade deve ser e de como deve ser vivida, assim como dos limites entre o próprio e o alheio, entre o permitido e o proibido, o tolerável e o intolerável, o reconhecível e o inominável e, portanto, a imagem associada ao poder é prescritiva.

Imposta a territórios onde não existe um caráter próprio definido, mas uma conformação multifacetada, em que não há resistências pelo viés identitário, a memória da cidade, materializada no conceito de patrimônio é delimitada tendo como base os objetos materiais urbanos que a fortalecem para gerar discursos valorativos, ou seja, a imagem urbana intervém no “trabajo de encuadramiento de la memoria” (POLLAK, 1989:9 apud LACARRIEU, 2007: 53) que rapidamente se cristaliza no nível da patrimonialização material. Neste sentido, a imagem urbana retoma componentes chaves de um passado recente ou remoto e os reinterpreta em função de um presente-futuro. Ou não seria possível entender a frase: “Mas a declaração de que a área é de utilidade pública já deve mobilizar o mercado imobiliário da região”, dita por um membro do conselho imobiliário da OAB (Ordem dos advogados do Brasil) sobre as desapropriações previstas para a área do Projeto Nova Luz (FOLHA DE S. PAULO, 2005).

O que se pretende com o conjunto e com cada um dos projetos propostos para a área em questão, quando não se explicita a imagem da área que se quer obter ao delimitar a intervenção, é que a imagem resulte da própria ação intencional de recorte e seleção. Assim, as imagens urbanas organizam paisagens, que não seriam senão produtos de uma política de lugares, (DELGADO RUIZ,

1998 apud LACARRIEU, 2007: 54) ao contrário do sentido dos lugares que emergem do conjunto de imaginários compartilhados pelos diferentes grupos sociais. Enquanto um é resultante de intercâmbios e relações com os contextos sócio-históricos e políticos que se forjam, o outro é processual, ou seja, reconhece o contexto sócio-político e histórico mas também as continuidades e descontinuidades dos processos. (LACARRIEU, 2007: 55)

Como concluem Frúgoli Jr. & Sklair, em estudo recente sobre a maneira como a população da área do projeto Nova Luz julga as intervenções propostas (2009: 125):

Luz e Centro se entrelaçam enquanto representações espaciais, embora a primeira categoria remeta claramente, como vimos, aos 'nóias' – marcados pela sua presença física nas ruas e associados simbolicamente a uma série de estigmas – sujeira, perigo, ameaça à segurança (principalmente à noite), drogas, encrenca, vergonha etc.

A mais recente proposta de intervenção denominada Nova Luz, pelo próprio nome já renuncia a qualquer traço deste presente conflituoso, complexo e resiliente, para tentar construir uma imagem da área a partir de um recorte, e impor uma renovação a partir de padrões hegemônicos de espaços contemporâneos, com forte referência de modelos exitosos externos.

Neste sentido, volto à questão inicial aqui colocada: que formas de apropriação do bairro da Luz são legítimas e desejáveis, e que recortes culturais e espaciais devemos assumir para os projetos?

A importância de responder tal pergunta e motivo de toda reflexão aqui proposta é que, de acordo com o que foi divulgado na imprensa, caberá ao poder executivo municipal elaborar o projeto urbanístico, com todas as ações, restrições e contrapartidas para o setor privado, portanto, a despeito de equívocos de compreensão da área, dos perímetros definidos arbitrariamente e impostos a partir de decisões de gabinete, constitui-se uma oportunidade de atuarmos no intuito de fazer valer o desejo dos que habitam e frequentam o bairro da Luz, ou de todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio Augusto. "A guerra dos Lugares. Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminaridades no Espaço Urbano". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO (AVC). Mesa Redonda sobre intervenções na Quadra 27 e no Pólo Luz – Santa Ifigênia. São Paulo, 10/05/2006, 57p.
- BRUNO, Ernani Silva. *Memória da Cidade de São Paulo. Depoimentos de Moradores e Visitantes /1553-1958*. Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo. Série Registros 4. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1981.
- CADERNOS CIDADE DE SÃO PAULO. Região Tiradentes. São Paulo: Instituto Cultural Itaú, 1994.
- CAMPOS, Morgana. "O mapeamento do Quadrilátero do crack". In *Jornal da USP*. Pesquisa, ESPECIAL/VIOLENÇA. DROGAS. São Paulo, 1999.
- CARVALHO, Juliana Nahas Brasilino de, SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. A "Área da Luz em São Paulo: Reabilitação de edifícios históricos versus Recupera-

- ção urbana”. In *Os Urbanitas. Revista Eletrônica de Antropologia Urbana*. Ano 4, Vol.4, nº5. São Paulo, fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/osurbanitas5/Carvalho&Schicchi2007.html> , Acesso em: 23/05/2011.
- CESAR, Roberto de Cequeira, FRANCO, Luiz Roberto Carvalho, BRUNA, Paulo Valentino. *Área da Luz. Renovação Urbana em São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1977.
- ESTADÃO.COM.BR/São Paulo. “Demolição de rodoviária começa a mudar a Luz”. 13/abril/2010. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100413/not_imp537573,0.php, acesso em: 25/05/2011.
- FELDMAN, Sarah. São Paulo: “Qual Centro?” In SCHICCHI, Maria C.; BENFATTI, Dênio. *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUC-Campinas/PROURB, 2003.
- Folha de S. Paulo. Folhaonline*. “Prefeitura decide desapropriar ‘cracolândia’”. São Paulo, 09/09/2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u112888.shtml> . Acesso em: 20/04/2011.
- FRÚGOLI Jr., Heitor, SKLAIR, Jessica. “O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification”. In *Cadernos de Antropologia Social nº30*, p.119-136. Buenos Aires: UBA, 2009. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=180913916007> . Acesso em: 20/04/2011.
- GRANJEIA, Julianna. “Justiça cassa liminar que suspendia projeto Nova Luz, em São Paulo”. *Folha de S. Paulo. Folha.com*. Caderno Cotidiano, 29/04/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/909301-justica-de-sp-cassa-liminar-que-suspendia-projeto-nova-luz.shtml> Acesso em: 29/04/2011.
- LACARRIEU, Mônica. La “insoportable levedad” de lo urbano. *Revista EURE* (Vol. XXXIII, nº99), pp.47-64. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, agosto de 2007.
- MEYER, Regina M. P., IZZO JR., Alcino. *Pólo Luz. Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.
- MÜLLER, Nice Lecocq. A Área Central de São Paulo. In AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo. Vol.III*, São Paulo: Companhia Nacional, 1958.
- TAMOTO, Rejane. “Mais R\$ 3,6 mi para revitalização da Cracolândia”. *Diário do Comércio*. Caderno Cidades, 29/11/2006. Disponível em: <http://www.viva->

Os encontros e desencontros entre turismo e cultura na 'Cidade do Sol' - Natal (RN)

The connection and disconnection between culture
and tourism in the 'Sunny City' of Natal (RN) - Brazil

ANTONIO JÂNIO FERNANDES

Doutor em Geografia e professor de Turismo na UERN (RN)
birdpeace@hotmail.com

Resumo

A cultura constitui-se num dos principais atrativos pelos quais os agentes de governo e de mercado envolvidos com o turismo escolhem uma dada localidade para se tornar destino turístico. No entanto, num mundo globalizado esta relação vem sofrendo profunda ambigüidade onde geralmente as realidades locais são submetidas mais aos interesses de mercado. Considerando que Natal, a capital do estado do Rio Grande do Norte foi inserida intensamente na atividade turística a partir da década de 1980-1990 e não incorporou o potencial da cultura local como elemento que poderia juntamente com os seus atrativos naturais promover um turismo mais sustentável, este artigo desenvolve uma reflexão com a perspectiva de avaliar quais são as consequências desses encontros e desencontros entre turismo e cultura para a 'Cidade do Sol', Natal (RN), Brasil.

Palavras-chave: Turismo; Cultura;
Cidade de Natal (RN) - Brasil

Abstract

The culture is considered of the most important attractive for government and marketing agents involved with tourism in order to choose certain location to be its destiny. But, with globalization it shows bi ambiguity where the original location are shifted by the economical interest. Considering that Natal-RN was inserted in the tourism from 1980-1990 and not incorporated the local culture as a sustainable tourism this article develop a reflection in order to detect which are the consequences of the connection and disconnection between culture and tourism in the Sunny City of Natal (RN), Brazil.

Keywords: Tourism; Culture;
City of Natal (RN) - Brazil

O turismo pela capacidade que tem de se incorporar aos mais diversos contextos socioculturais e espaciais, as mais diversas paisagens naturais e saber interligar a esfera local às mais diversas esferas, vem se constituindo numa das atividades mais promissoras para uma economia globalizada. Como parte de um conjunto de elementos que consiste no que denominamos de prática social, o turismo enquanto atividade econômica reproduz de forma muito mais sutil e intensa as contradições atuais do sistema capitalista, baseado principalmente numa economia flexível e de serviços.

No entanto, também se caracteriza como um fenômeno profundamente ambíguo, pelos inúmeros interesses que passa a despertar nas mais diversas esferas sociais e econômicas, mas sobretudo pela capacidade que tem em transformar espaços e produzir novas territorialidades, interferindo significativamente nos contextos culturais locais.

Nesse sentido, é necessário destacar ainda que o turismo é uma das práticas sociais que por assim dizer, permite relações mais intensas, diretas entre pessoas de culturas diferentes e que, portanto promove processos que interferem de forma mais rápida no cotidiano, nas subjetividades das populações receptoras, causando impactos reais na identidade local.

Com base nessas premissas destaca-se como objetivo desse trabalho analisar quais são as conseqüências socioculturais que Natal – enquanto principal sítio urbano do Rio Grande do Norte – vem sofrendo em decorrência da implantação de uma política de turismo que privilegia primordialmente o segmento Sol e Mar.

Partindo dessa perspectiva, discutiremos primeiramente alguns aspectos referentes às interfaces entre turismo e cultura. Em seguida abordaremos sobre a evolução da cidade de Natal, destacando como os vários atores interferiram culturalmente no seu processo de evolução. E por fim, analisaremos com que intensidade a atual política de turismo, baseada primordialmente no segmento de turismo de “Sol e Mar” tem gerado conseqüências (encontros e desencontros) para a cultura local de Natal.

TURISMO E CULTURA: INTERFACES DE UM PROCESSO

O turismo enquanto prática humana, por mais que seja tida como uma das atividades econômicas mais promissoras da atualidade é, essencialmente uma prática cultural, pois educa, influencia e transforma pessoas e contextos. Resulta de um processo de inter-relações entre pessoas e contextos, entre saberes e fazeres, entre possibilidades e interesses os mais diversos. Ocorre numa intensidade inigualável e diferente da maioria das outras atividades econômicas, permeando de forma diferenciada os contextos onde se insere. Como nos afirma Krippendorf (1989:89) “cifrar a influência do turismo sobre os hábitos, os costumes, as tradições, as normas locais” não é tarefa fácil. E mesmo sobre a economia tem sido um dos principais problemas dos estudiosos da área.

Diferentemente de outras práticas ou atividades humanas, só ocorre a partir de um processo que promova uma profunda inter-relação entre diversos atores sociais, entre diversos contextos e entre diversas outras práticas sociais. Por uma característica que lhe é peculiar, o turismo para existir está cada vez mais abrangendo inúmeros e diversos setores da economia, promovendo o surgimento de outros, transformando dinâmicas organizacionais em todos os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Por esta característica, ao mesmo tempo em que reproduz as contradições do sistema capitalista, também as sublima, na me-

didada em que surge como mecanismo de desenvolvimento local e de melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, sua forma de reproduzir o sistema se reveste de uma ambigüidade a qual não podemos afirmar de forma simplória que reproduz da mesma forma que os outros setores produtivos, as contradições deste sistema.

No entanto, a compreensão que se tem elaborado sobre a relação entre cultura e turismo muitas vezes tem caído num reducionismo onde a cultura passa a ser estratificada como parte daquelas manifestações artísticas que sejam capazes de se transformar em produto turístico. Mas a cultura como destaca Taylor (apud GONÇALVES, 1998: 2) é um “complexo unitário que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

Como nos afirma Velho (apud LAGO, 1996: 17) a cultura não é, em nenhum momento uma entidade acabada, mas sim uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que não só desempenham “papeis” específicos, mas que tem experiências existenciais particulares.

Partindo desta observação Gastal (2001) ressalta ainda que é fundamental que a cultura deixe de ser apresentada, exclusivamente do ponto de vista do lugar, do sedentário, como algo acabado, como produto de consumo. E conclui afirmando que:

Cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano. Não é um espetáculo, que inicia quando o ônibus dos visitantes chega, mas uma atividade que a comunidade exerce rotineiramente. Quando os visitantes chegarem, eles serão bem vindos e convidados a juntos dançar, cantar, saborear o pão, aplaudir o artista. (Idem: 129)

Com o avanço do processo de globalização, o turismo foi colocado como uma das principais atividades econômicas que poderia promover de forma mais rápida o desenvolvimento de regiões consideradas atrasadas, à medida que propiciaria o surgimento de um vasto mercado de trabalho, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida destas populações. (OURIQUES, 2005)

Mas nas últimas décadas, as críticas quanto aos efeitos negativos do turismo de massas, principalmente sobre as comunidades mais frágeis, menos desenvolvidas já se destacam como uma das principais preocupações de estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Muitos se colocam céticos quanto às potencialidades do turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento e o crescimento e como meio de maximizar o bem-estar das populações nativas. (ARCHER e COOPER apud THEOBALD, 2002) Para Krippendorf, (1989: 99) Salvà Tomàs (1999: 189) a destruição do meio ambiente, o processo de segregação das comunidades nativas e a exclusão dos autóctones de todas as fases de implantação da atividade turística destacam-se dentre outras, como as que tem causado os efeitos mais negativos.

Os impactos gerados pelo turismo de massa e sem a participação ativa das populações locais geralmente são irreversíveis. Desconfiguram, fetichizam a identidade da comunidade receptora. (MARTINS, 2003) Isto segundo Payés (1999: 131) ocorre porque, a lógica que guia a atividade turística é da valorização patrimonial, é a da busca pela maior rentabilidade no menor prazo possível.

É neste contexto que se insere o nordeste do Brasil (BENEVIDES, 1998) e consequentemente a cidade de Natal (FURTADO, 2005), a capital do Rio Gran-

de do Norte. Cidade tipicamente caracterizada pelo atraso econômico e por uma pobreza extrema, mas que, por outro lado, também dispõe de um grande potencial turístico pelas vastíssimas áreas de litoral consideradas como “vazios litorâneos” e inúmeras belezas naturais exóticas quase intocadas.

O patrimônio cultural que em muitos aspectos são ainda singulares para a construção da identidade nacional, como manifestações tipicamente potiguar ainda não foram concebidos como elemento significativo para a atividade turística. Isto fica claro quando descortinamos um pouco da história da cidade de Natal e de suas manifestações culturais.

A CIDADE DE NATAL: SEUS ATOS E ATORES

Para que se compreenda o porquê dos encontros e desencontros entre turismo e cultura na cidade de Natal é necessário desvelar o processo histórico do surgimento desta cidade, destacando suas formas e funcionalidades. Faz-se necessário também descortinar como ocorreu a formação das classes sociais e as relações que estas mantinham e mantém, e que conseqüentemente resultou na construção de sua identidade. Aqui entendida como o sistema cultural de referência pelo qual um indivíduo se compreende como pertencente a uma determinada comunidade. (CLERTON, 2003 apud AGUIARE, 1997, 1999)

Natal, assim como a grande maioria das cidades litorâneas brasileiras surgidas no período colonial, passou a desempenhar funções que influenciaram significativamente a cidade a construir uma estrutura social segregativa, de apartação socioespacial (e cultural), que ainda se perpetua até os dias atuais. (SILVA, 2003)

Esse processo resultou em uma cidade que foi se constituindo pela nítida separação entre os bairros dos ricos (Cidade alta e Ribeira) os bairros dos pobres (Rocas, Paço da Pátria e Alecrim). Os primeiros ocupavam as áreas mais nobres da cidade e se caracterizavam por uma infra-estrutura urbana moderna, decorrente das aspirações das elites locais (composta pelas oligarquias rurais e uma burguesia emergente) que almejavam acompanhar as tendências manifestas em cidades da Europa e nas capitais de outros estados brasileiros. (OLIVEIRA, 2000) Já os bairros mais populares vão se transformando em áreas periféricas da cidade.

Com essa forma de ocupação do espaço, resultou que a cidade foi sendo também estratificada do ponto de vista cultural. À medida que se desenvolvia como centro administrativo e político foi explicitando cada vez mais as diferenças entre aqueles que desfrutavam de uma cultura erudita, letrada e aqueles que praticavam uma cultura popular.

A cultura erudita como parte das manifestações das elites locais e mais aberta às influências estrangeiras vai se consolidando como hegemônica e se consubstanciando na própria expressão do novo projeto urbanístico da cidade, caracterizado como nos afirma Furtado (2005) por “um novo estilo de morar: com ruas largas e arejadas, distantes das classes populares e das condições ambientais que afetavam na época, a parte antiga da cidade”. Assim surge todo um aparato público que vai permitir que as elites desfrutem de sua cultura. A construção do teatro municipal no início do século XX (1904) representa o momento áureo desse processo, acompanhado da fundação do Liceu, do Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, dentre outros.

Para as esferas sociais desprovidas de condições financeiras (geralmente oriundos do sertão, área que sofria com grandes períodos de estiagem), restava a realização dos festejos populares. Estes aconteciam geralmente nas ruas, em logradouros públicos ou nos pátios das matrizes e traziam com a exceção do carnaval uma conota-

ção significativamente religiosa na medida em que ocorriam em consonância com as festas de padroeiros. Dentre estas podemos citar algumas manifestações que ainda são executadas atualmente aqui em Natal: o pastoril, a festa do Judas, o Congo de Calçola, a Araruna, o Banbelô e o Boi Calemba. (Anuário de Natal, 2009)

Mas com inclusão de Natal como ponto estratégico no segundo grande conflito mundial, pela primeira vez, em mais de três séculos, a cultura local, aqui entendida em todas as suas manifestações passa a sofrer profundas transformações.

As influências dos contingentes militares, tantos os nacionais como os estrangeiros que aqui se estalaram, se faziam notar tantos nos aspectos morais valorativos, como nos hábitos e costumes, como ainda em suas manifestações artísticas culturais. (TRINDADE, 2007; MONTEIRO, 2007) É deste período que a praia é descoberta como espaço de lazer, que se alterou o modo de vestir e a cultura local passou a sofrer um profundo processo de “estrangeirização”. (CASCUDO, 1984)

O novo traçado urbano que se alterava para atender as necessidades estruturais do conflito e as conseqüências deste foi outro aspecto também visível como conseqüência deste período. Com o conflito ocorreu o desenvolvimento do comércio e dos serviços e um significativo aumento da população urbana. [1] (CLEMENTINO, 1995) Este processo, no entanto, apesar de permitir certa mobilidade social não alterou a característica principal da cidade, a de ser um espaço estratificado, de visível segregação social e cultural.

O surgimento do novo bairro denominado “Cidade Nova” (atualmente Petrópolis e Tirol) teria sido segundo Furtado (2005: 103) “A “entrada” da praia na cidade” e conclui afirmando que esses teriam “sidos concebidos e dotados com infra-estrutura de pavimentação, eletrificação pública e transporte coletivo. Além da arborização, que os tornavam aprazíveis para viver. Habitados pela elite natalense, simbolizavam status”. Nos vazios entre o novo bairro e as dunas desenvolveu-se como consequência o aglomerado urbano de Mãe Luiza e Guanabara, tipicamente popular.

Passado o conflito, a cidade entra num processo de decadência econômica. As tentativas de promover o desenvolvimento local com a instalação de plantas industriais a partir de 1959 pela Sudene não resultaram nas expectativas esperadas.

As características, entretanto da cidade de Natal como um lugar de clima aprazível, de belezas naturais únicas (que já haviam sido motivo de destaques nos jornais internacionais desde a década de 1920) e de que se encontrava num ponto estratégico que viabilizava sua inserção nas rotas internacionais de aviação. (CASCUDO, 1984) associada às expectativas que o turismo de massa já despertava interna e externamente como mecanismo de desenvolvimento, influenciou significativamente os governos estaduais e municipais, pós-conflito mundial, a implantarem uma infra-estrutura urbana que permitisse dar maior visibilidade ao potencial natural que Natal dispunha.

A construção do primeiro hotel de porte internacional (Hotel Reis Magos na década de 1960) na praia do meio, local onde as elites se encontravam para desfrutar do lazer, assim como as obras de urbanização que se direcionavam primordialmente do centro em direção ao litoral sul (destino para onde também já se encaminhava boa parte das elites locais à busca do descanso) induziram Natal a vincular-se primordialmente ao segmento de turismo de Sol e Mar. Segmento que segundo Barbosa (2004) induziu o turista a uma estada relativamente curta.

Dessa forma, como nos afirma Furtado (2005: 122) “ao se produzir para sua elite, a cidade já se preparava para a chegada de uma atividade que se apropriaria de sua beleza natural, bem como de seu espaço produzido socialmente”.

1 - Segundo Furtado, a população de Natal cresceu entre 1940-1950 de 54.836 para 103.215 habitantes.

A partir dos anos oitenta, com a implantação do projeto “Parque das Dunas/Via Costeira”, considerado o marco mais importante do turismo para o estado, (SOUZA, 1999) Natal consolida a sua imagem como sendo essencialmente um destino turístico de natureza, de sol e mar.

As duras críticas referentes aos impactos que esse projeto causaria numa faixa de 8,5 Km de litoral ocupada por um conjunto de dunas e ecossistema de mata atlântica de vital importância para a cidade, assim também como os impactos que causariam as duas comunidades litorâneas Mãe Luiza e Guanabara – surgidas entre o litoral e os bairros de Petrópolis e Tirol –, apesar de resultar em algumas adaptações, não alterou o objetivo final que era integrar Natal ao circuito turístico nacional e internacional. (CAVALCANTI, 1993)

Os desdobramentos desta política para o sítio urbano de Natal resultaram numa nova racionalidade de estratificação dos espaços, voltados a atender não só mais as demandas das classes hegemônicas locais, mas os interesses destas consubstanciada aos complexos interesses de segmentos empresariais e financeiros vinculados uma economia em intenso processo de globalização. Ou seja, onde os espaços de trabalho passam a se confundir com os de lazer, onde cotidianos diferentes tornam-se coadjuvantes de uma práxis social (turismo) que transforma hábitos e costumes, valores e manifestações em mercadorias.

De uma forma mais explícita esta conjuntura passa a ser percebida quando a cidade de Natal é inserida no Programa de desenvolvimento do turismo – Prodetur. Entretanto, nesta nova etapa “de um mesmo jogo”, o desenho socioespacial, expresso urbanisticamente já mostra esgotamento (verticalização, especulação imobiliária) e as conseqüências culturais resultantes deste processo espraiadas em diversas conjecturas (violência, prostituição, drogas, desagregação familiar) denunciando os encontros e desencontros entre turismo e cultura na cidade de Natal.

ENCONTROS E DESENCONTROS DA CULTURA E DO TURISMO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL DA CIDADE DE NATAL

A conformação física geográfica de onde se localizou o sítio urbano de Natal muito contribui para a definição de sua imagem turística, já anunciada desde o início do século XX pela imprensa europeia como sendo um lugar de clima aprazível e de grandes belezas naturais.

Com pouca faixa de praia e cortada ao longo por um cordão de dunas que se distribui por quase todo o seu litoral, Natal foi obrigada a se desenvolver enquanto núcleo urbano nos vales que se formavam entre as dunas o mar e o rio Potengi.

No entanto, as relações sócioespaciais que foram se constituindo ao longo de seu desenvolvimento enquanto centro político e administrativo, caracteristicamente baseado por uma profunda estratificação socioespacial e conseqüentemente cultural, na medida em que vai reforçando essa idéia de “paraíso natural”, vai paulatinamente também desconsiderando a diversidade cultural que a compunha.

Nesse sentido é necessário lembrar que a idéia de paraíso natural tão presente na cultura local e ainda hoje amplamente divulgada. Foi uma idéia exógena para os que aqui viviam até que as elites locais ao internalizarem o que era apregoada pelos europeus a tornaram hegemônica. De certa forma esse discurso de paraíso serviu e ainda se presta para “camuflar” uma realidade que apresenta profundas desigualdades socioespaciais.

A cidade de Natal enquanto produto turístico ainda continua sendo enfaticamente apresentado pelo discurso das elites locais. No marketing do turístico local, nos discursos dos gestores públicos e da tríade à hegemonia desta perspectiva vem desconsiderado o potencial da cultura local na sua diversidade. Dessa forma, ainda apresenta-se significativamente caracterizado pelo discurso hegemônico. A perspectiva cultural é citada apenas de forma complementar, como um apêndice no discurso oficial.

Nesse sentido, a atual política de turismo é o reflexo de um contexto maior onde os investimentos em educação, em cultura além de insuficientes, são utilizados de forma indevida. Onde não se valorizam as expressões mais identitárias locais por serem estas manifestações tipicamente vinculadas às camadas populares. Como exemplo desta realidade cita-se o Boi Calemba, o Babelô ambos situados em áreas tipicamente habitadas pelas camadas mais pobres da população e que não recebem incentivo algum.

Das manifestações culturais populares a única que ainda dispõe de incentivos fiscais e tem sido utilizado como forte aliado na construção da imagem de Natal como destino turístico é o artesanato. Contudo, é perceptível que este tem perdido muito as características que o identificavam como uma expressão local, como manifestação espontânea de uma prática tradicional, se tornando também uma mercadoria.

A partir desta perspectiva é que fica perceptível as distâncias entre turismo e cultura em Natal, assim como no Rio Grande do Norte, o que ressalta o motivo pelo qual o turismo não tem conseguido crescer, apesar do seu potencial local ser imensamente maior que em muitas outras localidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIARE, A. "Cultura y identidad cultural, introducion a La antropologia". Barcelona: Badenas, 1997. (In) MARTINS, Clerton. *Turismo Cultura e identidade*, São Paulo:ROÇA, 2003.
- _____. "Identidade cultural e social". *Antropologica, revista de etnopsicologia y etnopsiquiatria*, Barcelona, Tercera época. P. 99-101, mai/1999. (In) CLERTON, Martins. *Turismo cultura e identidade*, São Paulo:ROÇA, 2003.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chris. "Os impactos positivos e negativos do turismo". In: THEOBALD, William F. (Org). *Turismo global*. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- BARBOSA, ANDREIA DANTAS et al. *Turismo: cultura lazer e possibilidades de intervenções*. Natal: Banco do Nordeste, 2004.
- BENEVIDES, Irenelo Porto. *Turismo e Prodetur: dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: EUFC, 1998.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação Jose Augusto; Rio de Janeiro: Achiame, 1984.
- CAVALCANTI, Keila Brandão. "Estado e política de turismo: o caso da via costeira da cidade de Natal". Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRN, 1993.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. *Economia e urbanização. O Rio Grandado o Norte nos anos setenta*. Natal: UFRN-CCHLA, 1995.
- FURTADO, Edna Maria. "A onda do turismo na cidade do sol: a reconfiguração urbana de Natal". Tese (doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2005.

- GASTAL, Suzana. “Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos”. In: GASTAL, Suzana (Org.) *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001 (Coleção Comunicação, 4).
- GONÇALVES, Gisela. “Questionamento à volta de três noções: grande cultura, cultura popular e cultura de massas”. Setembro, 1998, 11 pp. <http://bocc.ubi.pt/pag/goncalves-gisela-Questionamento.html>
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.
- LAGO, Mara Coelho de Souza. *Modos de vida e identidade. Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1996.
- MARTINS, Clerton. *Turismo, cultura e identidade*, São Paulo:ROÇA, 2003.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução a História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. ver. ampl. Natal: EDUFRN, 2007.
- OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização de Natal 1889/1913*. Natal:EDUFRN, 2000.
- PAYÉS, Manuel A M. “Turismo doméstico, progresso e qualidade de vida”. *Revista de Estudos Universitários*. Sorocaba, v.25, n.1, p.123-138, jun., 1999.
- OURIQUES, Helton Ricardo. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Alínea, 2005.
- TRINDADE, Sérgio Luís Bezerra. *Introdução a História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2007
- SALVÀ TOMÀS, P. “Las implicaciones socioculturales del turismo enel Mar Mediterraneo”. In: Lemos, Amália Ines G. (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

A geografia vai ao cinema

The geography goes to the movies

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ FILHO

Professor adjunto e coordenador do Grupo de Pesquisa POESI (Política Espacial das Imagens) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
carlospontoqueiroz@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo refere-se a um recorte adaptado da tese de doutorado do autor, que teve como argumento principal a ideia de que a experiência de ver filmes no mundo contemporâneo é uma experiência geográfica. A ideia central foi a de mostrar como essa dimensão espacial fílmica se configura e de como o cinema, via narrativa de imagem e som, cria, por alusão ou verossimilhança, uma geografia de cinema.

Palavras-chave: Cinema; Geografia Contemporânea; Linguagem

Abstract

This article refers to an excerpt adapted from the author's doctoral thesis, which was the main argument the idea that the experience of seeing films in the contemporary world is a geographical experience. The central idea was to show how this spatial dimension to film sets and how the cinema, through narrative picture and sound, create, by allusion or verisimilitude, a geography of movie.

Keywords: Cinema; Contemporary geography; Language

Milton de Almeida (1999) chama atenção para o ato de fazer um filme. Argumenta ele que, o diretor tem a seu dispor, [...] “um passado de imagens e histórias, um presente estético e cultural [...]” (p. 28), o que nos permite assumir como premissa a ideia de que um filme não é ilustração da realidade. O entendemos como obra do mundo, que produz “mundos”, e isso se faz por meio de uma narrativa e linguagem própria, a linguagem do cinema.

Por esse motivo, ao assistirmos um filme tomamos suas imagens como sendo tributárias e fazedoras de ideologias, de significações, de “visões de mundo”, como defendeu o diretor russo Vsevolod Pudovkin. Estamos lidando aqui com o pensamento do poeta e cineasta italiano, Pier Paolo Pasolini. Para ele, o cinema é a expressão da realidade pela própria realidade: um “cinema ao natural”, disse em seu livro, *Empirismo Herege* (1982). E ainda:

[...] enquanto para o literato as coisas estão destinadas a se tornar palavras, isto é, símbolos, na expressão de um cineasta as coisas continuam sendo coisas: os “signos” do sistema verbal são, portanto, simbólicos e convencionais, ao passo que os “signos” do sistema cinematográfico são efetivamente as próprias coisas, na sua materialidade e na sua realidade. (PASOLINI, 1982: 120-121)

Com essa perspectiva que assumimos para o cinema, podemos dizer que o filme é o lugar de permeabilidade, de contaminação, fazendo com que a pureza de cada “oposto” – o exterior material e a imagem – se misture. Sendo assim, o filme é para nós um “microcosmo”, acepção dada pelo poeta húngaro, Béla Balázs, ou, no entendimento do filósofo e poeta francês, Gastón Bachelard, uma “miniatura”. Ele completa dizendo que “é preciso compreender que na miniatura os valores se condensam e se enriquecem”. (BACHELARD, 2005: 159)

Ver um filme, portanto, é imergir num mundo que ali está sendo fundado, como já disse Wencesláo de Oliveira Jr. Mundo este composto de paisagens, de territórios, de simbologias, de afetos, de crises, de desejos. Cada um desses elementos se coloca diante de nós, espectadores, via sugestões, muitas vezes, verossimilhanças, outras menos objetivas, do mundo além-filme, para aquele dentro dele: experiências, memórias.

Sentamos para ver um filme com elas. Nunca estamos sozinhos. Temos sempre a companhia taciturna de nós mesmos e de tudo aquilo que cabe dentro de cada imagem. Somos tomados por elas, e aquilo que nos causa desassossego, que faz vibrar nossos olhos e boca, ressoa em nós, mobilizando outras imagens, com as quais vão se criando associações, nos permitindo encontrar e criar outros entendimentos e camadas de sentido.

Vale chamar atenção para o “entendimento”, como ato de compreensão de algo, que nas palavras de Milton de Almeida (1999), acontece no dado momento que existe no intervalo, tanto das imagens, resultado do corte entre duas tomadas, quanto da intermitência ocorrida dentro de nós mesmos. É nesse instante que nos precipitamos no filme:

Tudo o que envolve o movimento psicológico do intervalo, trazido, inicialmente, pela visão da imagem e que não estão visíveis nela, segue percursos mentais da imaginação, transi-

tam desgovernadamente pela racionalidade, pela linguagem, pelos sentimentos, pelo devaneio, pelo sonho... e, principalmente, pela memória. (ALMEIDA, 1999: 41)

Esse “trânsito desgovernado” das imagens pelos caminhos da imaginação e da memória de que falou Milton de Almeida, faz com que a pesquisa com imagens se fundamente, necessariamente, em dois aspectos balizadores: a ideia da “observação” e no processo de “identificação” – que se cria entre o espectador e as imagens – a que o ato de ver um filme está ligado. Uma vez em contato com o filme, o espectador, se insere num processo de “identificação” com a obra, artifício esse que está associado diretamente a sua experiência de vida, no sentido larrosiano do termo, que é tanto pessoal, quanto coletiva. Para Jorge Larrosa Bondiá (2002),

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (BONDÍÁ, 2002: 24)

O verbo “parar” me chama atenção. Ele me remete a algumas palavras de Cecília Meireles, que também aponta para a ideia de “aprender com a lentidão”. Ambos falam da experiência do olhar. Ela diz:

[...] olhemos devagar para a cor das paredes, o desenho das cadeiras, a transparência das vidraças, os dóceis panos tecidos sem maiores pretensões. Não procuremos neles a beleza que arrebatava logo o olhar, o equilíbrio das linhas, a graça das proporções: muitas vezes seu aspecto – como o das criaturas humanas – é inábil e desajeitado. Mas não é isso que procuramos, apenas: é o seu sentido íntimo que tentamos discernir. Amemos nessas humildes coisas a carga de experiências que representam, e a repercussão, nelas sensível, de tanto trabalho humano, por infindáveis séculos. [1]

1 - Trecho da crônica “Da Solidão”, do livro *Janela Mágica*. (1983)

Encontro nessas palavras de Cecília Meireles, amparo, companhia solidária. Ela ressalta a importância da experiência e da memória como participantes e constituintes do “trabalho humano”, o que venho a chamar de mundo. Tomo emprestadas suas palavras para poder dizer do movimento que fundamenta esta pesquisa: olhar para as imagens de um filme via memórias (espaciais), que minha experiência (geográfica e de vida) me permitiu encontrar. Isso significa olhar respeitosamente para as imagens, com a “atenção” já enunciada pelo psicólogo alemão e filósofo do cinema, Hugo Münsterberg, reconhecendo, sobretudo, aquilo que o cineasta russo, Andrei Tarkovski (1994), coloca como princípio da

imagem: a observação.

Observar é ter esmero e no cinema, isso vale ainda mais, pois, tudo aquilo que aparece na grande tela, no ato da projeção, se desgarras das intenções primeiras do seu autor para tornarem-se livres e, novamente, se dispõem ao “apriionamento” dado pelo espectador que, mediado por suas experiências, as toma como suas. Nesse movimento, acontece com aquele que assiste a um filme duas sutilezas que não podemos deixar de enunciar, primeiro, a ideia da apropriação das imagens, depois, o entendimento que é dado às mesmas.

Olhamos para o mundo na tela e vemos outros. Mobilizados por aquilo que “nos” acontece, que “nos” toca, imaginamos. É no exercício imaginativo, argumenta Milton de Almeida (1999), que se encontra o maior dos atos políticos do homem, “sagrado”, nas suas palavras. Memória e Imaginação nos são, portanto, as portas de entrada no filme.

A LINGUAGEM DO CINEMA E O ALÉM-FILME

Num filme, rios, florestas, paisagens, lugares e outras coisas pertencentes ao mundo material concreto (o “real”, na concepção de Pasolini), são tomados pela câmera. Elas são realidades além-filme que, sugadas para dentro dele, tornam-se outras, mas permanecem as mesmas enquanto “vestígios”. Ao ser captado pela câmera e transformado em imagem, o “real” deixa “evidências”, do tempo, do lugar, das relações sociais e culturais de onde ele foi capturado. Disso fala Brent Pierpergerdes. Argumenta ele que:

In the most basic geographical sense, any film shot on-location captures a spatio-temporal picture of the physical landscape (the setting), allowing one to ‘locate’ via comparison the degree of natural and/or human-induced stability or change of a place. Socially and culturally, films contain evidence of time-and place-specific social relations because regardless of plot or narrative, they offer socio-cultural identifiers in both objects (the clothes, cars, appliances, for instance) and the behavior of people (the dialect they speak, their occupations, their actions and the objects they use which the viewer is able to associate with a particular class, ethnic group, etc.).[2] (PIERPERGERDES, 1997: 50)

Continuando nessa mesma perspectiva das “evidências”, em que o real feito imagem, permanece na própria imagem – sendo outra coisa – estamos assumindo aqui uma postura em relação à forma com que olhamos para um filme. Tomando o como poesia, nos faz sentido quando Bachelard, em *A Poética do Espaço*, diz que:

As ressonâncias se dispersam nos diferentes planos da nossa vida no mundo, a repercussão nos chama a um aprofundamento de nossa própria existência. Na ressonância, ouvimos o poema, na repercussão nós o falamos, pois é nosso (...) parece que o ser do poeta é nosso ser. (BACHELARD, 2005: 9)

Olhar para um filme é ser tomado por essas “ressonâncias”, vibrações que se apresentam na obra, quando esta entra em contato com o mundo que lhe deu origem e outros mais, como o de quem assiste. Bachelard fala da imaginação,

2 - No senso geográfico mais básico, qualquer filme captura um quadro espaço-temporal da paisagem física (a locação), permitindo a pessoa ‘localizar’ por comparação o grau natural de e/ou indução humana, estabilidade ou mudança de um lugar. Socialmente e culturalmente, filmes contêm evidência de tempo - e lugar, relações sociais específicas porque, independente do enredo ou narrativa, eles oferecem identificadores socioculturais em ambos os objetos (as roupas, carros, eletrodomésticos, por exemplo) e o comportamento das pessoas (o dialeto que eles falam, as ocupações deles/delas, as ações deles/delas e os objetos que eles usam faz o espectador associar com uma classe particular, grupo étnico, etc.) [Tradução Livre].

através das ideias de repercutir e ressoar. Pasolini fala do “real”. Aproximando esses dois autores, podemos dizer que o real no cinema ressoa/repercuta em nós e movimenta nossa imaginação, que cria um real, via imagens e sons, a partir das externalidades captadas pela câmera e que aparecem, direta ou indiretamente [3] na grande tela.

O “ressoar” existe para nos dizer da proposta deste estudo, que se estabelece sob a perspectiva de olhar para as imagens de um filme e encontrar outras, a partir delas mesmas. Elas estão ali, como manifestações, veladas ou explícitas, da ideia bachelardiana de “persistência”. Para ele, as imagens não são um “eco de um passado”. Elas são, antes, o “ressoar de ecos”, por isso, são “novidades”, no presente delas mesmas.

Não lidamos com a ideia de que exista um sentido escondido “por trás” das imagens, o filme como ilustração. Antes, argumenta Bachelard, “a imagem se transforma num ser novo de nossa linguagem, exprime-nos fazendo-nos o que ela exprime, ou seja, ela é, ao mesmo tempo, um devir de expressão e um devir de nosso ser. No caso, ela é a expressão criada do ser”. (BACHELARD, 2005: 10) Essa espécie de transformação – “devir” – dá a imagem uma condição de “duplicidade”. Isso porque o processo de captação e de criação de significação entre a imagem das coisas e as próprias coisas se dá, como argumenta Angel Pino,

[...] Na medida em que a imagem e a coisa são entes distintos, mas dependentes um do outro, a coisa como componente da realidade externa e a imagem como experiência interna do sujeito, devem existir estreitas relações entre uma e outra. (PINO, in: LENZI, 2006: 21)

Diz ainda que:

[...] a imagem, ou a produção imagética em geral, desempenha no ser humano uma função dupla, a saber, a de subjetivação da realidade externa e a de objetivação da experiência interna. Sai-se assim do plano meramente biológico e entra-se no plano simbólico, onde a significação, por não ser da ordem da matéria e por não estar subordinada às exigências do seu funcionamento, as chamadas leis da física, pode circular do plano da objetividade ao da subjetividade e vice-versa, sem cair assim no impasse do dualismo. (PINO, in: LENZI, 2006: 22)

Um filme, como obra da cultura, tem que lidar com aquilo que está anterior a ele – o exterior material – e o que vêm logo em seguida, as imagens captadas pela câmera. Münsterberg, citado por Ismail Xavier disse que [...] “o cinema supera as formas do mundo exterior e ajusta os eventos às formas do nosso mundo interior – atenção, memória, imaginação e emoção”. (XAVIER, 1983: 20) O que ele faz, é nos oferecer uma espécie de cartografia daquilo que ele chamou de “mundo interior” e nele, coloca esses quatro atributos humanos com os quais o cinema opera o mundo por meio de sua linguagem.

São esses atributos que nos permitem olhar para o filme e nele encontrar/ produzir outras possibilidades de pensamento sobre o mundo: escrito por ima-

3 - Indiretamente aqui está se referindo ao “extra-campo” ou o espaço fora da tela, de que fala André Bazin. Ver mais sobre isso no livro de Ismail Xavier chamado, O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência, especialmente no capítulo I, “A janela do cinema e a identificação”.

gens, composto de territorialidades, de paisagens, de lugares utópicos, lugares que se pretendem inesquecíveis, de mitos, de leis, de proteção e profanação, de magia, de razão, de grafias... geografias.

COMO SE DÁ A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FÍLMICO

Escolher um filme como objeto de preocupação e reflexão é realizar um percurso no entendimento de que o cinema, através de sua linguagem, realiza uma “grafia de mundo”. Ou seja, estamos partindo do pressuposto de que a experiência do cinema é uma experiência geográfica, porque assumimos que há uma dimensão espacial inerente à linguagem cinematográfica perceptível em todas as suas obras: os filmes. Sobre essa relação Oliveira Jr. escreve:

Ao cinema, o espaço é imposto como condição de existência. As cenas se desenrolam em locais fílmicos que muitas vezes se cruzam com lugares para além dos filmes, contaminando esses lugares com seus sentidos, seus ângulos, seus enquadramentos, redefinindo-os perante os espectadores. Esse processo de contaminação é mútuo: no cinema proliferam alusões a lugares criados pela Natureza e pelos discursos e práticas sociais, da mesma maneira, nestes lugares naturais e sociais proliferam alusões a lugares criados no cinema. (OLIVEIRA JR., 2001: 02)

Entendemos essa ideia das “contaminações” como as ideias de “evidência”, “ressonância” e “permanência” que falamos há pouco. Elas são ressonâncias mútuas da espacialidade fílmica e daquela, além-filme. São permanências, evidências históricas, arquetípicas, simbólicas, são memórias, possibilidades de entendimento que deslizam entre uma imagem e outra e que saltam aos olhos, ouvidos e boca, quando essas percorrem pelo universo cultural que compõe aquele que as vê, e assim elas ocorrem, mediando a relação das pessoas com o espaço fílmico, que na definição de Oliveira Jr. é:

Um espaço composto de territórios, paisagens e metáforas: dentro e fora, amplo e restrito, subir e descer, movimentos diagonais, fronteiras diversas, percursos por estradas, rios e oceanos interiores, ambientes simbólicos traduzidos em florestas, desertos, montanhas, cidades... (OLIVEIRA JR., 2005: 01)

Cada um desses elementos de que fala Oliveira Jr. está no filme, mas também fora dele, no entanto, como imagem, eles não são mais os mesmos. Foi pensando nesses “pedaços de realidade” que, captados pela câmera, se transformam em outra coisa, que o referido autor resolveu diferenciá-los. Para ele, os lugares geográficos (o “exterior material” de que falamos até agora), no filme, se convertem em locais fílmicos. Propõe Oliveira Jr. que:

Todo filme constitui-se de locais, locais fílmicos. Descolados da contigüidade espacial e geográfica da superfície planetária, esses locais estão nos filmes a constituir uma outra geografia, alinhavada não mais por contigüidade,

mas por continuidade na narrativa fílmica. Será a “des-coberta”, a “interpretação geográfica” do filme, que dará a estes locais a sua distribuição no território da ficção, a partir da geografia gestada nesta interpretação. (OLIVEIRA JR., 2005: 03)

Essa ideia da “interpretação geográfica” nos coloca novamente diante do ato da observação, do qual falamos anteriormente. Retomo-o para dizer da “continuidade” citada anteriormente. O cuidado inerente à observação se faz necessário quando assumimos a premissa de que, aquilo que está fora do filme, “continua” nele, sendo outra coisa. Está fora dele e nele ao mesmo tempo, não apenas de forma literal, verossimilhante, mas também por movimentos imaginativos, memórias.

Para Oliveira Jr. a continuidade existente entre o exterior material (lugares geográficos) e a realidade fílmica (locais fílmicos) ocorre por meio de alusões. Elas são “[...] amparos de credibilidade, apropriação de memórias... uns estão nos outros” e assim, lugares geográficos e locais fílmicos vão compondo, juntos, a nossa geografia do filme, onde:

Os primeiros manifestam-se nos segundos em suas materialidades – formas, movimentos, silhuetas, sentidos –, paisagens e memórias; os segundos dobram-se sobre os primeiros uma vez que se tornam textos que a eles aludem e neles grudam seus sentidos, suas imagens, suas belezas e tensões, iluminando-os (dizendo-os) de outro modo. A realidade de ambos se faz deles próprios, no interior de suas existências: a contigüidade para os lugares e a continuidade para os locais. Mas como contemporaneamente eles se misturam e se contaminam mutuamente, levam a contigüidade dos primeiros ao interior da continuidade dos segundos e vice-versa. (OLIVEIRA JR., 2005: 03-04)

Desse movimento surgiu o termo Geografias de Cinema, [4] criado para dizer daquilo que seriam os estudos e os encontros com a dimensão espacial na qual os personagens de um filme agem. Esse caminho de entendimento dado ao filme nos permite lançar luzes sobre as preocupações geográficas contemporâneas, tomando o cinema, via educação visual da memória, como produtor de conhecimento e, por conseguinte, mediador das nossas relações com o mundo e das “grafias” [5] que fazemos dele, sendo, o próprio cinema, uma delas. Em, *O que seriam as geografias de cinema?*, Oliveira Jr. diz que:

As geografias de cinema, frutos de interpretações subjetivas e de pesquisa das imagens e sons fílmicos, buscam desliteralizar as interpretações habituais dadas a estes filmes... por isso terminam sendo uma proposição educativa, além de poética, das obras do cinema. (OLIVEIRA JR., s/d: 06)

E continua:

[...] é preciso pesquisar as imagens e sons para descobrir onde elas nos geraram o sentido que nos ficou, o território

4 - Cf.: <<http://www.lettras.ufmg.br/atelaotexto/revistatxt2/wenceslao.htm>>

5 - Estamos lidando aqui com a ideia de que a existência das coisas não se dá aprioristicamente, mas nas linguagens inventadas pelo próprio homem para dizer de si mesmo e do mundo. São essas “narrativas” que estamos chamando aqui de “grafias”.

no qual localizamos os personagens, a geografia na qual estes vivem e agem. É preciso pesquisar as imagens e sons para descobrir se nesta pesquisa elas irão gerar ratificações ou retificações... afinal, as geografias de cinema, sejam elas quais forem, devem estar no filme, terem sido produzidas pelo cinema. (OLIVEIRA JR., s/d: 07)

Estudar essas geografias que ganham existência a partir do filme é entender como o espaço é grafado pelo cinema, espaço cinematografado. Nele, estão adensados sentidos que nos darão possibilidade de, mobilizados pelas suas imagens e sons, caminhar por essas geografias, a um só tempo, pessoais e coletivas. A realização desse percurso nos permitiu dizer que assistir a um filme é uma experiência geográfica, o que, de certo modo, alerta a geografia contemporânea para as implicações advindas da atenção dada à linguagem e ao cinema e das geografias que ali são gestadas.

O mundo em que suas práticas espaciais orientam-se muito mais pela imagem que se tem das coisas, do que pelas próprias coisas em si, o que implica uma dupla legitimidade de estudos de imagens pela Geografia. Basta tomarmos, como exemplo, um tema central e atual de preocupação de pesquisa da Ciência Geográfica: as questões que envolvem afirmação de que vivemos em uma grande aldeia global, assentada na concepção geográfica da existência de um grande território sem fronteiras.

Na verdade, é o território simbólico que não quer/não se permite ser território político-administrativo e, ao olharmos para o cenário em que se dá a produção e a legitimação dessa forma de dizer e agir no mundo começamos a entender o que significa a ideia de um território que não quer ser território. Por isso, o que observamos atualmente é a produção da imagem de um grande território sem fronteiras, cada vez mais presente na vida das pessoas.

O que se tenta fazer com que não mais tenha fronteira é, justamente, o aspecto cultural e isso está acontecendo, principalmente, por meio da redução da vida das pessoas ao consumo de certos padrões, que vêm partilhar e criar uma espécie de identidade territorial do “mundo” como algo universal. Esse movimento é o que Guattari (apud HAESBAERT, 2006) chama de “produção de subjetividade” que, no seu entendimento, vem transformando as pessoas em verdadeiras “tabulas rasas” e isso se torna possível por meio de instrumentos que veiculam essas concepções objetivamente, sobretudo, a televisão.

Os comerciais televisivos não poderiam ser diferentes, são claros e didáticos. Basta olhar para os seus slogans. Nos dias de hoje, o que se tenta vender não são mais produtos e funcionalidade, apenas. Vende-se um estilo, um conceito, uma simbologia que vai, aos poucos, construindo identidades massificadas. As pessoas são seduzidas pela ideia do que serão ao consumirem certos produtos, de morarem em determinados lugares e regiões [que produzem a imagem de que elas serão pessoas livres consigo mesmas, capazes e éticas para com o outro, responsáveis com o planeta].

Para se conseguir tudo isso, é preciso acompanhar a dinâmica acelerada de obsolescência desses produtos, e o encantamento das pessoas se dá no movimento de acompanhar, com a mesma velocidade, a evolução tecnológica. A funcionalidade, portanto, passa a ser atributo do conceito que está sendo

vendido e, não mais, o grande elemento motivador. Esse é um mundo sustentado a partir do estabelecimento de concepções gestadas pelas imagens que são veiculadas diariamente pela tevê e pelo cinema. Por isso, cabe à geografia perguntar-se: que paisagens nos são oferecidas/são produzidas diante dessas “novas” territorialidades feitas de imagens?

O entendimento dado às manifestações dessa apropriação do espaço como “novas” talvez seja um dos aspectos mais instigantes que se manifesta na constituição dessas territorialidades, que é, justamente, a ideia da des-territorialidade. A palavra “mundo” está carregada de sentido espacial e está por nos dizer daquilo que é universal, único, como aquilo que está em todo lugar. Basta lembrar as expressões: “Aldeia Global” ou ainda, “Cidadão do Mundo”. Renato Ortiz diz que para escrever seu livro, *Mundialização e Cultura* (2004), tentou se desterritorializar, ou seja, não ser de lugar nenhum.

É dessa concepção de mundo, feito de imagens, que saem os desdobramentos que podem contribuir para a geografia entender melhor o que fundamenta um movimento – curioso – de criação de um território que quer ser um não-território. Essa dinâmica, esse arranjo espacial que ora se configura, provoca algumas tensões sobre a própria noção de território, quando o assumimos como algo que não é definido apenas por limites político-administrativos, mas para, além disso, de imagens, inclusive.

Haesbaert, no seu livro *Territórios Alternativos* (2006), traz para dentro desses limites – território – um aspecto que, estando lá, sendo reconhecido como elemento participante e constituinte, causa uma mudança de perspectiva, tanto para o conceito de território, quanto para aquilo que é utilizado para sua definição: a noção de limite e, por conseguinte, de fronteira, conceitos utilizados pela Geografia, mas que são tensionados quando tomados pelo mundo das imagens. Por isso, as imagens interessam à Geografia porque estão a nos propor algo, um discurso sobre o mundo, e isso ocorre dado à “apreensão” do indivíduo/cultura sobre essas mesmas imagens geográficas.

Há um risco, já sabido de antemão, quando da escolha de se estudar imagens, dentro de uma ciência fortemente marcada pela visualidade – como nos estudos de paisagem –, que localizava boa parte do seu poder de afirmação como conhecimento nas perspectivas de dizer desse mundo, a partir dele mesmo e das formas físicas concretas ou, quando muito, abstraídas do pensamento lógico-matemático das ciências naturais. Mesmo os estudos ditos “culturais”, na sua maioria, terminavam por se concentrar nas manifestações ditas subjetivas, no espaço, ainda tomado como forma material e concreta.

Ao aproximarmos Cinema e Geografia, foi preciso apreender para aprender e, talvez, o maior dos aprendizados, que se transforma em proposta de conhecimento e método de pesquisa, esteja na mudança radical do modo como a Geografia pode olhar para os filmes e, em contrapartida, o entendimento que temos de seus conceitos quando olhamos para as imagens de cinema e, nela, produzimos geografias.

A própria palavra “produzir” ao invés de encontrar, por exemplo, já nos propõe uma mudança de sentido. Ela não comunga com a ideia de que há algo anterior, de que a geografia está dentro do filme ou dentro de nós, apenas, e o filme como uma superfície sobre a qual emergimos com essas formas de conhecimento. Do mesmo modo, o cinema nos faz repensar a próprio conceito de espaço geográfico, que deixa de ser apenas superfície, para o qual se dirige o nosso olhar, para ser um modo de pensar [e agir] o mundo, o próprio olhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Milton José de. *Cinema: arte da memória*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- BACHELARD, Gastón. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Eldorado, 2005.
- BONDIÁ, Jorge Larrosa. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. *Revista Brasileira de Educação*. N 19, jan-abr, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf>
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LENZI, Lucia Helena Correa, et. al. [Org.] *Imagem: intervenção e pesquisa*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- MEIRELES, Cecília. *Janela Mágica*. São Paulo: Moderna, 2003.
- OLIVEIRA JR., Wencesláo Machado de. “Algumas geografias que o cinema cria: as alusões, os lugares e os espaços no filme Cidade de Deus”. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo-SP. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. p. 1-24.
- _____. “Chuva de cinema: entre a natureza e a cultura”. *Revista Educação: Teoria e Prática*. Volume 9, número 16. Rio Claro-SP, 2001.
- _____. “O que seriam as geografias de cinema?” [s/d] Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revistatxt2/wenceslao.htm>> Acesso em: 26 de junho de 2006.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PASOLINI, Pier Paolo. *Empirismo herege*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.
- PIEPERGERDES, Brent. “Geography and Film: avenues for future engagement”. *Aether: the journal of media geography*. Vol 01, p. 49-52. Out., 2007.
- TARKOVSKI, Andrei. *Esculpir o tempo*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1994.
- XAVIER, Ismail [Org.]. *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Nas tramas do sub-emprego: precarização do trabalho dos catadores de recicláveis na dinâmica territorial de Bragança Paulista (SP)

In the plot of self-employment: the degeneration of labor relations from recycable self-employees in the territorial's dynamic of Bragança Paulista (SP)

ORLANDO LEONARDO BERENGUEL

Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Faculdade de Atibaia e coordenador do Programa de Pós-graduação da Faculdade Gerencias Barão de Jundiá (SP)

oberenguel@hotmail.com

Resumo:

Este artigo parte da idéia de que a crise ambiental urbana e a excessiva geração de resíduos sólidos tem motivado uma série de conflitos e disputas no que tange ao lixo urbano. Procura compreender o trabalho de catadores de recicláveis em Bragança Paulista - SP. O catador de recicláveis é tratado neste estudo com sujeito que depende dos resíduos para a sua sobrevivência. Discute-se a existência de uma precarização das relações de trabalho tais como: falta de estrutura física, equipamentos, registro em carteira de trabalho. Pode-se perceber que o catador nem sempre é um habitante, ou seja, não tem o devido reconhecimento de cidadania. É constantemente tomado por um indivíduo marginal, ou seja às margens das relações estabelecidas nas cidades, em que os direitos não são assegurados mas os deveres devidamente cumpridos.

Palavras-chave: Catador; Relações de trabalho; Exclusão social

Abstract:

This article starts from the idea that the environmental crisis and excessive urban solid waste generates several conflicts in relation to urban wastes. This study tell us about the work from self-employees of recyclables in Bragança Paulista – SP. Those self-employees looking for garbage are treated in this study as a people that depends on it for their very survival. It discusses the degeneration of existent autonomous labor relations, such as lack of physical infra-structure, equipments and unregistered labor. You can also see that they are not considered inhabitant, or has no recognition from any appropriated dweller in the city. They are often taken as marginal people which the civil rights are not granted but the obligations accomplished.

Keywords: Self employees; Labor relations; Social exclusion

A reciclagem do lixo urbano tornou-se uma atividade emergente a partir do crescimento dos movimentos de preservação ambiental. Aparentemente, falar em reciclagem levaria às suas indiscutíveis vantagens ambientais, mas não ocorre o mesmo ao deslocar-se o olhar para a força de trabalho, que faz do lixo uma alternativa de renda para a sobrevivência.

Dos coletores coloridos à prática realista, existe uma grande legião de homens excluídos do mercado de trabalho, que não têm a menor percepção dos problemas ambientais que o globo experimenta e que podem ser considerados, agentes de transformação, uma vez que efetivamente abastecem o mercado da reciclagem, dando um novo destino aos resíduos.

Este estudo tem origem a partir de observações do trabalho do catador de recicláveis no município de Bragança Paulista, situado no interior do Estado de São Paulo, com aproximadamente 150.000 habitantes, de acordo com o SEADE (2008). O município está aproximadamente a 15 km da divisa com o Sul de Minas Gerais, próximo da confluência de duas grandes e importantes rodovias, a Dom Pedro I e a Fernão Dias, e do Complexo Cantareira de abastecimento de água. Fica a 70 km da cidade de São Paulo e a 65 km da Região Metropolitana de Campinas.

A escolha pelo local de estudo se deu em função das características do processo migratório e pela dinâmica territorial. Em 2006, Bragança Paulista, a exemplo de outros municípios brasileiros, deu início a um projeto que resultaria em uma cooperativa de catadores. O projeto consistia em identificar, através da área de assistência social do município, pessoas interessadas em trabalhar como catadores de recicláveis ou que já apresentassem uma experiência com este trabalho. Aparentemente as idéias do projeto eram simples, ou seja, organizar e ordenar os trabalhos de indivíduos, num propósito coletivo para a geração de renda. Em dois anos de funcionamento do projeto, percebeu-se que o universo dos catadores é muito mais rico e complexo do que se podia imaginar.

Além da rudeza do trabalho, os catadores enfrentam muitas discriminações, bem como o pouco caso das autoridades. Muitas vezes são confundidos com preguiçosos, oportunistas, vândalos, enquanto na verdade são competidores aguerridos em busca do lucro, são espertos negociadores, produtores incansáveis, e, sobretudo, são pais, mães e avós, que provêm o sustento de muitos indivíduos de seu núcleo familiar.

A precarização do trabalho do catador se dá pela falta de condições e de segurança do trabalho e principalmente pela baixa remuneração do resultado da catação, inclusive quando os resíduos coletados são utilizados como moeda de troca, seja por alimento ou por aguardente.

O aumento da precarização das relações de trabalho dos catadores de recicláveis de Bragança Paulista está calcado na política de atrair novos eleitores para a fixarem-se no município com a promessa de moradia e alimentação, o que trouxe grandes custos sociais no que se refere ao acesso aos serviços urbanos. Muitos desses migrantes não foram absorvidos pelo mercado de trabalho local e tiveram de ingressar no “mercado do lixo”. Esses migrantes são em sua maioria das regiões norte e nordeste do país e chegaram primeiramente à cidade de São Paulo em busca de uma vida melhor; ao se defrontarem com as pressões da grande metrópole, deslocam-se para cidades próximas que pudessem abrigá-los. Este processo arrasta, por natureza, o aumento do desemprego local, da violência e da própria falta de oportunidades, agravado pela baixa qualificação do trabalhador

e pelas políticas municipais, como o excessivo assistencialismo promovido pelo poder público e por entidades religiosas.

Nesse sentido, é fácil entender que muitos conflitos se estabelecem pela disputa dos recursos gerados pelo lixo, agravados pela ausência de uma política municipal minimamente adequada. A luta dos catadores pelo uso do lixo urbano demonstra também os atuais processos de segregação espacial, apoiados na competitividade estabelecida a partir da livre iniciativa de sobrevivência, e é essa precarização do trabalho e das condições de vida que justificam este estudo. Apesar do tom assistencialista e do discurso de inclusão que envolve o tema, o catador é força de trabalho.

A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Desde os primórdios da humanidade, quando o homem passou a se organizar em grupos específicos dados por identidade familiar, o trabalho ganha considerações próprias. Na visão marxista o trabalho é toda e qualquer transformação da natureza de forma consciente, podendo, portanto, ser desempenhado apenas pelo homem, que transforma seu ambiente natural, de maneira objetiva.

Com a evolução do trabalho fomentada pela Revolução Industrial, a natureza ganha uma nova interpretação, ou seja, o conceito de meio ambiente. Isto se dá devido à maneira pela qual o homem transformou este meio ambiente, não só no sentido extrativista, mas também, e principalmente, no sentido ocupacional.

Existir e coexistir são situações diferentes, mas não excludentes. Entretanto, a coexistência supõe a união de interesses satisfeitos para que a sobrevivência possa ser alcançada. Isto, evidentemente, implicará no fato de que não se pode existir efetivamente sem coexistir, ou seja, a satisfação dos interesses do grupo é aquilo que garantirá a vida como um todo.

Ora, para que a satisfação dos interesses ocorra é fundamental que a existência, através da coexistência, se faça via trabalho, que é a transformação consciente da natureza, ou meio ambiente.

Considerando então o trabalho como elemento transformador da natureza, pode-se dizer que a atividade dos catadores também, de certa forma, transforma a natureza esculpida pelas demandas de convívio social, sendo que, nos tempos atuais, a principal delas é o acúmulo de resíduos, ou seja, o lixo. Isto é dado pelo desenvolvimento tecnológico aliado a padrões culturais e de convívio, o que caracteriza a cidade moderna pela visão de “natureza construída” através das exigências do trabalho propriamente dito.

A abordagem das transformações do “mundo do trabalho” ocorridas na segunda metade do século XX requer considerar o processo de reestruturação produtiva, provocado pelas relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores, como subsídio das transformações da produção e do mercado. (MARINHO, 2005: 24)

É a fase fordista do trabalho, no início do século XX, baseada na produção de mercadorias em série (massa), que buscava uma produção mais homogeneizada e hierarquizada, que possibilita entender este padrão produtivo, que teve como elementos fundamentais o trabalho parcelar e fragmentado e a decomposição das tarefas, que reduziam a ação às suas operações mínimas, ou seja, a separação entre execução e planejamento, o aumento do controle sobre o trabalhador, a cronometragem de cada movimento do operário na execução das operações e a rotinização do trabalho. (ANTUNES, 1995)

A mesma base analítica pode ser aplicada ao trabalho dos catadores, uma

vez que seu interesse pela atividade se dá por conta dos valores monetários relativos aos elementos oriundos da catação, ou seja, cada material terá um valor próprio e por isso, dependendo deste mesmo valor de venda/repasso/troca, será mais disputado neste contexto. Assim, o valor econômico terá uma importância muito maior do que necessariamente os impactos ambientais provocados pelo lixo, ou seja, a catação não será desenvolvida por conta da consciência em relação aos benefícios da reciclagem, mas sim pela possibilidade de sobrevivência.

Assim, pode-se afirmar que o trabalho destes catadores influenciará a dinâmica social pela qual se dá o convívio dos mesmos com as classes diferenciadas que habitam a mesma arena de conflito.

Mattoso (1999), ao abordar a precarização do trabalho, afirma que tal precarização ocorre através da falta de carteira assinada e do trabalho independente (por conta própria) sem contribuição previdenciária, e sem direito a aposentadoria. Esta precarização também pode ser caracterizada pelo aumento do trabalho por tempo determinado sem renda fixa, em tempo parcial, também conhecido como “bico”, o que, aliás, cresce nos grandes centros, porque os honorários relativos às contratações trabalhistas (que caracterizam o trabalho formal) tornam-se exacerbados para o empregador, gerando com isso novas atividades, “bicos”, que possam garantir a sobrevivência.

Como demonstrado por Mattoso (1999) a precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de “bico”. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria.

Pode-se ainda concluir que o Estado deveria fiscalizar mais intensamente tais relações informais, contudo, esta fiscalização não deve ser apenas punitiva, uma vez que tais atividades ocorrem por necessidade de sobrevivência, mas sim, promotora de novas e mais conscientes ações que possam garantir e assegurar a estabilidade de uma sobrevivência digna.

A precariedade do trabalho mal remunerado, pouco reconhecido, provoca um sentimento de inutilidade no trabalhador e gera instabilidade e ameaça de desemprego, restrição aos direitos sociais e falta de perspectivas de crescimento profissional, tanto em relação ao setor informal, quanto em relação à classe trabalhadora em geral. (CONCEIÇÃO, 2003)

Segundo Piccinini (2004), a difusão das formas precárias está ligada à flexibilidade quantitativa e à redução de custos pelo recurso a vínculos contratuais instáveis, e à substituição de contratos de trabalho por contratos comerciais. A autora cita, como tipos de flexibilidade quantitativa, a terceirização e a subcontratação, trabalho em domicílio, rede de empresas, cooperativas de trabalho, trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, trabalho em tempo compartilhado, suspensão temporária do contrato de trabalho e estágios. Já para Antunes (1995), essa precarização do trabalho está em plena sintonia com o modo de produção capitalista, que identifica o homem como um número apenas, não objetivando seus valores pessoais e sua real condição humana, importando tão somente o acúmulo de riquezas. Daí poder-se deduzir que a consciência do catador em relação ao meio ambiente se dê da mesma maneira, ou seja, importa-lhe a sobrevivência e não o meio ambiente como espaço de coexistência.

Na visão de Medeiros e Macedo (2006), conclui-se que atualmente há uma crise do trabalho assalariado nos moldes típicos do sistema capitalista, expressa nas

seguintes formas: aumento do desemprego estrutural e precarização do trabalho, exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho e exclusão do convívio social.

As autoras apontam que as conseqüências psicossociais advindas da crise atual do trabalho assalariado são perversas, pois atacam os alicerces da identidade do ser humano. Elas distinguem a relação entre sofrimento e emprego, e sofrimento e trabalho. A primeira está ligada à crise do trabalho assalariado e ao desempregado, e a segunda diz respeito aos trabalhadores que continuam a trabalhar. Assim, esclarecem que também existe o sofrimento dos que trabalham, que temem não satisfazer, não estar à altura das imposições da organização do trabalho; imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos e de adaptação à “cultura” ou à ideologia organizacional, às exigências do mercado, às relações com os clientes, os particulares ou o público, etc.

Conforme Antunes (1995), Mattoso (1999) e Souto de Oliveira (2004), fazem parte das transformações no mundo do trabalho: o declínio do setor secundário na absorção de mão-de-obra e a expansão do setor terciário; a retração do salário formal; a flexibilização das relações contratuais de trabalho, redundando em perda ou subtração de direitos do trabalho e, conseqüentemente, num menor ou mesmo ausente grau de proteção social; as mudanças nos requerimentos feitos ao trabalhador sob a égide da “empregabilidade”, que se traduzem por maior grau de escolarização formal e por uma crescente exigência de atributos, tais como polivalência, autonomia, iniciativa e competitividade; a informalização e precarização das relações de trabalho; a manutenção/agravamento das desigualdades de rendimento e a dilatação das margens de pobreza.

Partindo das transformações no mundo do trabalho, pode-se inferir que é crescente e expressivo o número de trabalhadores que se encontram sob condições que configuram exclusão social, como é caso dos catadores.

No entendimento da sociedade contemporânea, o conceito de exclusão é crucial, visto que as transformações do mundo do trabalho, principalmente as advindas das transformações do modo de produção, modificaram o cenário das relações sociais até então vigentes.

Medeiros e Macedo (2006), ao questionarem a inclusão social, identificam que muitos autores tomam como referência principal para esta situação a questão do desemprego, concluindo, assim, que estar desempregado significaria não estar integrado, e levantam as seguintes questões: O que dizer daqueles que trabalham sem, contudo, terem um emprego? Seria o desemprego o ponto de partida para a análise da inclusão/exclusão social de uma parcela de trabalhadores que desempenham trabalhos como a catação de material reciclável?

A adoção exclusiva desse ponto de partida levaria ao ofuscamento de artimanhas da exclusão social. Por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão, as quais conduzem a uma aparente inclusão, que camufla uma exclusão, entendida como inclusão perversa. Assim, pode-se concluir que não há exclusão antes de uma inclusão.

Portanto, conforme Sposatti (1996), a idéia de exclusão social supõe uma lógica que preside um padrão de relações em uma sociedade que, ao mesmo tempo, inclui e exclui por meio de um conjunto de valores que a orienta. Neste caso específico dos catadores de Bragança Paulista, a exclusão social é evidente.

A (RE)ORGANIZAÇÃO DO EMPREGO URBANO

O processo de crescimento da população urbana é muito mais perceptível em países em desenvolvimento, indicando que há necessidade de levar-se em consideração variações, fatores e condições diferentes que presidem a formação da população urbana – de um lado a situação de origem do urbano, e de outro os fenômenos atuais que decorrem das características demográficas e econômicas dos países em desenvolvimento. (SANTOS, 1981: 21-2)

Milton Santos (1996) aponta a importância de se analisar a crescente urbanização como o resultado de agravamentos de problemas sociais e econômicos. Assim, analisar o crescimento urbano de Bragança Paulista é também analisar estes agravamentos, principalmente os que são de interesse dos “homens lentos”. Essas análises, de modo geral, são desligadas da realidade social como um todo, são tratadas como microproblemas sem se reconhecer a sociedade em movimento, seja condicionada pela vulnerabilidade que os modelos capitalistas imprimem, seja pela eterna tentativa de se comparar o processo de urbanismo de países em desenvolvimento com países europeus. Este processo acaba por distanciar a verdadeira interpretação que se possa imprimir na análise do “território usado”, tentando compreendê-lo como um espaço vivido, espaço real, e não apenas como um modelo trazido de países desenvolvidos.

Ao se estudar a urbanização dos países em desenvolvimento, é perceptível o número de grandes cidades, especialmente na América Latina. Este fenômeno deve-se principalmente à organização das forças produtivas e sua concentração em certos pontos do território, em contraponto ao aumento do consumo. (SANTOS, 1996)

Fatores como esses não podem ser desprezados em uma análise do espaço urbano de Bragança Paulista, principalmente pela proximidade dos grandes centros que serviram e servem ao desenvolvimento das forças produtivas, gerando grandes cidades como as da região da Grande São Paulo e as da Região Metropolitana de Campinas, ambas as regiões com fortes tendências para o atendimento dos mercados internacionais.

A interpretação das forças produtivas deve ainda considerar as inter-relações entre diferentes variáveis, que levem a um enfoque analítico, considerando a divisão do trabalho. No caso de Bragança Paulista, essas variáveis estão expressas nas atuais práticas sócio-espaciais, que aparecem como uma solução da estagnação da força produtiva formal (o trabalho da indústria, comércio e serviços). Estas práticas sócio-espaciais nascem também da relação de consumo e da relação com o meio ambiente, principalmente, quando resíduos e outros materiais recicláveis, antes sem destinação, ganham “status” de matéria-prima e, conseqüentemente, importância para os interesses industriais.

Em contribuição ao entendimento destas práticas pode-se destacar o pensamento de Milton Santos quando diz que:

A cada movimento, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender as novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade e a sua repartição espacial. (SANTOS, M., 1996)

Através desses conceitos é possível entender que a atual função de catadores de sucatas, papéis e outros resíduos reinsere trabalhadores na força de trabalho. Cabe destacar que a divisão do trabalho social propõe diversamente assumir as diferentes porções de natureza, ou seja, dá a uma paisagem a condição de espaço produtivo. Para Milton Santos, (1996: 60) “espaço global se define pelo conjunto de lugares empreendidos como porções do espaço produtivo e como lugar de consumo”.

Segundo Moraes (1999), a natureza extremamente dinâmica dos processos econômicos e sociais integrados, em um país como um todo e em cada região, faz com que mude constantemente o padrão da divisão territorial do trabalho. Por outro lado, o aumento da eficiência da produção social depende amplamente, não apenas do modelo atual existente, como também dos futuros padrões de distribuição das forças produtivas nas regiões econômicas do país. A cada momento da divisão do trabalho, a sociedade total se redistribui, através de suas funções novas e renovadas, no conjunto de formas preexistentes ou novas.

Com a fixação de capital estrangeiro, através das empresas transnacionais, passou-se a exigir uma divisão do trabalho com características internacionais, forçando adaptações e o aparecimento de especificidades. Essa divisão desloca a atribuição de um valor determinado a cada forma e a todas as formas, através da redistribuição de funções. A divisão internacional do trabalho explica a seletividade espacial na realização de funções, mediante critérios como a necessidade, a rentabilidade e a segurança de uma dada produção. A divisão interna do trabalho mostra o movimento da sociedade, a criação e os reclamos de novas funções, e a maneira como essas funções são abrigadas pelas formas preexistentes ou novas.

Os problemas do emprego sempre estiveram associados às especificidades da estrutura produtiva das economias nacionais periféricas. Estas apresentaram tanto um pequeno grau de diversificação e integração vertical, quanto uma heterogeneidade estrutural dada pela incorporação desigual do progresso técnico pelos diversos setores econômicos. Nessa conjunção de fatores, o ritmo de acumulação de capital mostrou-se insuficiente, embora rápido, explicando, em última instância, a não absorção pelo mercado de trabalho de uma força de trabalho que se mostrou excedentária. (ALVES, 2000)

De acordo com o Programa Regional de Emprego para América Latina e o Caribe (PREALC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um fator comum entre os países latinos é que, apesar do crescimento econômico, o nível de empregos mantém-se insuficiente e sem uma melhoria na distribuição de renda, revelando um cenário em que o enorme subemprego agrícola coexistia com um crescimento expressivo da população urbana, advindo de um forte fluxo migratório campo-cidade, gerando uma população marginal localizada no entorno das grandes cidades. (PREALC, 1990)

O mesmo documento indica também que o crescimento do emprego industrial e dos serviços funcionais, desde a década de 50, foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa urbana, apesar do crescimento da produção. Além do crescimento vegetativo da população rural e do subemprego no campo, o fluxo migratório teria sido norteado pelo fato de o salário urbano da mão-de-obra pouco qualificada ser superior àquele que os migrantes podiam ganhar no meio rural.

A complexidade da situação ocupacional não pode ser analisada apenas através da taxa de desemprego. Ao contrário, é necessário entendê-la como um

“estrato de distintas formas de subutilização da força de trabalho”, o que pode assemelhar-se a um iceberg que deixa à vista o desemprego aberto, mas que, na realidade, significa muito mais: o subemprego, tanto rural quanto urbano. (PREALC, 1995) O crescimento econômico não garantiu por si só um maior nível de emprego nem uma melhor distribuição de renda. Em função disso, o número de pessoas disponíveis e de famílias que vivem em condições de pobreza, em lugar de diminuir, tem-se mantido e inclusive apresentado tendências a um real aumento. (PREALC, 1990)

Com isso, verificam-se dois setores: um, de menor dimensão ocupacional, que incorpora o progresso técnico e tem altos níveis de produtividade; outro, de maior magnitude, que é ocupado pelos estratos intermediários, com correspondentes níveis de renda e produtividade. Da perspectiva da estrutura de emprego, estes dois setores constituem um “mercado de trabalho organizado”. Eles produzem um conjunto de atividades econômicas norteado pela racionalidade econômica e com um grau razoável de organização, que tem fundamento na mesma evolução histórica.

No entanto, estes dois setores econômicos, de distintos níveis de produtividade, que configuram uma estrutura ocupacional “organizada”, mostraram-se, na verdade, incapazes de incorporar toda a força de trabalho em idade produtiva para maior participação na atividade econômica; desse fato resulta um excedente de mão-de-obra que não encontra ocupação naqueles setores econômicos. Esta sobreoferta de trabalho, ou fica desempregada, ou cria estratégias de sobrevivência nas novas atividades que ela mesma ajuda a conformar nos conglomerados urbanos.

Esta estrutura produtiva do mercado de trabalho aponta para a existência dos problemas de emprego em termos do funcionamento do mercado de trabalho diferenciado, seja na área rural, seja na área urbana. Assim, uma vez assumida a hipótese da heterogeneidade da estrutura produtiva, distinguem-se dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: um é o mercado formal, que pelo lado da oferta gera ocupações em empresas organizadas, e o outro é o mercado informal que, por sua vez, está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade para trabalhadores independentes ou por conta própria, e para empresas muito pequenas, não organizadas institucionalmente.

Com efeito, pode-se associar o setor informal urbano àquele mercado de trabalho no qual se encontram os problemas de baixa produtividade e das baixas rendas que recebem as pessoas que estão nele ocupadas. Postula-se aqui, portanto, uma correlação entre a pobreza e a forma de inserção no mercado de trabalho. (PREALC, 1999)

Admite-se que a migração cumpre um papel fundamental, contribuindo fortemente para gerar o excedente de mão-de-obra nas cidades, que ao não ser absorvido pelas atividades do setor moderno, dá origem ao setor informal. (PREALC, 1990) É evidente que este fato tem correspondência com os processos históricos verificados na região bragantina.

Assim, o estilo de desenvolvimento das economias atrasadas concentra no setor industrial, ao lado dos serviços funcionais, e particularmente, na indústria de transformação, uma base produtiva moderna, mas incapaz de absorver todo o aumento da população ativa urbana. Desta forma, a relação entre migração/urbanização e setor informal urbano tem uma importância decisiva na explicação do setor informal urbano, ao marcar a urbanização e a estrutura das ocupações nas cidades através do excedente de mão-de-obra.

O problema do setor informal e do subemprego tende a diminuir na hipótese do prosseguimento da industrialização e do desenvolvimento, à medida que a economia se desenvolve. Há uma tendência para reduzir a incidência do setor informal, visto que, hipoteticamente, de acordo com o tamanho das cidades, menor será a incidência do emprego informal no mercado de trabalho urbano. (PREALC, 1990)

Em síntese, de uma conjunção da dinâmica dos fluxos migratórios e da incapacidade do setor moderno da economia de gerar oportunidades ocupacionais no ritmo exigido para absorver a população ativa urbana, surge um novo “setor tradicional” em termos de produtividade e renda. (PREALC, 1978) Este setor, denominado setor informal, em contraposição ao setor moderno e organizado da economia, é o mecanismo através do qual procuram sobreviver os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho. É o excedente estrutural de mão-de-obra que cria o setor informal urbano, segundo sua própria lógica: gerar circuitos de sobrevivência, através de um amplo segmento de atividades econômicas, onde seus integrantes se auto-empregam na produção de bens e serviços em pequena escala e com baixos níveis de produtividade, com os quais obtêm uma pequena renda, ou seja, a renda informal.

Fica evidente que o setor informal urbano está implicitamente colocado como um “setor de ajuste” para as economias, porque faz parte do desenvolvimento econômico, embora seus trabalhadores sejam caracterizados como socialmente pobres, com menor grau de instrução e em faixas etárias que incluem tanto os mais jovens quanto os mais velhos.

São as características dos migrantes e a insuficiente disponibilidade de oportunidades de emprego no setor formal urbano que determinam que o setor informal tenda a ser um receptáculo para os migrantes rurais que aportam nas cidades. O setor informal é visto como parte de uma dicotomia em que seus ocupantes produzem bens e serviços que em essência não são demandados pelo setor formal. (PREALC, 1978)

A evidência de que, pelo menos por alguns períodos, os migrantes recentes e antigos passavam pelo emprego informal deu origem ao senso comum de que o setor informal é a “porta de entrada” ao mercado de trabalho urbano.

O TRABALHO DOS CATADORES E A EXCLUSÃO SOCIAL

Birbeck (1978) denomina os catadores de “self-employed proletarians”, pois, segundo o autor, o auto-emprego não passa de ilusão. Os catadores se auto-empregam, mas, na realidade, eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem, contudo, terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho.

A rotina diária do catador é exaustiva e realizada em condições precárias, conforme afirma Conceição (2003):

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam

os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo. (CONCEIÇÃO, 2003: 34)

Os catadores catam e separam do lixo o material reciclável numa quantidade que seja suficiente para vender. O comércio dos materiais recicláveis, entre os catadores e as empresas de reciclagem, geralmente passa pela mediação dos atravessadores, chamados de sucateiros.

Estes intermediários recebem o material coletado, pesam e estabelecem o preço a ser pago aos catadores. Em seus depósitos, os sucateiros vão acumulando os materiais, prensando-os em fardos, até conseguirem uma quantidade que viabilize o transporte para as indústrias de reciclagem.

Na região Sudeste, um dia de trabalho rende aos catadores de dois a cinco reais, dependendo da quantidade e do tipo de material que recolhem. (CEMPRE, 2008)

Para Carmo (2005), os catadores desconhecem completamente os aspectos que envolvem a logística do processo de reciclagem, desconhecimento, muitas vezes, atribuído ao baixo nível de escolaridade. Carmo (2005) e Conceição (2003) concordam que esse pouco conhecimento do circuito da reciclagem é um forte impedimento para que catadores obtenham ganhos melhores nessa atividade.

Já para Viana (2000), a existência dos atravessadores pode ser explicada por dois fatores principais: primeiro, pela “dificuldade de locomoção” dos catadores de lixo para entregar o material nas indústrias de reciclagem e, segundo, pelas vantagens que esse sistema oferece às indústrias.

Dessa forma, Leal et al. (2002) concluíram que o catador de material reciclável participa como elemento base de um processo produtivo bastante lucrativo; no entanto, paradoxalmente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure uma sobrevivência digna.

Conceição (2003) e dados do IPT (2003) relacionam o crescimento do número de catadores de materiais recicláveis com as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho, e também ao aumento do desemprego. Para esses autores, alguns trabalhadores da catação constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontram lugar no mercado formal de trabalho.

Para que o indivíduo possa ser considerado incluso ou excluído é necessário reconhecer as dinâmicas que acontecem dentro do território a que pertence. Exclusão pela inclusão não seria inadaptação, ao contrário, é adaptação à exclusão social; a exclusão, para se repor, precisa ancorar-se no sentimento de pertencimento social e criar o sentimento de pertencimento ou inclusão nos seus sujeitos. Dessa forma, as autoras afirmam que “é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão (...) é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese em si, e sim, em intersubjetividades delineadas socialmente”. (MEDEIROS & MACEDO, 2006)

O caráter excludente do trabalho do catador interfere na imagem que o mesmo faz de si, como identificado nas conversas com os catadores de Bragança Paulista. Assim, o trabalho com o lixo interfere tanto na identificação do catador com o seu trabalho como no reconhecimento da sociedade pelo trabalho desempenhado. Observando-se o verbo catar em sua definição mais

básica, nota-se que este faz referência ao ato de pegar, tomar para si aquilo que outros desprezaram. Por esta ótica, verifica-se que o descaso com a atividade da catação propriamente dita, já é, em si mesma, preconceituosa em relação ao ato desenvolvido enquanto manutenção da sobrevivência.

Entretanto, a mídia em geral, alguns estudiosos e instituições de diversos setores divulgam que a catação constitui uma possibilidade de inclusão social de uma parcela de trabalhadores. Mas, qual a qualidade dessa inclusão? Seria o fato de estar trabalhando, não importa em quê e como? Isso já é uma garantia de inclusão social? O fato de conseguirem garantir meios para a sua sobrevivência e a de seus familiares seria sinônimo de inclusão? Seria de fato uma inclusão ou mais uma forma de exclusão transmutada em inclusão?

Sob o ponto de vista de Medeiros e Macedo (2006), tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio. Contudo, a inclusão desses catadores ocorre de forma perversa.

Dessa maneira, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade; sem reconhecimento social, com riscos, muitas vezes, irreversíveis à saúde e com a ausência total de garantias trabalhistas.

Uma análise prematura da situação dos catadores de materiais recicláveis levaria a uma conclusão equivocada: a de que são incluídos socialmente. Entretanto, por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão que conduzem à inclusão perversa. O que se observa é uma condição oposta, na qual o trabalho da catação é quase sempre desfavorável ao trabalhador. Conforme estudos mencionados nesta pesquisa, o trabalhador-catador é exposto a riscos de saúde, preconceitos sociais, ausência dos direitos trabalhistas e outras condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho quanto na remuneração. Além disso, os catadores não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico.

Paradoxalmente, mesmo ocorrendo nas condições demonstradas, que são bastante adversas, a catação possibilita a sobrevivência de muitos trabalhadores que se encontravam excluídos e sem alternativas para a subsistência. Lentamente, os catadores buscam se organizar em cooperativas e associações, visando melhores condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode deixar de descartar que ao falar-se do trabalho da catação, as pesquisas esbarram nos sérios problemas oriundos do acúmulo residual urbano. Sabe-se que hoje a produção de lixo é muito maior do que a real capacidade que os poderes públicos constituídos, tais como, prefeituras, sub-prefeituras, associações de moradores, etc., possuem para lidar de maneira ecologicamente correta com a questão. É óbvio que o aumento das necessidades de consumo, ampliadas por ferozes estratégias de marketing, geram uma quantidade de resíduos que serão dispostos nos espaços habitáveis sem condições minimamente adequadas para que o conceito de meio ambiente possa prevalecer.

Contudo, este acúmulo residual é que garante a sobrevivência de indi-

vídúos que não tiveram inserção no exíguo e exigente mercado de trabalho.

O conceito de meio ambiente só existe se direcionado à sobrevivência humana. Ao falar do meio ambiente ligado às questões urbanas, automaticamente é necessário fazer referência a um contexto em que o homem seja o gerador daquilo que ele próprio irá descartar, ou seja, o lixo.

Pode-se perceber também que este indivíduo-ator-catador nem sempre é um habitante, ou seja, não tem o devido reconhecimento pertinente a um habitante urbano. É freqüentemente tomado por um indivíduo marginal, compreendendo-se por este termo, alguém que esteja à margem das relações estabelecidas na cidade, em que os direitos são assegurados e os deveres devidamente cumpridos.

Assim, o que se roga com este estudo é a adoção de políticas públicas e práticas sociais, menos idealizadoras e sim mais reais, que possam compreender o catador de recicláveis como indivíduo que pode viver dignamente do seu trabalho e que seja ainda, reconhecido o valor deste mesmo trabalho para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovani. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ª. ed. Campinas: Cortez, 1995.
- BIRBECK, C. Self-employed proletarians in an informal factory: the case of cali's garbage dump. *World Development*. 6(9-10),1173-1185, 1978.
- BORTOLOZZI, Arlêude; PEREZ, Archimedes. “Crise ambiental da modernidade e a produção do espaço – lugar do não cidadão”. *Boletim Paulista de Geografia*, n.76, p. 7-21.
- BORTOLOZZI, Arlêude. “Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial”. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BRGANÇA PAULISTA. *Trajetórias e Identidades*. 1974-2005.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede, a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CARMO, M. S. “A semântica ‘negativa’ do lixo como fator ‘positivo’ à sobrevivência da catação – Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro”. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração. ENANPAD, Brasília – DF, 2005.
- CONCEIÇÃO, Marcio M. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas: Editora Átomo, 2003.
- DREIFUSS, Rene Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *A condição pós-moderna*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICA – IPT. *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação*. São Paulo: SEBRAE, 2003.

- LEAL, A.C.; et al. "A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem". *Revista Terra Livre*, São Paulo, 18(19), 177-190, jul/dez, 2002.
- MARINHO, M.C.N. "As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na formação do executivo". 2005. 245 f. Dissertação de Mestrado (mestrado em psicologia) Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: ABRAMO, 1999.
- MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K. B. "Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência." *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006
- OIT. Programa regional del empleo para America Latina y Caribe – PRE-ALC, 1978, 1990, 1995,1999.
- PICCININI, V. C. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. *Sociologias*, 6 (12), 68-105, 2004.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. A cidade como direito. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, jun. 2007.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento - Crescer sem destruir*. São Paulo: Editora Vértice, 1986.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. São Paulo: Ed. Vozes, 1979.
- _____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Tipografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. "Da política dos Estados à política das empresas". In: *CADERNOS da Escola do Legislativo*. São Paulo, 1997.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7 ed. São Paulo: Record, 2005.
- SANTOS, Milton. "O retorno do território". In: *Território, globalização e fragmentação*, (orgs) SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; & SILVEIRA, Maria Laura. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SINGER, Paul. *Por uma economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- SOUTO de Oliveira, J. S. "Mutações no Mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização". *Revista Democracia Viva*, 1(1), 8-12, 2004.
- SPOSSATI, Aldaisa. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996.
- SPOSITO, Eliseu Savério. "Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná". In:

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 10^a. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VÉRAS, M. P. B. *Trocando olhares : uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel: EDUC, 2000.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

WIRTH, L. “Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial”. *Revista Margem: Revisitando o Brasil*, São Paulo: EDUC, 1997.

O ideal sanitário e de beleza contido nos estatutos de 1912 da Câmara Municipal da Villa Divinópolis

The sanitarium and beauty idealism in the statutes of 1912 in the Divinópolis Village Council Office

BATISTINA MARIA DE SOUSA CORGOZINHO

Socióloga, doutora em Educação (UFMG), pós-doutoranda no Centro de Memória-Unicamp e professora da FUNEDI/UEMG
bcorgozinho@funedi.edu.br

Resumo:

Estudo sobre aspectos da política sanitária anunciada no documento “Estatutos da Câmara Municipal da Villa Divinópolis contendo também o seu Regimento Interno”, aprovado em 20 de novembro de 1912, momento de organização da vida urbana nessa cidade do centro-oeste mineiro para ser aplicado buscando a aquisição de uma cultura urbana pelos seus habitantes.

Palavras-chave: Estatuto; Sanitarismo; Urbanização; Cidade; Cultura urbana

Abstract:

Study on aspects of public health policy announced in document “Statute of the City Council of Villa Divinópolis containing also its Internal Rules”; adopted on November 20, 1912, moment of organization of urban life in this city in central-west of the Minas Gerais state, to be applied to seek the acquisition of an urban culture by its inhabitants.

Keywords: Statute; Sanitary, Urbanization; City, Urban culture

A definição de um estatuto, conformando as relações sociais, revela práticas sociais existentes ou reflete aspirações em relação ao que deveria vir a ser a realidade social? Provavelmente muito mais um ideal a ser alcançado. Este estudo trata sobre as normas sanitárias instituídas pelo poder político local, em relação à vida urbana, em aspectos como higiene domiciliar, construções, alimentação pública, precauções contra moléstias transmissíveis, limpeza pública, doentes mentais, medidas preventivas de danos, medidas em relação à mendicância, o sistema de abastecimento de água canalizada, funcionamento do matadouro e açougues, construções urbanas e vias públicas. A quem visa as ações do poder político local? Como pretendia assegurar o comportamento das pessoas em relação às questões sanitárias? Além de refletir sobre essas questões, este estudo associa o ideal de saúde pública ao processo de modernização da vida urbana brasileira, no final do séc. XIX e início do séc. XX através da experiência local de urbanização ocorrida em Divinópolis/MG. A legislação aprovada em 1913 pela Câmara Municipal de Divinópolis trouxe consigo um modelo idealizado de convívio social, baseado em novos valores urbanos e modernos, desejando superar a forma tradicional-rural de convívio social e de hábitos até então existentes, principalmente em relação às questões sanitárias. A ênfase dada diz respeito aos comportamentos a serem exigidos da população urbana em relação à conservação ou restauração da saúde, higiene e medidas destinadas a preservar a saúde pública ou particular de tudo quanto poderia prejudicá-la, principalmente em relação à doenças endêmicas ou contagiosas.

O SURGIMENTO E ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DE DIVINÓPOLIS/MG

O município de Divinópolis/MG foi criado em 30 de agosto de 1911 e a Câmara Municipal foi instalada em 1º de junho de 1912. Para ordenar e planejar a ocupação do espaço urbano da recém-criada Vila, a Câmara Municipal aprovou sua planta topográfica através da Lei nº 03 de 20 de junho de 1912. Ela foi elaborada pelo engenheiro-chefe responsável pela construção do ramal ferroviário entre Belo Horizonte e Garças, Dr. José de Berrêdo, a pedido do Presidente da Câmara Sr. Antônio Olympio de Moraes. Das discussões ocorridas entre eles surgiu a idéia de projetar a parte nova da Vila de acordo com um traçado geométrico, retilíneo, grandes quarteirões formados por ruas e avenidas largas, evidenciando uma ordenação racional, funcional e moderna do espaço urbano, baseada numa expectativa de progresso futuro da localidade. A preocupação com a higiene, a saúde, a funcionalidade das vias urbanas, o planejamento da ocupação do espaço urbano pelas diferentes atividades, o controle sobre as condições das moradias e lazer são características da estética moderna de uma cidade considerada progressista. [1]

1 - VEIGA, 1994, p. 116

Dentro dessa perspectiva de modernização urbana, a exemplo do que já tinha ocorrido na cidade de Belo Horizonte, é que foi aprovado, em 20 de novembro de 1912, o documento “Estatutos da Câmara Municipal da Villa Divinópolis” contendo também o seu Regimento Interno, constituído de 346 artigos. Esse documento possui várias partes e nesse estudo pretende-se analisar as prescrições em relação ao que chamamos hoje de saúde coletiva e evidenciar a política sanitária ali contida. Subliminarmente percebe-se um conteúdo educativo, até certo ponto autoritário, dessas prescrições visando adequar o comportamento dos indivíduos à vida urbana, desejando o rompimento com práticas rurais costumeiras e tradicionais de convívio e ocupação da cidade

e aquisição de uma cultura urbana.[2] O Estatuto condenou várias atitudes da população com o objetivo de prevenir e reparar abusos que pudessem comprometer a saúde pública, definiu multas para os infratores e deu competência ao poder político local de exigir o cumprimento das normas aprovadas.

2 - CORGOZINHO, 2003, p. 83/86

Divinópolis surgiu em 1912, a partir do antigo arraial do Espírito Santo do Itapeçerica, existente desde meados do séc. XVIII. Em 1770 foi construída a Igreja Matriz. O censo demográfico de 1920 apurou a existência de 10.305 habitantes, sendo 3.826 na sede, nos perímetros urbano e suburbano, reunidos em 530 casas. Em 1923 a população da cidade era de aproximadamente 4.500 habitantes.[3]

3 - POLYANTHÉA, 1923, p. 17/18

O poder político local, nesse momento, era exercido pela Câmara Municipal e as funções executivas eram exercidas pelo Presidente da Câmara ou Agente Executivo, eleito por três anos pelos demais vereadores, que também elegiam o vice-presidente e secretário. A Câmara Municipal da Vila Divinópolis possuía 7 vereadores e uma secretaria que funcionava através da atuação de um diretor, tesoureiro, porteiro, contínuo, agentes municipais, zelador de água, do matadouro e cemitério. Os vereadores se dividiam em três comissões permanentes: Leis, finanças e orçamento; Higiene, polícia e estatística; Obras e instrução pública, agricultura, comércio e indústria, atuando em mais de uma. A Câmara poderia eleger outras comissões compostas ou não de vereadores.

O Agente Municipal desempenhava funções importantes na condução da política sanitária municipal em relação a vários aspectos. Ele deveria fiscalizar as casas de negócios, hotéis, açougues, padarias, fábricas, matadouro, prédios e terrenos particulares e demais locais onde fossem exigidas prescrições de higiene e asseio e verificar infrações ou inobservância das leis municipais em relação à higiene. Deveria inspecionar os vendedores ambulantes, não consentindo com a venda de alimentos que colocassem em risco a saúde pública. O Agente deveria acompanhar o alinhador e não permitir a construção de obras sem a licença concedida pelo Presidente da Câmara e nem fora do alinhamento. Ele deveria indicar a necessidade de se demolirem obras ou construções que estivessem ameaçando desabar e embargar obras que estivessem sendo feitas fora das exigências municipais; deveria cuidar da proibição da presença de animais nas ruas e centro da povoação, conservação dos edifícios públicos, postes de iluminação, chafarizes e árvores.

O IDEAL SANITÁRIO CONTIDO NO 1º ESTATUTO DA CÂMARA MUNICIPAL

a) Sobre a higiene domiciliar [4]

O Estatuto possuía características controladoras, pois permitia o exame das instalações sanitárias existentes nas habitações particulares ou coletivas pelos agentes municipais de saúde e competência para as devidas providências. As águas deveriam ser protegidas ficando proibido o corte de matas, estagnar ou fazer represa, embarçar o escoamento de águas já utilizadas ou fazer escavações. Proibiu, ainda, a instalação de curtumes de couro ou fábrica que exalasse odores contaminando a atmosfera no perímetro urbano, bem como, inhumar ou enterrar corpos humanos fora do cemitério ou deixar insepulto por mais de 24 horas.

4 - QUINTA parte Da policia sanitária. In: Estatutos da Câmara Municipal da Villa Divinópolis" contendo o Regimento Interno. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1913, artigos nº 283, 284 e parágrafos. p. 45/46

Considerou-se como infração passível de multa jogar detritos nas ruas, praças e largos da Vila e dos distritos, jogar imundices, lixo ou animais mortos ou moribundos nos córregos, além do responsável ter que fazer a sua remoção.

Proibiu-se, também, conservar nos pátios e quintais da área urbana as estrumeiras, ou seja, lugar de acúmulo, preparo e fermentação de estrume para evitar o surgimento de miasmas ou mal-cheiro, incomodando a população. As latrinas teriam que ser construídas com sifão com escoamento do esgoto ou tanque de coleta e as antigas, fora desse padrão, teriam que ser desfeitas.

5 - Idem cit. ant. artigos 285, a 289. p. 46

b) Sobre a alimentação pública [5]

Em relação a este aspecto o Estatuto proibia a venda de bebidas falsificadas ou o acréscimo de substâncias para aumentar o peso, volume ou quantidade dos gêneros alimentícios; vender peixes ou toucinhos deteriorados, carne de animais mortos acidentalmente ou por veneno e carne de porco contaminada pela *trichinella spiralis*, que pode ser introduzida no organismo através da ingestão dessa carne.

Os agentes municipais de saúde poderiam inutilizar os gêneros considerados imprestáveis para o consumo, tanto aqueles expostos para venda como os que estivessem com vendedores ambulantes, com o auxílio da polícia se necessário e na presença do proprietário, mediante intimação. As frutas deterioradas também deveriam ser destruídas. O leite a ser comercializado não poderia ser de vaca doente e nem alterado por qualquer substância, muito menos em vasilhas de cobre ou zinco. Para a venda de produtos alimentícios não poderiam ser contratadas pessoas com moléstia contagiosa ou repulsiva, com previsão de multa para o dono das mercadorias.

6 - Idem cit. ant. artigos 290 a 296, p. 47

c) Sobre as precauções contra moléstias transmissíveis ou epidemias [6]

Os casos de moléstias endêmicas, suspeitas ou não de serem transmissíveis, teriam que ser notificadas ao Presidente da Comarca pelos médicos, gerentes de fábricas, diretores de colégios. As pessoas doentes deveriam ser isoladas em casa ou removidas para um lugar conveniente, sem especificar onde e o domicílio teria que ser desinfetado. Os responsáveis pelo doente não poderiam se opor à sua retirada pelo representante municipal, que poderia, se necessário, usar a força policial e nem a se oporem a desinfetar o ambiente, sob pena de multa.

Nos casos de epidemia o Presidente da Câmara deveria requisitar o auxílio do Governo do Estado. As doenças que deveriam ser obrigatoriamente notificadas eram moléstias pestilentas como a febre amarela, chorela e peste do oriente, as febres epidêmicas como a varíola, escarlatina, sarampão e a difteria. Além disso, a Câmara teria que criar postos de vacinação, cumprindo a Lei nº 144 de 23 de julho de 1895. Nos casos de epidemias no município a Câmara deveria organizar enfermarias ou hospitais-barracas fora do perímetro das povoações para a realização do isolamento dos doentes e desinfecção, sob a orientação do Delegado de Higiene do Estado ou do médico da municipalidade. Para tanto, o Presidente da Câmara poderia, até mesmo, tomar ele próprio essa decisão, no caso de urgência.

7 - Idem cit. ant. artigos 297 a 302, p. 47/48

d) Limpeza pública [7]

O serviço de limpeza pública da Vila era constituído pela capinação, varredura das ruas, avenidas e praças e a remoção do lixo e animais mortos. Os restos de material de construção ou objetos deixados nas vias públicas devem ser retirados pelos donos ou responsáveis. O lixo das residências deveria ser entregue em dias determinados da semana e acondicionados em latas ou caixas depositadas de manhã junto dos portões.

Os agentes municipais poderiam fazer a inspeção nas residências para verifi-

car a existência de imundices ou objetos prejudiciais à saúde da população e obrigar o morador a fazer a remoção. O Estatuto também esclarecia que nenhum habitante poderia jogar nas ruas, avenidas e praças o lixo, cacos de vidro, palhas, papel, cascas de frutas, águas utilizadas e tudo que prejudicasse o livre trânsito e produzisse exalações nocivas ou prejudiciais à limpeza das vias públicas. Os animais mortos deveriam ser enterrados pelos seus donos e no caso de não ser possível identificar o responsável, o agente municipal deveria tomar as providências cabíveis.

e) Sobre as medidas preventivas de dano [8]

Várias circunstâncias de risco são citadas no Estatuto. Em relação à questão sanitária, salienta-se a proibição de cães ou outros animais vagando pelas ruas, podendo ser mortos por ordem do agente municipal, escolhendo-se o modo menos bárbaro. A exceção referia-se aos cães perdigueiros, cães de caça atrelados dois a dois ou que trouxessem coleira em que se lesse o nome do dono que, por sua vez, teria que ter pago o registro do animal. Proibia-se, também, a criação, engorda ou manutenção de animais domésticos, com exceção de muares ou cavalos de cocheiras nos pátios ou chácaras no perímetro urbano.

No perímetro urbano, os animais só poderiam transitar atrelados ao carro ou conduzidos presos, ou boiadas em trânsito com exceção das vacas de leite ou bois de carro que estivessem sendo conduzidos do pasto ao curral, podendo atravessar ruas periféricas ou pequenos trechos. Os moradores da Vila teriam que extinguir os formigueiros de seus terrenos, sob pena de multa ou intervenção do agente administrativo. A responsabilidade da Câmara em relação aos formigueiros era de retirá-los dos terrenos públicos ou de terrenos de pessoas indigentes.

O donos das tavernas não poderiam vender bebidas alcoólicas a menores de idade ou pessoas que estivessem em princípio de embriaguez. Ébrios e loucos mentecaptos eram considerados capazes de causar danos à população. O Estatuto recomendava que eles fossem detidos e entregues pelo agente municipal à polícia correcional, entregues aos seus responsáveis e, em falta desses, seriam enviados a estabelecimentos de caridade pública. Proibia-se, também, a atividade de esmolar, com exceção pelos hospitais, asilos, irmandades que tivessem licença e contribuições para as festas religiosas.

8 - Idem cit. ant. artigos 303/312, p. 49/50

f) Sobre os mendigos [9]

No Estatuto consta a seguinte definição de mendigo: “será considerado mendigo o que implorar esmolas por não poder ganhar a subsistência por trabalho ou por não ter recursos próprios, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos, nos termos da lei civil.”[10] A mendicância era regulamentada pelo poder municipal. Para esmolar na Vila, a pessoa teria que se inscrever como mendigo no livro da Polícia ou na Secretaria Municipal, podendo ser obtida de forma solicitada voluntariamente ou coercitiva por decisão de uma autoridade policial ou a mando do Presidente da Câmara. Dessa forma, era feito o registro individual e numérico dos mendigos e esclarecimentos sobre sua identidade: nome, idade, filiação, naturalidade, estado civil, residência.

Sem inscrição prévia, os mendigos encontrados seriam detidos e examinados para verificação de sua capacidade ou não para o trabalho. Os mendigos de fora da Vila ou que não possuísse família ou residência no lugar há mais de dois anos seriam mandados de volta para seu município de origem junto com um ofício explicativo para a autoridade policial.

9 - Idem cit. ant. artigos 319/325, p. 52.

10 - idem cit. ant. artigo 319, p. 52.

A inscrição gerava direitos para os mendigos, definindo o local e horário permitidos para a mendicância e estabelecia deveres como o de portar o bilhete de identidade e não mendigar fora do local e dia permitidos, caso contrário poderiam ser presos, o que também poderia ocorrer se portasse o bilhete de outro mendigo. Vários outros comportamentos eram também proibidos como cantar ou fazer barulho, exhibir deformidades ou feridas ou ter a companhia de outras pessoas a não ser pai, mãe, marido ou filhos. Os mendigos menores de 21 anos seriam presos e entregues para as pessoas responsáveis.

11 - idem cit. ant. artigos 155/164, p. 21/23

g) Sobre o abastecimento de água [11]

Através das normas sobre o abastecimento de água na Vila Divinópolis, contidas no Estatuto da Câmara Municipal, é possível perceber que o poder público local era o responsável pelo oferecimento da água para a população por meio de chafarizes ou nas residências, de forma encanada, mediante pagamento da pena d'água. Para receber a água, o proprietário deveria conservar o encanamento, consertar torneiras e responsabilizar-se pelo seu mal uso, como o desperdício com torneira aberta, escorrendo e prejudicando o trânsito público, sujeira ou aumento do orifício do registro da pena d'água, que também não poderia ser dividida com vizinhos. As pessoas que causassem danos aos encanamentos públicos ou prejudicassem o asseio dos chafarizes ou reservatórios, mesmo que involuntariamente, teriam que pagar multas e responsabilizar-se pelo conserto.

Para cuidar do abastecimento d'água, foi criado o cargo de zelador nomeado pelo Presidente da Câmara. O zelador deveria conservar os encanamentos e o asseio dos reservatórios e nascentes. Deveria fazer a descarga e lavagem do reservatório, com intervalo de quinze dias, avisando previamente ao público por editais e informar ao agente executivo as novas concessões de penas d'água. O zelador não poderia deixar a Vila sem água encanada por mais de vinte e quatro horas, sem a devida justificativa ou deixar no reservatório objetos que viessem a alterar a qualidade da água, sob pena de multa ou perda do seu pagamento mensal.

12 - idem cit. ant. artigos 155/164, p. 21/23

h) Sobre o matadouro [12]

O abastecimento de carne de gado para a população teria que ser realizado através do matadouro municipal. Fora do matadouro só era permitido "abater-se cevado para o consumo particular" mediante licença do Presidente da Câmara, segundo o parágrafo único do artigo 165 do Estatuto.

O prédio do matadouro deveria possuir água canalizada, os utensílios necessários ao abate do gado, currais distintos, com inclinação para o escoamento dos líquidos, telheiros e tanques. Se não fosse possível fazer um contrato de acordo com a legislação municipal vigente, o Presidente da Câmara poderia dar a preferência para a matança ao açougueiro ou marchante que tivesse pago a licença e que oferecesse melhor preço, maior qualidade da carne e vantagens para o público. Essa preferência deveria ser oficializada em termo lavrado na Secretaria, por prazo máximo de um ano e sem prejuízo da liberdade de comércio para os demais. Essa preferência poderia ficar perdida se o contemplado cometesse alguma infração em relação ao Estatuto. A matança de porcos, carneiros ou cabritos deveria ser feita antes do gado vaccum, segundo o Estatuto e as vísceras dos animais abatidos deveriam ser imediatamente colocadas em vasilhas próprias para serem conduzidas ao seu destino. O couro de animais não poderia ser espichado ou posto para secar dentro da área da povoação.

A gado para ser abatido não poderia permanecer em pátios ou currais particulares sob pena de multa. Na área suburbana poderiam existir currais para a criação de porcos, desde que arejados e limpos, com inclinação necessária para o escoamento das águas usadas e tanque de d'água permanente. O gado a ser abatido não poderia ser maltratado ou espancado, não poderia estar prenhe ou com suspeita de doenças ou sob efeito de ervas e os bois teriam que ser castrados. A responsabilidade de verificação diária da situação do gado a ser abatido era do zelador do matadouro. Além de verificar a situação do gado em pé ele também deveria fiscalizar a carne antes de ser enviada para os açougues. Para serem abatidos e esfolados os animais deveriam ser suspensos em ganchos, tomando-se o cuidado de impedir o contato entre a parte peluda e vísceras com a carne. Os cuidados se estendiam à sua comercialização em açougues ou em domicílios, sendo que, para isso, a carne deveria ser coberta com pano para não ficar exposta às moscas. O zelador do matadouro deveria assistir ao abate todos os dias até a saída das carnes e não permitir a presença de pessoas estranhas no local, principalmente, de crianças. Deveria, ainda, impedir a entrada de cães e cuidar do asseio dos currais e dependências.

Pessoas com moléstias contagiosas ou repugnantes não poderiam vender alimentos ou empregar-se no comércio. As infrações seriam punidas com multas.

i) Sobre os açougues [13]

O Estatuto fazia numerosas exigências para a abertura de açougue. As salas deveriam ter o chão impermeável, com escoamento para água, revestido de azulejo até a altura de dois metros e meio e parede pintada a óleo. Os açougues deveriam ser bem ventilados com grades de ferro nas janelas e portas. As mesas de corte das carnes deveriam ser de mármore ou pedra plástica sendo fiscalizadas pelo zelador. Para terem permissão de abertura de açougue os açougueiros deveriam manter seu estabelecimento em completo asseio; não poderiam misturar com outro ramo de negócios ou até mesmo, dormitório. No local não poderia entrar cães, as carnes deveriam ficar suspensas de modo afastado das paredes e sem receber raios solares. Às duas da tarde a carne que não fosse vendida teria que ser salgada e aquelas em início de decomposição teriam que ser inutilizadas.

13 - idem cit. ant. artigos 165/181, p.13/25

j) Sobre as construções urbanas e vias públicas [14]

Todas as obras nas praças, largos, ruas ou avenidas teriam que ser feitas de acordo com o plano geral e alinhamento estipulado pela planta topográfica da Vila, aprovada pela Câmara Municipal e permissão do Presidente da Câmara. O responsável para cuidar dessa exigência e fazer cumprir o planejamento era o alinhador, nomeado pelo Presidente e remunerado pelo proprietário da obra. Dever-se-ia alinhar ou perfilar o edifício, casa ou obra em geral conforme o arruamento estabelecido. A planta da construção teria que atender às normas arquitetônicas e de higiene definidas, e ser aprovada pelo Presidente da Câmara. Os prédios rústicos poderiam ser construídos em algumas ruas, sendo proibida a construção de choupanas cobertas de capim ou zinco. Os edifícios que estivessem fora do alinhamento geral teriam que sujeitar-se ao novo alinhamento e conveniências de embelezamento, quando tivessem que ser reconstruídos. As casas recuadas deveriam possuir gradil e a área entre a casa e o gradil deveria ser ajardinada. Não era permitido fazer escavações ou depósito de materiais de construção nas ruas e praças sem licença do Presidente da Câmara. As construções

14 - idem cit. ant. artigo 230/258, p.36/39, 43

não poderiam ter janelas, terraços, varandas ou sótão para os lados, devassando as casas dos vizinhos, com menos de dois metros de distância e não poderiam construir telhados que desaguassem em terrenos ou casas dos vizinhos ou sacadas de madeira. As construções teriam que ter quatro metros de pé direito, ou seja, altura interna.

O Estatuto proibia, ainda, a existência na Vila de cortiços, estalagens, casas para moradias coletivas, sob qualquer denominação que não possuíssem as condições exigidas para os hotéis. As casas deveriam ser pintadas em cores, sendo proibida a simples caiacão ou pintura branca e sempre com pinturas renovadas quando estivessem com aspecto desagradável. O Presidente poderia intimar os proprietários dos prédios a cumprirem essa exigência, além da cobrança de multas. Na zona urbana não era permitida a abertura de cisternas e as existentes teriam que ser entupidas.

Os terrenos urbanos teriam que ser fechados com gradis ou muros de adobe, tijolos, barro ou pedra, rebocados e pintados a cores. O proprietário de terreno em plano inferior ao do vizinho teria que consentir a passagem de águas pluviais e encanamento de águas e esgotos, derivados de terrenos mais elevados. Todo proprietário na zona urbana teria que mandar construir passeios na via pública em toda a frente do terreno, sob pena de multa e dentro de normas técnicas, tamanho, altura e largura definidos no Estatuto, além da obrigação de dar manutenção e mantê-los conservados.

O Presidente da Câmara deveria fazer o prolongamento, alargamento ou abertura de ruas à medida que fossem consideradas de utilidade pública ao embelezamento da Vila. Para tanto, ele deveria entrar em acordo com os proprietários, e se esses se opusessem, poderia fazer a desapropriação da área necessária de acordo com a legislação estadual vigente. Deveria, ainda, cuidar do calçamento, limpeza e conservação por meio de contrato ou administração; mandar numerar as casas e colocar placas nas ruas, conservando seus nomes tradicionais.

O CORPO POLÍTICO: SANEAMENTO E BELEZA

A quem as normas do Estatuto de 1913, aprovado pela Câmara Municipal de Divinópolis/MG pretendiam atingir? De um lado, podemos considerar que o objetivo seria atingir e modificar uma população, até então rural, impregnada de valores de uma vida tradicional. De outro lado, é uma legislação que quer dar legitimidade e suporte legal para uma sociedade de indivíduos que se entrelaçam em atividades e interesses diferenciados. As normas estatutárias deixam entrever o desejo por uma vida urbana planejada e organizada pelo poder público local, assentada em um olhar punitivo, sem sujeiras, saneada de animais, doentes, loucos e ébrios e busca de uma cidade bela não só pelas formas arquitetônicas e cores dos edifícios e muros, mas pelo alinhamento das construções e crescimento retilíneo de suas vias públicas. Uma sociedade urbana sã pelo asseio dos espaços públicos, construções, edifícios, atividades econômicas, fornecimento de alimentos, encaminhamento dos doentes e superação de hábitos tradicionais considerados sujos ou mal cheirosos. A feiúra dos mendigos na cidade também ficaria saneada, através das medidas de controle quanto aos lugares, horários e formas de mendigar. Essa utópica beleza seria o resultado qualitativo das ações dos indivíduos e garantidas através de punições.

Segundo José Murilo de Carvalho [15] existem três versões clássicas da tradição democrática ocidental. A primeira é o conceito liberal de cidadania

como titularidade de direitos e corresponde à liberdade negativa dos modernos:

cuja finalidade principal era livrar os indivíduos dos constrangimentos legais e institucionais a fim de poderem dedicar-se totalmente à vida civil, ao apetite aquisitivo da sociedade utilitária de mercado. (CARVALHO, 2002: 105)

A segunda versão é a do republicanismo clássico ou humanismo cívico em que:

ênfata a preocupação com a res publica, com o bem coletivo, mesmo que isto exija o sacrifício do interesse individual. A preocupação com o bem coletivo é a virtude cívica ... disponibilidade do cidadão para se envolver diretamente na tarefa do governo da coletividade. (Idem: 105)

A terceira versão refere-se a uma visão comunitária de cidadania:

Importa aqui o sentimento de pertencimento a uma comunidade política ... ênfata o coletivo em detrimento do individual. No entanto, ela não é necessariamente virtuosa, na medida em que lhe falta a ênfase na ação política, na participação do cidadão na vida pública. A ênfase exclusiva na comunidade pode gerar ... a conformidade política, ou uma participação passiva... (Ibidem: 106)

Segundo Carvalho, a cultura política brasileira não parece enquadrar-se em nenhuma das versões que marcaram a tradição ocidental. Por outro lado, se considerarmos essas versões como modelos idealizados, visando o surgimento de uma dada cidadania é possível associar, mesmo que de forma geral, essa terceira versão de cidadania ao ideal de vida comunitária almejado na organização da vida urbana municipal no início do séc. XX em cidades brasileiras, pois é possível que o documento “Estatutos da Câmara Municipal da Vila Divinópolis contendo o Regimento Interno” tenha sido elaborado a partir de um modelo importado de outras experiências urbanas. Como averiguar sua fonte não é objetivo desse estudo, vamos nos ater ao ideal de vida urbana contido nas entrelinhas do documento citado.

Podemos considerar que a aplicação das normas estatutárias citadas anteriormente quisesse criar uma situação de pertencimento a uma comunidade política, em que o interesse coletivo estivesse acima do individual. Nesse caso específico visando o abandono de hábitos e atitudes típicas do mundo rural-tradicional e adoção de comportamentos modernos e impregnados de uma visão sanitarista. Exemplificando: as normas do Estatuto proibiam o trânsito de animais nas vias públicas urbanas, criação de porcos nos quintais, currais, curtume, cisternas etc. muito comuns em cidades que não se urbanizaram.

O poder municipal é o grande organizador da vida coletiva, colocando-se como o articulador político fundamental, permitindo e assegurando a vida social

urbana com poder de punição e de interferência no âmbito privado, em relação aos aspectos que estivessem prejudicando os interesses coletivos. Além das exigências, claramente definidas no Estatuto, as desobediências seriam multadas e, se tais exigências, não fossem atendidas, a adequação seria executada por ordem do Presidente da Câmara, ficando o proprietário obrigado a pagar as despesas para os cofres públicos. Todas as normas indicam não só o que não pode ser feito, como também estipula as multas correspondentes no caso de desobediência civil. Não há referência a direitos, o que fica subentendido é que ao ser assegurada a forma de vida idealizada, o ganho é de todos, na medida em que prevalecerem os interesses coletivos e não individuais.

Em nenhum momento nesse Estatuto há o uso da palavra cidadão para se referir aos habitantes da cidade. Eles aparecem no texto através de expressões como: proprietários, moradores, donos, infratores, pessoas, autoridades, funcionários e empregados municipais, concessionários, vendedores, compradores, contribuintes, mercadores ou mascates, indivíduos, profissionais, negociantes ou construtores. As normas não desejam a participação política dos habitantes, apenas o seu cumprimento, controlando as atitudes individuais, através da possibilidade de multas. A cidadania desejada é, em sua forma passiva, sem contestação e sem colocar em risco o pertencimento a essa comunidade política sã e bela que vai resultar das atitudes de cada indivíduo em conformidade com as normas. Qualquer obstáculo, pessoas, objetos ou coisas que pudessem trazer desequilíbrio a esse modelo de vida urbana deveriam ser descartadas: os animais, os ébrios, os loucos e os doentes.

Arriscaríamos dizer que esse comportamento político é próprio de uma sociedade onde predomina o mando de oligarquias que definem a forma de vida que os indivíduos devem adotar e os seus lugares na hierarquia social e não a isonomia. Portanto, o que fica subentendido é o predomínio de uma concepção política centralizadora e punitiva distante dos ideais democráticos, tanto aqueles associados ao liberalismo quanto ao humanismo cívico da res publica.

Mesmo que a população urbana de Divinópolis/MG fosse ainda muito reduzida no início do séc. XX, e reunida em poucas casas é pouco provável que o poder público local, através de seus funcionários, conseguissem exercer um controle efetivo sobre o comportamento da população urbana, cuja tendência era de um contínuo crescimento pela atração econômica exercida sobre as pessoas de cidades vizinhas. Para tanto seria necessário verificar documentos que tenham registrado o recebimento de multas. De qualquer modo, o dinamismo comercial e as atividades industriais nascentes no local, acrescidas pelo crescimento demográfico ocorrido nos leva a especular que as relações sociais se tornaram mais complexas e, portanto, mais difíceis de serem controladas pelo poder político municipal em Divinópolis/MG. Isso se torna ainda mais plausível, se considerarmos, que a população atraída pelo desenvolvimento dessa cidade era oriunda de regiões vizinhas caracterizadas por um modo de vida tradicional-rural. Os hábitos e costumes de uma cultura tradicional-rural não se modificam nos indivíduos simplesmente em decorrência de normas legais e ameaças de punição. Eles demoram muito tempo para serem enfraquecidos e superados. O que ocorre, no cotidiano das pessoas, é a introdução lenta de novos valores e o convívio entre formas tradicionais e modernas de vida social. [16]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de construção de vida urbana ocorrida na cidade de Divinópolis/MG é, apenas, um exemplo do que ocorreu em muitas outras localidades de Minas Gerais, enquanto manifestação de um processo geral de implantação de vida urbana no Brasil. De qualquer modo, essa experiência mostra o quanto, desde o início de implantação dos processos modernos de vida urbana no local, ficamos distantes dos ideais democráticos de participação política, conquista de direitos e identificação do habitante da cidade como cidadão.

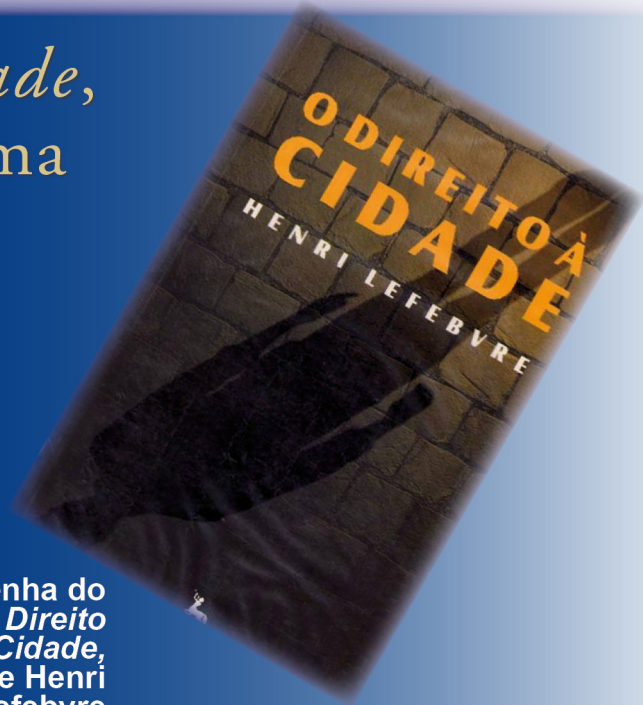
Os resultados efetivos das normas estatutárias citadas, na vida cotidiana daqueles habitantes, não corresponderam ao idealizado. Pode ser que jornais locais e outros documentos, principalmente em relação às multas aplicadas contêm indícios das circunstâncias e contradições que normalmente se manifestam na vida social, em decorrência dos atos administrativos legais. Entretanto, o modo de vida urbano e moderno existente na cidade de Divinópolis/MG na atualidade e o comportamento político de seus habitantes talvez sejam a maior evidência do distanciamento entre o idealizado e enraizado no comportamento dos habitantes. Desde muito tempo, as relações sociais existentes nessa cidade não são mais passíveis de controle como nos moldes idealizados devido sua amplitude e diversificação. O exercício da cidadania enquanto participação efetiva dos cidadãos no processo político e conquista de direitos continuam sendo um ideal a ser alcançado e principalmente um desafio, dadas as influências enraizadas nas consciências individuais dos processos políticos centralizadores vividos anteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENDIX, R. "Tradição e modernidade reconsideradas". In: *National-building and citizenship: studies of our changing social order*. Los Angeles : University of California Press, 1977.
- CARVALHO, José Murilo. "Cidadania na encruzilhada". In: BIGNOTTO, Newton. Belo Horizonte/MG : Edit. UFMG, 2002.
- CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. *Continuidade e ruptura nas linhas da modernidade: a passagem do tradicional ao moderno no centro-oeste de Minas Gerais*. Divinópolis/MG : FUNEDI, 2003.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Edt. Rio de Janeiro, 1994.
- ESTATUTOS da Câmara Municipal da Villa Divinópolis cotendo o Regimento Interno. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis : Vozes, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte/MG : Ed. UFMG, 2004.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.
- POLYANTHÉA em Homenagem ao Excellentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Antonio dos Santos Cabral, 1º Bispo de Belo Horizonte: por ocasião de sua primeira visita pastoral a paróquia de Divinópolis, sendo vigário o Revmo. Sr Padre Jose Augusto d. Bicalho, 1923.
- VEIGA, Cynthia Greive. "Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do séc. XIX". Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994 (Tese, Doutorado em História). Mimeo.

O Direito à Cidade, de Lefebvre, e uma reflexão sobre a violência urbana

Resenha do
livro *O Direito
à Cidade,*
de Henri
Lefebvre



SHIRLEY CARVALHO DANTAS

Arquiteta e urbanista, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
é diretora de Planejamento do Município de Itu/SP

O Direito à Cidade foi escrito em 1968, destacando o tema da cidade e do direito dos cidadãos, bem como o fato desta cidade ser uma obra dos cidadãos.

Lefebvre era um sociólogo e filósofo que entendeu, escreveu a respeito e avançou com profundidade na idéia de que o espaço é o elemento central de estruturação da sociedade, e particularmente da sociedade contemporânea.

Como Marx, enfatizou o homem como sujeito da sua história, questionando a vida cotidiana da sociedade a partir deste elemento “espaço”, que traduz as relações conflitantes de poder projetadas no território através das práticas sócio-espaciais. A sociedade, por definição, é espacial, e todos os processos sociais são espaciais, gerando formas espaciais.

Em seu livro, o urbanismo torna-se ideologia e prática e tem por objetivo fazer com que os problemas decorrentes de uma sociedade urbana / industrial sejam lidos do ponto de vista teórico

e prático, além de propor que os pensamentos e as atividades que dizem respeito ao urbanismo sejam criteriosamente analisados.

Para o intuito do presente trabalho, uma breve resenha de alguns textos desta obra de Lefebvre traz uma pequena contribuição para a análise do espaço urbano e sua relação com a violência urbana, foco de uma pesquisa desenvolvida por esta autora. Apesar de ter sido escrito há mais de 40 anos, esta obra pode ser utilizada como fio condutor para a apreensão das contradições nas espacialidades e temporalidades inerentes à dinâmica interna do espaço urbano, dando-se ênfase à violência.

TEXTOS E REFLEXÕES

A obra inicia trazendo o capítulo sobre Industrialização e Urbanização, ressaltando o processo que gera a problemática urbana e também caracteriza a sociedade urbana. Quando diz que o tecido urbano não se limita à sua morfologia, mas

é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado para a sociedade, reforça a idéia de que o espaço induz, sim, a comportamentos e hábitos e gera também preocupações com a segurança, por exemplo. Lembra que, neste tecido, as tensões tornam-se conflitos que se exacerbam. E neste cenário, classes dominantes e operárias se confrontam, surgindo uma “desordem” nas cidades, com a tendência de que esta última classe seja expulsa dos centros urbanos, destruindo sua “urbanidade”. “Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros”. (p. 27) Os novos conjuntos operários, nos subúrbios, proliferam desurbanizando-se, reduzindo-se o conceito de habitar.

Traçando-se um paralelo com as cidades contemporâneas, pode-se observar essa mesma “desurbanização” e descaracterização no modo de habitar dos conjuntos habitacionais atuais e dos condomínios fechados. O isolamento das funções urbanas: de morar, trabalhar, circular e ter lazer, decompõe a ordem urbana, desconfigurando-a.

Neste cenário, Lefebvre fala da boa intenção de planejadores arquitetos que buscam com suas propostas, “reorganizar” o espaço urbano, dar nova ordem e criar novas relações sociais. Esta busca vai recair em formalismo puro ou em esteticismo, como é o caso atual dos condomínios, repletos de boas formas, tipologias, que tentam atender as necessidades do mundo moderno, onde supostamente o homem não muda de escala, e é o mesmo em qualquer parte do mundo.

Chama ainda atenção para o urbanismo de administradores públicos, que trabalham com uma realidade fragmentada, baseando-se em uma sociedade pré concebida, porém, voltado para uma estratégia política.

E por fim, vai tratar sobre o urbanismo dos promotores de vendas, que concebem a cidade para o mercado, visando o lucro, o valor de troca. Assim, não vende a moradia, mas o estilo novo de morar, uma nova forma de viver, uma cidade feliz, segura e livre das diferenças e da desordem.

A cidade contemporânea, segundo os tipos de urbanismos destacados por Lefebvre, está nas mãos de arquitetos formais, administradores estratégicos e promotores de vendas. É a cidade renovada, tornada “legível”, com todas as condições

perfeitas para a dominação das pessoas, transformadas em consumidoras de espaços ideais. Esta é a cidade atual, que resolve os problemas urbanos da sociedade, incluindo a falta de segurança, sanada com o isolamento dos condomínios fechados e outras tipologias urbanas excludentes.

No texto sobre Ciências Parcelares e a Realidade Urbana, Lefebvre trata sobre as ciências que surgem para analisar a cidade, de forma fragmentada, ao contrário da filosofia que buscava entendê-la em sua totalidade. O autor ressalta que cada uma das especialidades das ciências, história, economia, demografia, sociologia, trazem suas contribuições para a ciência da cidade. Mas questiona: “É possível tirar das ciências parcelares uma ciência da cidade?”. (p. 44) Conceitos, prática e teoria se diferenciam, podendo tornar a compreensão global ou não. Ressalta que o urbanismo, não como ciência, mas como prática social, utiliza das técnicas e aplicações parciais para a regulamentação e a administração do espaço construído. Este aspecto, voltando-se para a realidade atual, deve ser bem avaliado. Disciplinamentos do espaço, mediante projetos e leis urbanísticas, muitas vezes, se voltam para visões parciais dos problemas – busca-se resolver os deslocamentos de veículos, facilitando o escoamento do tráfego e “esquece-se” da circulação confortável e segura dos pedestres; permite-se a construção de inúmeros condomínios fechados em nome da segurança pública, e relegam os espaços públicos ao abandono. Resolve-se um problema, criam-se outros. É de se questionar. Ressalta Lefebvre, que se faz necessário “(...) um exame crítico da atividade denominada ‘urbanismo’ e não de acreditar na palavra dos urbanistas, nem de admitir, sem contestação, os efeitos de suas proposições e decisões”. (p.45)

No capítulo Filosofia da Cidade e Ideologia Urbanística, Lefebvre chama a atenção para que se pretendermos formular a problemática da cidade, é preciso que distingamos: *a)* os filósofos e as filosofias da cidade; *b)* os conhecimentos parciais referentes à cidade; *c)* as aplicações técnicas desses conhecimentos; e *d)* o urbanismo como doutrina, ou seja, como ideologia, que interpreta os conhecimentos parciais, que justifica as aplicações, elevando-as a uma totalidade mal fundamentada ou mal legitimada.

Lefebvre ressalta que os filósofos pensaram

idades ideais. Com sociedades livres, sem classes sociais. A esta ideologia, acrescentam conhecimentos parciais.

Quanto ao urbanismo como ideologia, Lefebvre afirma que o conceito de cidade enquanto espaço de consumo e rede de circulação, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta. E que esse conceito é tido como verdade total, que é absurdo, pois resume todos os problemas da sociedade a questões espaciais. Essa visão leva a crer que: “Uma vez que a sociedade não funciona de maneira satisfatória, será que não haveria uma patologia do espaço?” Essa relação simples e crua é perigosa, segundo Lefebvre.

De certo que problemas espaciais pura e simplesmente não explicam as disfunções de uma sociedade. As causas da violência urbana, por exemplo, uma doença contemporânea das cidades atuais, são analisadas por diversos campos do conhecimento: sociologia, geografia, antropologia, filosofia e psicologia. De maneira geral, as referidas áreas correlacionam a criminalidade a indicadores sócio-econômicos como índices de escolaridade e renda, dotação de moradia e infraestrutura, situação familiar, demonstrando-se que são questões estruturais e históricas que vão influenciar o quadro violento das cidades.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que, segundo estudos recentes, os espaços podem influenciar e provocar comportamentos, inclusive os prejudiciais à sociedade, como os atos de crimes. Pesquisas demonstram que, por exemplo, os espaços públicos seguros e não excludentes são essenciais à coesão e à integração social e os espaços abandonados, isolados e degradados, geram sensação de insegurança e beneficiam eventos de violência urbana.

Assim, a relação simples entre espaço e sociedade para explicar os fatos urbanos não é suficiente, como de fato, levanta Lefebvre. Porém, essa mesma relação não pode mais ser ignorada no meio científico. Um urbanismo que garanta espaços de qualidade e seguros é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população.

No texto *Especificidade da Cidade – A Cidade e a Obra*, Lefebvre destaca que somente na atualidade, começamos a apreender a especificidade da cidade. Ele lembra que antes da in-

dustrialização, a filosofia respondia às questões colocadas pela sociedade. E que hoje, com a crise em escala mundial, surgem novos aspectos da realidade urbana. Destaca que a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto.

Neste aspecto, na atualidade, importante frisar o grande desafio que se impõe às cidades com o crescimento vertiginoso da população, o seu adensamento e concentração no espaço urbano. Se é no ambiente urbano que se concentra boa parte das populações, é no urbano que a problemática se acentua, destacando-se o problema da violência, uma nova realidade proveniente destas novas relações da sociedade, seu funcionamento e sua história, levantadas por Lefebvre. Sem dúvida, o crescimento da violência e da criminalidade urbana nos últimos anos foi impulsionado por fatores que encontram suas raízes na problemática sócio-econômica e no contexto histórico/ cultural das cidades, destacando-se aí o processo desigual de urbanização.

Ainda neste capítulo, ele fala sobre a possibilidade de separar os conceitos de cidade e urbano, embora haja riscos – cidade, seria a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o urbano, a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. De toda forma, ressalta que não há um “urbano” sem uma base física, uma morfologia. A partir desta compreensão, cabe mais uma vez a reflexão quanto a esta morfologia que, neste caso, é uma morfologia material, que pode ser alterada conforme ações e decisões políticas, urbanísticas e sociais. E esta morfologia compõe uma paisagem mais ou menos humana, um espaço mais ou menos seguro. A análise dos elementos que compõem a morfologia urbana, tais como ruas, calçadas, edifícios e muros, espaços públicos, torna-se essencial ao entendimento de como as formas também estimulam ou inibem, concentram ou dispersam, fazem com que a “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”, (p. 54) como ressalta Lefebvre, se altere também de acordo com esta base física, “prático-sensível”.

Em *Continuidades e Descontinuidades*, o tema retrata as descontinuidades temporais e espaciais introduzidas na teoria da cidade (e do urbano), em contraponto à continuidade (organicismo) anteriormente concebida.

Ele ressalta: “formas, estruturas, funções urbanas (na cidade, nas relações da cidade com o território influenciado ou gerido por ela, nas relações com a sociedade e o Estado) agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento pode hoje reconstruir e dominar”. (p.60)

O autor propõe uma primeira definição da cidade “como sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”. Mas reconhece que esta definição precisa de complementos.

Ele admite que a cidade vista do ponto de vista da psicologia, como “lugar do desejo”, em seu papel histórico, enquanto lócus da troca e do mercado, e local das revoluções, são definições que não se excluem.

Considerando-se esta visão subjetiva da cidade, na atualidade, ela também pode ser vista como o “lugar do medo”. A violência urbana tem ampliado o que os estudiosos chamam de medo social, que é construído socialmente e que afeta a coletividade. Trata-se do medo utilizado como instrumento de coerção por determinados grupos e que vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida cotidiana da população. Ou seja, “o percebido e concebido pelo pensamento” ajudam a moldar as cidades contemporâneas com um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano.

Em *Níveis de Realidade e de Análise*, Lefebvre levanta a necessidade do emprego de instrumentos metodológicos para se estudar os fenômenos urbanos. Ele cita alguns possíveis destes instrumentos: forma, função, estrutura, dimensões, campo e conjunto, escrita e leitura, sistema, significante e significado, linguagem e metalinguagem, instituições, etc.

O autor discorre sobre algumas formas da cidade, algumas de suas funções e dimensões, a sua linguagem, faz comparações dialéticas, entre

os níveis que a cidade pode se encontrar. Diz que a cidade possui funções sociais, políticas, administrativas, etc. Que existe a estrutura da cidade, depois a estrutura urbana da cidade e finalmente a estrutura social das relações cidade-campo.

Em relação às significações, diz: “Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. (...) Ao lado da escrita, existe a fala do urbano, ainda mais importante; essas palavras expressam a vida e a morte, a alegria ou a desgraça”. (p. 68)

No entanto, Lefebvre alerta para a teoria da cidade como sistema de significações, dizendo que ela separa “o urbano” da sua base morfológica, da prática social e que isso é uma grande ingenuidade.

Sem dúvida, não é possível desconectar as significações da cidade de sua base física e vice-versa. Um exemplo atual é o agravamento da violência urbana, que faz com que a população internalize fortemente o medo em seu comportamento urbano e essa situação se reflete, de forma marcante, na resignificação das práticas cotidianas, e na redefinição de lugares, paisagens e territórios.

A fala do urbano, como lembra Lefebvre, pode ser hoje também vista como a “fala do medo”, que (re) produz um espaço a partir da alteração dos hábitos, das práticas e das relações sociais na cidade face aos novos aspectos sócio-territoriais – a violência –, em particular a criminalidade violenta.

Em *Ao Redor do Ponto Crítico*, Lefebvre esboça uma linha do tempo, desde um suposto marco zero da urbanização até a urbanização em 100%, e coloca ao longo deste eixo, algumas descontinuidades, que seriam os pontos críticos. Ao longo deste eixo, estaria, no início, a cidade política, depois a cidade comercial, e posteriormente, a cidade industrial. “Vem então o período em que a cidade em expansão prolifera, produto das periferias distantes (subúrbios), invade os campos”. (p. 77)

Segundo o autor, nesse período em que a cidade se estende desmensuradamente, a forma da cidade tradicional explode em pedaços. “É, portanto ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática atual da cidade e da realidade urbana (do urbano)”. (p. 78)

Na atualidade, a expansão urbana para os

subúrbios, sobretudo nas áreas metropolitanas, associa a desqualificação urbanística caracterizada freqüentemente pela insuficiência de equipamentos públicos, acessibilidade e transportes a vários problemas sociais, além da falta de espaços verdes e de espaços públicos.

Nascem nestas áreas a insegurança e a criminalidade. É ao redor deste atual “ponto crítico”, de cidades esfaceladas, em que as intervenções urbanísticas e as políticas públicas devem ser sentidas nos aspectos morfológicos e sociais com um desenho de espaços que deve permitir sentimentos de apropriação e pertencimento dos moradores da cidade, tornando-os menos excluídos.

Na passagem sobre a Forma Urbana, Lefebvre vai tratar sobre as formas da cidade, assinalando que há uma ambigüidade no termo “forma”. Para elucidar o termo, o autor se remete à teoria das formas, próxima a uma teoria filosófica do conhecimento.

Em seguida, ele esboça um quadro das formas. “Esse quadro vai do mais abstrato ao mais concreto e, por conseguinte do menos imediato ao mais imediato. Cada forma se apresenta em sua dupla existência, mental e social”. (p. 92)

São Formas: Lógica, Matemática, da Linguagem, da Troca, Contratual, do Objeto (prático-sensível), Escritutária e a Forma Urbana. Forma Urbana se classifica:

– Mentalmente: a simultaneidade dos acontecimentos, das percepções, dos elementos de um conjunto no “real”.

– Socialmente: o encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, na vizinhança e, por conseguinte a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido das atividades, como encontro da obra e do produto. (p. 94)

Por fim, o autor lembra que é evidente que na sociedade moderna, o encontro e a reunião se intensificam. Mas que também as dispersões aumentam: a divisão do trabalho, segregação de grupos sociais, etc.

E finaliza questionando: “A forma na qual esta problemática se inscreve levanta certas questões que fazem parte dela. Diante de quem e para quem é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana?”. (p. 95)

Traçando-se novamente um paralelo com a história urbana recente, formas sócio-espaciais,

que se organizam e reorganizam, variam cultural e historicamente, revelam valores que estruturam a vida pública e demonstram como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. A forma urbana mental e social de grande parte das grandes cidades brasileiras vai ser resultado do crescimento da violência ou do medo social, que gera novos padrões de segregação espacial, transformando profundamente a qualidade do espaço público.

Na Análise Espectral, Lefebvre trata de buscar a análise dos elementos da sociedade. Inicia pela segregação. Segundo o autor, “A segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)”. (p. 97)

Reforça que “As segregações que destroem morfológicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais”. (p. 99)

Diz que a separação que se faz ao se analisar a cidade e a sociedade, fragmenta seus elementos, perdendo-se o sentido. E enfatiza que a síntese se faz urgente. Não como uma simples combinação dos elementos separados, mas a análise do todo. E diz que o filósofo teria este poder, da síntese, se a filosofia, no decorrer dos séculos, não tivesse mostrado sua incapacidade de atingir totalidades concretas.

“Portanto, aqui estamos diante de nossos olhos, projetados separadamente, os grupos, as etnias, as idades e os sexos, as atividades, os trabalhos, as funções, os conhecimentos”. (p. 102)

Essa passagem na obra de Lefebvre é imensamente contemporânea. Diferentes grupos sociais, especialmente das classes altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar novas formas de exclusão social e sua saída dos bairros tradicionais das cidades.

Embora a segregação tenha sido sempre uma característica das cidades, como ressaltou Lefebvre, os instrumentos e as regras que a produzem mudaram consideravelmente ao longo do tempo. Um novo padrão de segregação urbana baseado na criação de enclaves fortificados representa uma transformação nas concepções do espaço. Os condomínios fechados são ocupados

por aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros mais antigos. Privatização, cercamentos, policiamento e outros dispositivos de distanciamento criam um novo tipo de espaço público: fragmentado, no qual a desigualdade é um valor fundamental. Esses processos estão mudando as noções de público e de espaço público. Voltando a Lefebvre, a segregação é, neste caso, voluntária e programada.

Em o *Direito à Cidade*, Lefebvre trata sobre a utopia experimental. Pergunta: “Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços ‘bem sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?”. (p.110)

Algo é fato. O resgate do espaço público, em sua essência e função primordial, de encontro, trocas coletivas, sociais e culturais, representante físico da diversidade e da democracia, provavelmente terá o sucesso pretendido pelo autor. Experiências de redesenho e valorização de espaços públicos em cidades do mundo e suas respectivas adequações às necessidades de seus usuários têm tido êxito na promoção da sociabilidade e no controle da criminalidade, problemática urbana tratada aqui neste trabalho.

A participação ativa das comunidades, sem dúvida, também valorizada por Lefebvre, é essencial quando se deseja promover a vitalidade e a apropriação efetiva do espaço público, de forma que estes espaços tornem-se, de fato, “favoráveis à felicidade”, tendo como prioridade o valor de uso em sua base morfológica. Segundo Lefebvre “só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização”. (p. 118)

Ao final da obra, no traçado de algumas Teses sobre a Cidade, o Urbano e o Urbanismo, Lefebvre vem reforçar essa idéia, do papel

fundamental da classe operária na transformação revolucionária da sociedade, pois é a classe operária que “sofre as consequências da explosão das antigas morfologias. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por esta explosão”. (p. 138)

Assim, defende a revolução sob a hegemonia dessa classe, mediante a conquista de direitos, que devem entrar para a prática social: “direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida”. A vida, incluindo a segurança, o encontro e as trocas. Esses direitos figuram o *Direito à Cidade*, onde o “reino do uso” se superpõe à troca, ao mercado e à mercadoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho vem demonstrar o quanto a obra de Lefebvre é contemporânea em sua forma dialética de ler o espaço urbano e a sociedade urbana em sua complexidade e contradições.

No que se refere à temática da violência, é fundamental uma análise aprofundada e multidisciplinar da forma pela qual o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania têm se combinado a transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação social nas últimas décadas.

A violência urbana tornou-se, na atualidade, um problema essencialmente espacial e isso significa considerar não apenas os aspectos de localização e extensão do problema, mas os seus reflexos na própria interação da sociedade com o ambiente urbano. A violência urbana, para ser pensada, deve ser situada em contextos históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais e territoriais, por onde é produzida.

Nesse sentido, pretendeu-se aqui uma breve reflexão incentivada pelo próprio autor, que une teoria e prática para uma compreensão da realidade atual da violência no espaço urbano contemporâneo.

Habitar patrimônio cultural: o caso do ramal ferroviário Anhumas – Jaguariúna

Dissertação de mestrado em História defendida em 2011 no IFCH-Unicamp.
Orientadora: Profa. Dra. Silvana B. Rubino

DENISE
FERNANDES
GERIBELLO

z.geribello@gmail.com

Apesar do número de trabalhos acerca do patrimônio industrial apresentar um crescimento significativo nas últimas décadas, pouco tem sido produzido vinculando este campo de estudo à habitação. Na maior parte dos casos em que a habitação é mencionada, trata-se ou de estudos sobre operários, nos quais a materialidade do patrimônio industrial aparece apenas como pano de fundo, ou de trabalhos que se dedicam apenas ao estudo das estruturas habitacionais, constituídas, majoritariamente, por vilas operárias. A pesquisa de mestrado “Habitar o Patrimônio Cultural: o caso do ramal ferroviário Anhumas - Jaguariúna”, apresentada neste artigo, trata da questão habitacional, trabalhando tanto a dimensão material do patrimônio industrial quanto as formas de apropriação destes bens por seus habitantes. [1]

A pesquisa tem como objeto de estudo o trecho da linha tronco da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro entre os pátios de Anhumas e Jaguariúna. Este trecho se estende pelos Municípios de Campinas e Jaguariúna, localizados na Região Metropolitana de Campinas, Estado de São Paulo. [Ver Fig. 1] A partir da análise das formas de inserção deste complexo ferroviário no território, do inventário arquitetônico de suas edificações e do levantamento de suas formas de

apropriação materiais e simbólicas, o estudo busca identificar implicações das diferentes formas de apropriação do patrimônio industrial por seus habitantes em sua preservação.

A análise tecida pela presente pesquisa parte da abordagem do complexo ferroviário acima mencionado enquanto elemento construído inserido no território que, mais do que utilizado, é apropriado por seus habitantes. O trabalho tem como ponto de partida a análise de aspectos que conformaram o conjunto tal como ele se apresenta no presente. Esta análise inicial aborda as formas de inserção do complexo ferroviário no tempo e no espaço, bem como as relações entre elementos do entorno e a formação e o desenvolvimento do conjunto. Esta reflexão inicial se desenvolve em escala ampliada, para que, apesar da heterogeneidade do objeto, seja possível entendê-lo em sua totalidade.

Em um segundo momento, a análise se volta para o interior do objeto, abordando cada um dos pátios ferroviários e os edifícios que os compõem. [2] Esta análise em escala reduzida se desdobra em dois momentos. Inicialmente, foi elaborado um inventário dos pátios ferroviários e das edificações selecionadas que os compõem. Posteriormente, a investigação se voltou à análise das formas de apropriação das edificações inven-

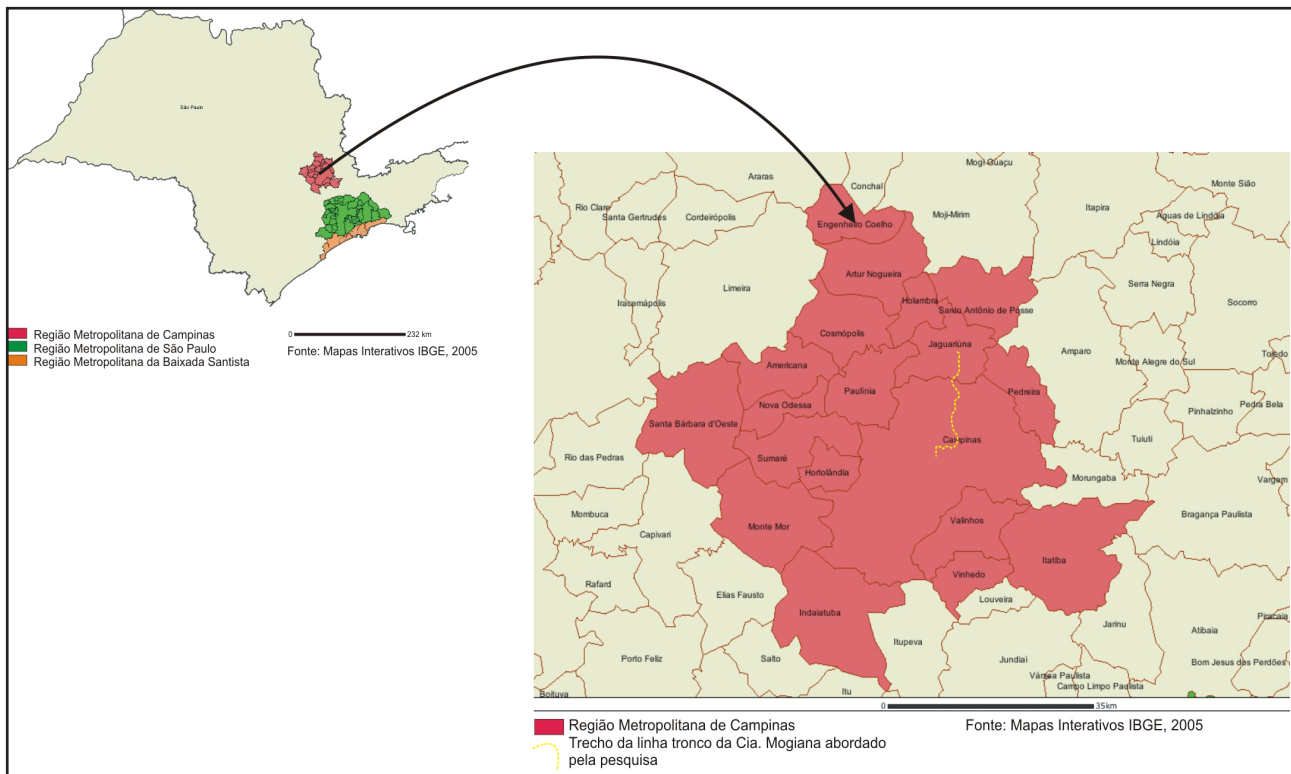


Figura 1 - Localização do objeto de estudo, elaboração própria do autor, 2010.

tariadas. Importante notar que a elaboração do inventário demandou uma reflexão profunda a respeito desta ferramenta de trabalho.

A partir dos levantamentos em escala ampliada e reduzida, foi desenvolvida uma análise do complexo ferroviário, trabalhando conjuntamente suas dimensões material, simbólica e funcional.

O COMPLEXO FERROVIÁRIO

O complexo ferroviário constituído pelo trecho da linha tronco da antiga Companhia Mogiana entre os pátios de Anhumas e Jaguariúna, que configura o objeto de estudo desta pesquisa, conta com mais de 30 edifícios localizados em seis pátios ferroviários. [Ver Fig. 2] Ao longo do leito férreo há estações, armazéns, caixas d'água e residências apropriados funcional e simbolicamente de diferentes formas por atores diversos. [Ver Figs. 3 e 4] O complexo, parcialmente tombado como patrimônio cultural pela municipalidade de Campinas, além de abrigar atividades turísticas e de lazer, gravações de filmes e novelas, funciona como espaço de habitação permanente para cerca de vinte famílias.

Apesar de possuir algumas edificações re-

manescentes do traçado inicial da Companhia Mogiana, inaugurado em três de maio de 1875 (MATOS, 1981: 71), o trecho estudado é resultante da retificação da ferrovia. Conforme consta nos Relatórios da Directoria da Companhia, esta retificação se estendeu de 1919 a 1945 no segmento analisado. O trecho em questão foi desativado em 1977 (RIBEIRO, 2007: 14), após a encampação da Companhia Mogiana pelo governo estadual em 1952 (União dos Ferroviários Aposentados da Mogiana, 1992: 4) e sua integração à Ferrovia Paulista S/A em 1971 (RIBEIRO, 2007: 14). Ainda em 1977, o trecho foi cedido em comodato à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária. [3] (RIBEIRO, 2007: 14), que implantou no local o trem turístico intitulado Museu Ferroviário Dinâmico Viação Férrea Campinas Jaguariúna (VFCJ) em 1984 (ABPF, 2003: 4). Mesmo com a sua incorporação à Rede Ferroviária Federal e, posteriormente, a transferência à União, o trecho continua sob posse da ABPF.

O trecho abordado é composto por seis pátios ferroviários, sendo eles Anhumas, Pedro Américo, Tanquinho, Desembargador Furtado, Carlos Gomes e Jaguariúna. Apesar das seme-



Figura 2 - Exemplares de edificações residenciais localizadas no complexo - Denise Garibello, 2010.

lhanças em sua configuração, estes pátios apresentam diferenças significativas entre si. Além de variarem em extensão, número e tipologia de edificações, os pátios também se inserem em contextos diversos e possuem diferentes relações com seu entorno. [Ver Fig. 5]

O sistema construtivo predominante no

complexo é a alvenaria estrutural de tijolos de barro, coberta por estrutura em madeira com vedação em telhas de barro tipo capa e canal ou francesa. Nos vãos, prevalece o uso de esquadrias de madeira com vedação em vidro ou madeira.

As formas de apropriação variam de maneira significativa entre os pátios ferroviários. Den-



Figura 3 - Caixas d'água localizadas no complexo - Denise Geribello, 2010.



Figura 4 - Armazém localizado no complexo - Denise Geribello, 2010.



Figura 5 - Estações e localização dos pátios ferroviários, elaboração própria do autor, 2009. Tipologias encontradas no complexo ferroviário. Elaboração própria do autor, 2010.

tre usos presentes no complexo estão as atividades turísticas promovidas pela VFCJ, bem como atividades de apoio ao turismo, o uso habitacional, tanto permanente quanto de recreio, a ambientação de filmes e novelas, feiras de artesanato, museu ferroviário, clube de campo e, até mesmo, rádio municipal.

FORMAS DE APROPRIAÇÃO E O ESPAÇO

As análises do objeto em grande escala e em escala reduzida indicam a presença de diferentes formas de apropriação no complexo ferroviário, entre as quais está a habitação, que, por sua vez,

também apresenta características diversas. Essas formas de apropriação não se desenvolvem de maneira isolada nem se restringem ao conjunto estudado. Elas interagem tanto entre si, quanto com formas de apropriação existentes ao redor do complexo ferroviário. Em alguns casos elas se estendem apenas por trechos do conjunto, em outros extrapolam seus limites. Visto que as relações entre os edifícios e seus habitantes se inserem em uma trama extremamente complexa, composta por diversas formas de apropriação, muitas delas dificilmente identificadas, é preciso ter em mente que, apesar de buscar analisar estas relações o

mais profundamente possível, o estudo de todas suas nuances está fora do alcance desta pesquisa.

Apesar de constituir apenas uma categoria de uso, o caráter das habitações pode variar de maneira significativa. Os traços principais das formas de habitação encontradas no complexo ferroviário são tratados a seguir, de acordo com as características de seus moradores. A análise se desenvolve a partir de dois grupos principais de habitantes identificados no objeto de estudo, quer sejam aqueles que possuem vínculo de trabalho com o complexo ferroviário e os associados da ABPF que residem em edificações do conjunto.

Os habitantes que possuem algum modo de relação de trabalho no complexo ferroviário perpetuam, de alguma forma, a vocação das residências do conjunto, construídas para abrigar os funcionários da Companhia Mogiana. Porém, mesmo com a manutenção da função das edificações, sua forma e as significações a elas associadas divergem de modo significativo. Dentre eles estão funcionários da VFCJ, funcionários do Clube de Campo Doutor Orestes Quércia, [4] bem como ferroviários aposentados, que trabalharam para a Companhia Mogiana e para a Fepasa.

A presença desses habitantes está vinculada às demandas de trabalho, tanto atuais quanto passadas, presentes em cada um dos pátios ferroviários. Estas demandas, por sua vez, estão relacionadas a outras formas de apropriação do conjunto. Essas formas de apropriação, além de se relacionarem a características dos próprios pátios, estão ligadas à implantação desses pátios no território.

Além de atuarem como condicionantes na localização das residências, as formas de apropriação do conjunto também interferem nos modos de apropriação das residências. A intensidade das atividades turísticas, por exemplo, se mostraram determinantes na expansão ou restrição do espaço residencial.

Outra forma de apropriação do complexo ferroviário que estabelece relações com a habitação é a utilização de trechos dos pátios ferroviários como ambientação para gravação de filmes, novelas e comerciais. Além de modificarem a estrutura física e a dinâmica dos pátios ferroviários, as gravações também alteram a forma com que os habitantes vêem o conjunto. Grande parte das produções gravadas no local são filmes e novelas

de época, o que implica em um modelo peculiar de apropriação e valorização simbólicas, estabelecendo uma conexão entre o passado e o presente intermediada pela “encenação” da história.

Apesar de serem considerados como um grupo, as formas com que os habitantes que possuem relações de trabalho com o complexo ferroviário se apropriam de suas residências variam de maneira significativa. Enquanto em algumas das residências predominam intervenções de caráter provisório, em outras as obras de conservação são mais constantes. As análises indicam que a intenção ou não de permanência no local está diretamente relacionada ao tipo de intervenção realizada nas edificações.

Apesar do valor patrimonial não constituir o principal ponto de interesse dos moradores que possuem relações de trabalho com o complexo ferroviário, eles mencionam com frequência a importância da preservação do conjunto devido ao seu valor histórico. Porém, a preservação é tratada por eles como responsabilidade da ABPF, da VFCJ ou da municipalidade. Essas manifestações oferecem pistas interessantes sobre o conceito de preservação do patrimônio que caracteriza esse grupo. De um lado existe a atribuição de valor histórico merecedor de conservação que, no entanto, na prática, é vista como função e dever do governo e de instituições, mas não iniciativa dos cidadãos, ainda que residentes no próprio patrimônio.

Como mencionado acima, nem todos os moradores do complexo ferroviário possuem relação de trabalho com o local. Há nove associados da ABPF que habitam o conjunto juntamente com suas famílias. Em alguns casos, as edificações do conjunto são utilizadas por eles como residência permanente, em outros, como casas de recreio, freqüentadas geralmente aos finais de semana e feriados.

As residências utilizadas por esses funcionários se localizam nos Pátios Pedro Américo e Tanquinho. Acredita-se que o fato desses pátios estarem inseridos em meio a fazendas, envolvidos por paisagens onde ainda permanecem elementos dos tempos em que os trens da Companhia Mogiana passavam por esses trilhos, está diretamente relacionado ao uso de parte de suas residências por associados da ABPF. Além de enfatizar o passado ferroviário do local e sua associação

à produção cafeeira, a paisagem do entorno dá a impressão de desvinculação do ambiente urbano, mesmo estando próxima a áreas urbanizadas. São elementos que representam os principais pontos de interesse dos moradores no local, pela referência ao passado ferroviário, bem como a intenção de preservá-lo, aliadas à tranqüilidade do lugar.

A intenção de preservação decorre do valor histórico que esses habitantes atribuem ao local. Esse valor histórico está ancorado no testemunho dos tempos de glória das atividades ferroviárias atribuído às edificações do complexo. Para esses moradores, a conservação das edificações, bem como a coleção de objetos relacionados à ferrovia, como fotografias, documentos e mobiliário, constituem uma forma de preservar o patrimônio ferroviário. O estado de conservação e preservação das residências ocupadas por associados é homogêneo. As edificações estão, de modo geral, bem conservadas, mas apresentam diversas modificações. Na maior parte dos casos as características das fachadas se mantêm. Porém, o interior e a parte posterior das edificações apresentam mudanças significativas. Dessa forma, apesar da manutenção da fachada, é possível perceber que as intervenções nas edificações visam dar conta das demandas atuais de conforto, higiene e praticidade. São intervenções fachadistas que não tratam do resgate do modo de vida do passado, como poderia parecer à primeira vista, mas da busca por uma experiência diferente da realidade urbana.

Apesar do interesse na preservação das edificações que habitam, não há vinculação entre as ações desses associados e do Condepacc. [5] Mesmo estando localizadas em área envoltória, as edificações são modificadas sem pedido de autorização ou solicitação de aconselhamento por parte de técnicos especializados em restauro. Assim, a preservação proposta pelos sócios da ABPF que ocupam essas residências se caracteriza por sua autonomia em relação à gestão dessas edificações. Essas edificações são, então, preservadas segundo os parâmetros dos moradores para serem usufruídas por eles mesmos. Interessante notar que, apesar de falarem da preservação do patrimônio ferroviário, as edificações preservadas pelos associados se restringem aos pátios onde se localizam as residências utilizadas por eles, de forma que a idéia de preservação é associada à idéia de propriedade.

Tendo em vistas estas considerações, é possível perceber que mais do que compreender a relação entre o morador e o edifício que habita e as implicações desta relação na preservação das edificações, foi preciso identificar as características dos diferentes moradores, que não constituem, simplesmente, um grupo homogêneo. Assim, buscou-se apresentar diferentes grupos de moradores identificados no local, tendo como base o caráter das intervenções realizadas nas residências. Apesar de serem tratados como grupos, é necessário frisar que estes grupos não constituem um todo homogêneo. Apresentam características semelhantes, mas carregam, também, diferenciações internas. A identificação desses grupos não se deu, entretanto, apenas pela observação das residências e de seus moradores. A análise foi além do próprio edifício e considerou as demais formas de apropriação do complexo ferroviário, assim como as formas de apropriação de seu entorno.

Portanto, dado o que foi observado, investigado e analisado, é possível concluir que entre as relações que a população estabelece, na atualidade, com o ramal ferroviário da antiga Companhia Mogiana entre as Estações Anhumas e Jaguariúna está o uso habitacional, cuja diversidade de formas de apropriação revela um pouco da interface social entre o legado do passado e o tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLETIM da União dos Ferroviários aposentados da Mogiana, Nov. 1992.
- MATOS, Odilon N. Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.
- RELATÓRIOS da Directoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a assembleia geral. Campinas, 1920 a 1945.
- RIBEIRO, Suzana Barreto. Na linha da preservação: o leito férreo Campinas – Jaguariúna. Campinas: Direção Cultura, 2007.

NOTAS

- 1 - Denise Geribello é arquiteta e urbanista. A presente pesquisa conta com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

2 - Pelo fato da análise da arquitetura e de suas formas de apropriação constituir o foco da pesquisa, apenas edifícios dotados de forma e dimensão que possibilitam a utilização como espaço de permanência foram incorporados ao estudo.

3 - A Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) foi fundada em 1977 e reúne interessados na preservação e divulgação da história ferroviária no Brasil. A entidade teve como modelo associações existentes na Europa e nos Estados Unidos da América.

4 - Clube de campo do Sindicato dos Trabalha-

dores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana localizado em parte do Pátio Ferroviário Desembargador Furtado.

5 - O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas foi criado pela Lei n.º 5885 de 17 de dezembro de 1987. Tem como função a definição da política municipal de defesa e proteção do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município de Campinas. Este órgão também coordena, integra e executa as atividades públicas referentes a essa política (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2008, p.8).

Além das pétalas

Um olhar através da

Avenida Paulista

SANDRO COLIBRI

**Havia um soluço, tímido, lícido,
faminto de tudo;
das migalhas alheias,
dos olhares confusos,
do silêncio absurdo do mundo.**

**Havia um rosto fadigoso
em um corpo abandonado,
entre pombos e escarros,
sob olhares operários,
apressados, despercebidos.**

**Havia o homem outrora distinto
tal um fardo sob trapos,
com seus traumas e conflitos,
entre Herodes e Pilatos;
ora um anjo, ora um bandido.**

Haviam faces apaziguadas,
feito anjos passeando as calçadas,
rompendo o silêncio,
delineando sorrisos,
acalentando desconhecidos.

Havia o medo, sem entendimento,
cingindo preconceito sob arresto;
nada de conforto, nada de afeto,
nenhum olhar indulgente,
era apenas “outro” entre tantos sem tetos.

Mas ainda havia anjos,
muito além das pétalas,
sob as luzes que tremeluziam
incandescendo as floreiras da Paulista,
onde o menino mendigo dormia.

Há esperança, além das pétalas,
salvando vidas entre enfeites e cânticos,
elevando o espírito, enxugando lágrimas.
Mãos apaziguadas resgatando valores:
- Levante-te menino e segue teus sonhos.

Há um silêncio diante dos fatos,
sobre os rostos famintos
e seus sonhos roubados.
São apenas números incompreendidos?
Além das pétalas; há um mundo isolado.